



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CAMPUS UNIVERSITÁRIO MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA – TERESINA/PI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO PROF. MARIANO DA SILVA NETO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGEd)
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

JULIANA ASSUNÇÃO OLIVEIRA

**“AS LUZES DO SABER”: CULTURA ESCOLAR DO GINÁSIO JOSÉ NARCISO DA
ROCHA FILHO (1961–1971)**

TERESINA – PI

2022

JULIANA ASSUNÇÃO OLIVEIRA

“AS LUZES DO SABER”: CULTURA ESCOLAR DO GINÁSIO JOSÉ NARCISO DA
ROCHA FILHO (1961–1971)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), do Centro de Ciências da Educação Professor Mariano da Silva Neto (CCE), da Universidade Federal do Piauí (UFPI), como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa 4 – História da Educação.

Orientadora: Professora Dra. Jane Bezerra de Sousa.

TERESINA – PI

2022

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Educação
Serviço de Representação da Informação

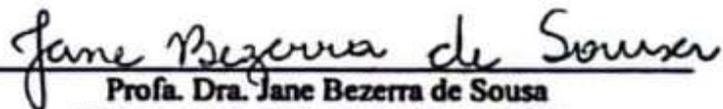
- O481 Oliveira, Juliana Assunção
“As Luzes do Saber”: cultura escolar do Ginásio José Narciso da Rocha Filho (1961–1971) / Juliana Assunção Oliveira. – 2022.
149 f.
- Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Teresina, 2022.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Jane Bezerra de Sousa.
1. Ensino secundário. 2. Cultura escolar. 3. Ginásio Piripiriense. I. Sousa, Jane Bezerra de. II. Título.

CDD 373

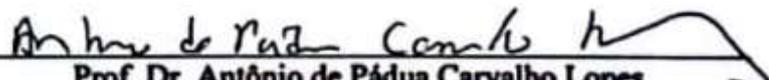
JULIANA ASSUNÇÃO OLIVEIRA

**"AS LUZES DO SABER": CULTURA ESCOLAR DO GINÁSIO JOSÉ NARCISO DA
ROCHA FILHO (1961-1971)**

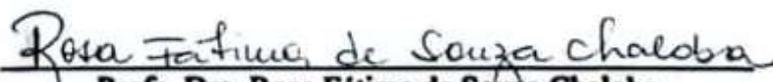
Teresina-PI, 25 de agosto de 2022.



Profa. Dra. Jane Bezerra de Sousa
Universidade Federal do Piauí (UFPI)
(Presidente)



Prof. Dr. Antônio de Pádua Carvalho Lopes
Universidade Federal do Piauí (UFPI)
(Examinador interno)



Profa. Dra. Rosa Fátima de Souza Chaloba
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
(Examinadora externa)

Dedico este trabalho à minha família, que sempre esteve presente na minha vida de estudante, apoiando-me e proporcionando-me suporte, apesar dos desafios, para que eu nunca desistisse em meio às dificuldades, em especial aos meus pais, que estavam me amparando nos momentos em que eu mais precisava. Dedico também aos meus amigos, todos aqueles que estiveram comigo, apoiaram-me, ajudaram-me e foram suporte emocional nos momentos em que eu mais precisei.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, Onipotente, Onipresente e Onisciente. Ele que me proporcionou muitas bênçãos durante a caminhada do Mestrado e “segurou” nas minhas mãos quando eu me sentia frágil em meio aos problemas e dificuldades que enfrentei durante o Mestrado: a pandemia, a dificuldade de recolher as documentações, as perdas de entrevistados, os problemas familiares, entre outros desafios que impactaram na minha escrita.

Agradeço ao meu pai e à minha mãe que sempre apoiaram os meus sonhos, acreditaram em mim e sempre estavam ao meu lado quando eu mais precisava.

Agradeço à minha irmã que sempre me dizia palavras de coragem e determinação e sempre acreditou em mim, quando nem eu mesma acreditava – e assim se fez. Ela, que me incentivou para concorrer à seleção do Mestrado, ajudou-me em muitas atividades e acolheu-me nos primeiros anos em sua casa. E, assim, estendo o agradecimento ao meu cunhado e ao meu sobrinho, por também acreditarem em mim e me acolherem no seu ambiente familiar.

Ao meu namorado, agradeço pela paciência que teve comigo, pois mesmo nas horas em que eu precisava ficar sozinha, ele sempre entendia. Entendeu que eu precisava trilhar e caminhar por novas estradas, estas mais distantes que a dele em busca de novos conhecimentos e de transformações.

Aos meus demais irmãos e familiares, agradeço pelo apoio, compreensão e suporte durante a escrita do Mestrado. Agradeço à minha madrinha de Batismo, que me acolheu, nessa segunda fase durante o Mestrado, em sua casa e deu-me todo o suporte necessário.

Agradeço aos meus amigos: de infância; de escola; de Igreja; de graduação na Universidade Estadual do Piauí; da minha turma 31ª turma de pós-graduação em Mestrado, que estavam ao meu lado me apoiando, confiando, enviando energias positivas, consolando-me nos momentos de aflições, incentivando-me a continuar; aos amigos do Núcleo de Pesquisa de Educação, Sociedade e Cultura – NESC, que me ajudaram com apoio e com fontes e documentos durante a escrita; agradeço à minha parceira e amiga de orientação, que sempre esteve disposta a me ajudar, ouvir e aconselhar nos momentos de angústia e naqueles em que mais precisei.

Nesta categoria de amigos, enquadro a minha ex-orientadora de graduação, que foi uma das pessoas que acreditou em mim e ajudou-me a trilhar esse caminho do Mestrado, tanto com palavras, como com suporte material para o estudo.

À ex-diretora, ex-professoras e alguns ex-funcionários da antiga escola a qual eu fazia parte, agradeço por me incentivarem a prosseguir e ir em busca dos meus sonhos.

À minha orientadora, professora Dra. Jane Bezerra de Sousa. Sem palavras, não consigo descrever tamanha parceria. Agradeço pela pessoa maravilhosa que me orientou da melhor maneira possível, sempre confiante, paciente e calma, procurando estabelecer uma relação de amizade e de positividade durante a pesquisa.

Aos meus professores do Curso de Pós-Graduação de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Piauí, pelo compromisso e dedicação nas aulas. Cada um deles foi uma peça fundamental, pois contribuíram na minha bagagem de formação pessoal e profissional. Por tudo, sou grata!

À banca, na pessoa da Professora Dra. Rosa Fátima de Souza Chaloba e do Professor Dr. Antônio de Pádua Carvalho Lopes, agradeço pela disponibilidade e colaboração no enriquecimento do meu trabalho de pesquisa.

A Capes, sou grata porque oportunizou a realização dessa pesquisa.

À Universidade Federal do Piauí, pelo acolhimento e suporte técnico que foi necessário para o desenvolvimento deste trabalho. Não posso deixar de agradecer à Universidade Estadual do Piauí, onde realizei a minha graduação e recebi suporte para prosseguir na formação.

À gestão, às professoras e demais funcionários da minha escola atual, agradeço, pois também contribuíram com o desenvolvimento do meu trabalho a partir de suporte, liberação e compreensão com as minhas investigações.

Sou grata aos meus entrevistados por terem aceitado participar da minha pesquisa e terem cedido os arquivos pessoais e às pessoas que se comprometeram e ajudaram-me a localizar os participantes do estudo.

Agradeço ao CETI José Narciso da Rocha Filho, à direção e demais funcionários por terem facilitado a pesquisa sobre a história da escola, com fontes materiais, acervos documentais, entre outros.

Ao Arquivo Público do Estado do Piauí, agradeço pela disponibilidade documental e comprometimento que foi fundamental para o desenvolvimento da pesquisa.

Nesses agradecimentos, enquadrei a todos em categorias para que ninguém fosse esquecido, pois todos foram fundamentais na minha formação, ajudando-me direta e indiretamente nessa caminhada. Então, a todos eu deixo o meu obrigada!

A memória opera com grande liberdade escolhendo acontecimentos no espaço e no tempo, não arbitrariamente mas porque se relacionam através de índices comuns. São configurações mais intensas quando sobre elas incide o brilho de um significado coletivo. É tarefa do cientista social procurar esses vínculos de afinidades eletivas entre fenômenos distanciados no tempo (BOSI, 2013).

OLIVEIRA, Juliana Assunção. “As Luzes do Saber”: cultura escolar do Ginásio José Narciso da Rocha Filho (1961–1971). 2022. Dissertação (Mestrado em Educação). 149f. Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, 2022.

RESUMO

O presente trabalho apresenta os resultados dos estudos sobre a cultura escolar do Ginásio José Narciso da Rocha Filho, entre os anos de 1961 a 1971, um estabelecimento de ensino secundário ginásial localizado na cidade de Piripiri – PI. Esta instituição, instalada por iniciativa de particulares, contribuiu para o desenvolvimento da Educação de Piripiri e marcou a História e a Memória da cidade, assim como das pessoas que fizeram parte da instituição: colaboradores que propiciaram a iniciativa; docentes que contribuíram com o legado educacional, com os conhecimentos sistematizados e os valores sociais; alunos que vivenciaram todo o processo do ensino secundário ginásial em Piripiri. A escola iniciou em um prédio cedido pela prefeitura com necessidades de adequações materiais, arquitetônicas e de recursos humanos para o seu pulsar educacional, na década de 1960, período de forte expansão de ginásios pelo Estado, e ganhou um prédio próprio em 1967, uma promessa que fora cumprida, após ser proposta na cerimônia de oficialização do estabelecimento pelo governo estadual, em 1965. O recorte temporal do início da pesquisa foi definido pelo ano da implantação do estabelecimento, em 4 de março de 1961 e a partir da sua autorização condicional pela Portaria n. 263 de 11 de abril de 1961, assinada pelo diretor do Ensino Secundário do Ministério da Educação e Cultura, Gildásio Amado, e o ano de 1971, considerado marco final, em razão da Lei n. 5.692/1971, que estabeleceu as diretrizes sobre o ensino de Primeiro e Segundo Grau, assim como extinguiu o exame de admissão. A partir desse ensaio, elencamos os objetivos da pesquisa, em que a proposta central é investigar a cultura escolar do Ginásio José Narciso da Rocha Filho entre os anos de 1961 a 1971. Os objetivos específicos são: a) entender o cenário social e político da cidade de Piripiri no período de implantação do Ginásio José Narciso da Rocha Filho à época da implementação da Lei n. 5.692/1971 na instituição; b) conhecer o cotidiano do Ginásio José Narciso da Rocha Filho nos aspectos de funcionamento, normativas, currículo, atividades desenvolvidas e os sujeitos da instituição (alunos e funcionários), bem como os conteúdos, as práticas escolares e as festividades desenvolvidas; c) identificar a materialidade escolar do Ginásio Piripiriense para a caracterização de seus prédios, utensílios, uniformes, materiais didáticos e aparatos pessoais dos alunos. A pesquisa constitui-se como histórica e utiliza-se das seguintes fontes: a) bibliográficas, b) documentais, c) materiais, d) imagéticas, e) orais. Assim, usaremos seis conceitos próprios dos trabalhos em História da Educação e que nortearam as análises desta dissertação: Instituições Escolares, Cultura Escolar, Cultura Material Escolar, Nova História Cultural, História Oral e Memória. Para essas concepções, iremos nos basear nas ideias de autores como como Nosella e Buffa (2009), sobre instituições escolares; Julia (2001) por suas análises sobre a cultura escolar; Viñao Frago (1995) e Viñao Frago e Escolano (1998), que se referem à materialidade da escola como um dos aspectos a ser investigados, integrantes da cultura escolar no âmbito da história da educação de instituições escolares; Barros (2005) e Burke (2008), que consideraram a Nova História Cultural como o novo campo metodológico do historiador; Caleffe e Moreira (2008) e Holanda e Meihy (2007), que destacam a importância da História Oral para as pesquisas em história da educação; Bosi (2013) e Le Goff (1990), que tratam sobre a perspectiva histórica, o seu discurso, a sua definição socialmente construída, além de trabalharem os conceitos e as significações de memória. Além desses autores, utilizaremos como bibliografia base Amado (1973) e Souza (2008), voltados à pesquisa sobre o ensino secundário brasileiro; Reis (2017), Sousa (2005) e Sousa

(2019) pelos estudos acerca do ensino secundário e ginasial no território piauiense; Brito (1996) pelos estudos em história da educação piauiense; Oliveira (2019), pela investigação da implantação e consolidação do Ginásio Piripiriense, nos anos de 1961 a 1971; Andrade (2013), Mello (2001), Santana (1972), que produziram acervos sobre a história da cidade e da educação piripiriense. Ressaltamos a relevância deste trabalho, pois este proporciona contribuições para a historiografia da educação piauiense, especialmente às pesquisas a respeito da História das Instituições Educativas. Além disso, favorece a preservação da memória educativa de uma escola com elevada importância para a cidade de Piripiri, uma vez que favoreceu o progresso educacional da época na cidade, assim como no estado do Piauí, escola que, na atualidade, em seus 60 anos de existência, mantém e constitui a sua história relevante no cenário educacional piripiriense; e para a preservação da memória das pessoas que fizeram parte dessa história.

Palavras-chave: Ensino Secundário; Ginásio Piripiriense; Cultura Escolar; Cultura Material Escolar.

OLIVEIRA, Juliana Assunção. “The Lights of Knowledge”: school culture at the José Narciso da Rocha Filho Gymnasium (1961–1971). 2022. Dissertation (Master’s in Education). 149f. Postgraduate Program in Education, Education Sciences Center, Federal University of Piauí, 2022.

ABSTRACT

This work presents the results of studies on the school culture of the Ginásio José Narciso da Rocha Filho, between 1961 and 1971, a secondary education establishment located in the city of Piripiri – PI. This institution, installed on the initiative of individuals, contributed to the development of Education in Piripiri and marked the History and Memory of the city, as well as the people who were part of the institution: collaborators who facilitated the initiative; teachers who contributed to the educational legacy, systematized knowledge and social values; students who experienced the entire process of secondary education in Piripiri. The school started in a building provided by the city hall with the need for material, architectural and human resources adjustments for its educational pulse, in the 1960s, a period of strong expansion of gymnasiums throughout the State, and gained its own building in 1967, a promise which had been fulfilled, after being proposed at the official establishment ceremony by the state government, in 1965. The time frame for the beginning of the research was defined by the year in which the establishment was established, on March 4, 1961, and based on its conditional authorization by Ordinance nº. 263 of April 11, 1961, signed by the director of Secondary Education of the Ministry of Education and Culture, Gildásio Amado, and the year 1971, considered the final milestone, due to Law nº. 5,692/1971, which established guidelines for First and Second Grade education, as well as abolishing the entrance exam. From this essay, we list the objectives of the research, in which the central proposal is to investigate the school culture of Ginásio José Narciso da Rocha Filho between the years 1961 and 1971. The specific objectives are: a) to understand the social and political scenario of the city of Piripiri during the period of implementation of the Ginásio José Narciso da Rocha Filho at the time of the implementation of Law no. 5,692/1971 at the institution; b) get to know the daily life of the Ginásio José Narciso da Rocha Filho in terms of operation, regulations, curriculum, activities carried out and the subjects of the institution (students and employees), as well as the contents, school practices and festivities carried out; c) identify the school material of Ginásio Piripiriense to characterize its buildings, utensils, uniforms, teaching materials and students' personal equipment. The research is historical and uses the following sources: a) bibliographic, b) documentary, c) material, d) imagery, e) oral. Thus, we will use six concepts typical of work in History of Education and which guided the analyzes of this dissertation: School Institutions, School Culture, School Material Culture, New Cultural History, Oral History and Memory. For these conceptions, we will be based on the ideas of authors such as Nosella and Buffa (2009), about school institutions; Julia (2001) for her analyzes of school culture; Viñao Frago (1995) and Viñao Frago and Escolano (1998), who refer to the materiality of the school as one of the aspects to be investigated, integral to school culture within the scope of the history of education in school institutions; Barros (2005) and Burke (2008), who considered the New Cultural History as the historian's new methodological field; Caleffe and Moreira (2008) and Holanda and Meihy (2007), who highlight the importance of Oral History for research in the history of education; Bosi (2013) and Le Goff (1990), which deal with the historical perspective, its discourse, its socially constructed definition, in addition to working on the concepts and meanings of memory. In addition to these authors, we will use as base bibliography Amado (1973) and Souza (2008), focused on research on Brazilian secondary education; Reis (2017), Sousa (2005) and Sousa (2019) for studies on secondary and junior high education in the territory of Piauí; Brito

(1996) for studies in the history of education in Piauí; Oliveira (2019), for investigating the implementation and consolidation of the Ginásio Piripiriense, in the years 1961 to 1971; Andrade (2013), Mello (2001), Santana (1972), who produced collections on the history of the city and education in Piripiri. We emphasize the relevance of this work, as it provides contributions to the historiography of education in Piauí, especially research into the History of Educational Institutions. Furthermore, it favors the preservation of the educational memory of a school with high importance for the city of Piripiri, as it favored the educational progress of the time in the city, as well as in the state of Piauí, a school that, currently, in its 60 years of existence, maintains and constitutes its relevant history in the Piripiriense educational scenario; and to preserve the memory of the people who were part of this history.

Keywords: Secondary Education; Piripiriense Gymnasium; School Culture; School Material Culture.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Mapa Político do Estado do Piauí (2015)	40
Fotografia 2 – Portaria de ratificação do Ato da Inspetoria Seccional que concedeu autorização de funcionamento condicional ao Ginásio Piriapiense.....	43
Fotografia 3 – Parte de documento referente à transferência de um aluno	44
Fotografia 4 – Região Central de Piriapi na década de 1960.....	46
Fotografia 5 – Trecho da Ata de Instalação do Ginásio José Narciso da Rocha Filho (4 de março de 1961)	47
Fotografia 6 – Lei n. 2.181: Concede auxílio a Ginásios mantidos pela Campanha Nacional de Educandários Gratuitos	48
Fotografia 7 – Manchete do jornal Gazeta do Piauí sobre a instalação do Ginásio Piriapiense.....	50
Fotografia 8 – Notícia da implantação do Ginásio José Narciso da Rocha Filho (1961).....	51
Fotografia 9 – José Narciso da Rocha Filho ao lado de sua esposa Antonieta de Rezende Rocha.....	53
Fotografia 10 – Trecho da Ata de Estadualização do Ginásio José Narciso da Rocha Filho (9 de abril de 1965).....	54
Fotografia 11 – Continuação do trecho da Ata de Estadualização do Ginásio José Narciso da Rocha Filho (9 de abril de 1965).....	55
Fotografia 12 – Certificado de Aprovação no Exame de Admissão para a primeira turma do Ginásio Piriapiense (1960).....	62
Fotografia 13 – Lei n. 2.271/1962: Concede bolsas de estudos, abre crédito especial e dá outras providências	70
Fotografia 14 – Diretor do Ginásio José Narciso da Rocha Filho.....	73
Fotografia 15 – Raimunda Pinheiro de Rezende ao lado de Omar de Andrade Rezende	75
Fotografia 16 – Ficha de Educação Física do Ginásio José Narciso da Rocha Filho (1962)...	78
Fotografia 17 – Requerimento de solicitação para a matrícula na primeira série do ensino ginasial no Ginásio José Narciso da Rocha Filho (1962).....	79
Fotografia 18 – Ficha de frequência escolar do Ginásio Piriapiense (1963)	80
Fotografia 19 – Ficha de frequência escolar do Ginásio Piriapiense (1967)	83
Fotografia 20 – Professores do Ginásio Piriapiense em 1965 (I)	85
Fotografia 21 – Professores do Ginásio Piriapiense em 1965 (II)	86
Fotografia 22 – Professores do Ginásio Piriapiense em 1965 (III).....	87
Fotografia 23 – Professores do Ginásio Piriapiense em 1965 (IV)	88
Fotografia 24 – Professores e funcionários do Ginásio Piriapiense em 1965.....	89
Fotografia 25 – Exposição de trabalhos da disciplina Artes Industriais do Ginásio Piriapiense (1968)	99
Fotografia 26 – Exposição de trabalhos da disciplina Artes Industriais do Ginásio Piriapiense.....	100
Fotografia 27 – Prédio provisório do Ginásio Piriapiense entre as décadas de 1940 e 1950	107
Fotografia 28 – Primeiro prédio do Ginásio Piriapiense nos dias atuais	108
Fotografia 29 – Fachada atual do primeiro prédio do Ginásio Piriapiense.....	108
Fotografia 30 – Trecho da Ata de Instalação do Ginásio José Narciso da Rocha Filho sobre a biblioteca do Ginásio Piriapiense (4 de março de 1961)	109
Fotografia 31 – Atual biblioteca do CETI José Narciso da Rocha Filho	110
Fotografia 32 – Lei n. 2.660 de 9 de agosto de 1965: autoriza a abertura, no orçamento vigente, do crédito especial de Cr\$ 23.000.000.....	112

Fotografia 33 – Fachada do CETI José Narciso da Rocha Filho nos dias atuais (prédio inaugurado em 1967).....	113
Fotografia 34 – Entrada principal do CETI José Narciso da Rocha Filho nos dias atuais.....	114
Fotografia 35 – Entrada e saída para os alunos do CETI José Narciso da Rocha Filho	114
Fotografia 36 – O ex-aluno da primeira turma com o uniforme do Ginásio Piriapiense.....	116
Fotografia 37 – Imagem ampliada do bolso da camisa do primeiro uniforme escolar	117
Fotografia 38 – Uniforme escolar das mulheres da primeira turma do Ginásio Piriapiense .	118
Fotografia 39 – Notícia de liberação da obrigatoriedade do uniforme escolar para os estudantes do turno noturno dos colégios piauienses	120
Fotografia 40 – O ex-aluno da primeira turma com o uniforme de gala do Ginásio Piriapiense no 7 de Setembro	123
Fotografia 41 – Caderneta escolar da 4ª série, turno matutino (1968)	126
Fotografia 42 – Caderneta escolar da 1ª série, turno vespertino (1971).....	127
Fotografia 43 – Caderneta escolar da 4ª série, turno vespertino (1974).....	128
Fotografia 44 – Observações da caderneta escolar do Ginásio Piriapiense (1974)	130
Fotografia 45 – Certificado de conclusão do Curso Ginasial (1964)	133

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Cenário Temporal do Ginásio Piripiriense	31
Quadro 2 – Documentos encontrados nos dossiês de matrículas do Ginásio José Narciso da Rocha Filho (1961-1975)	68
Quadro 3 – Professores do Ginásio Piripiriense de 1961 a aproximadamente 1967.....	90

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de matrículas no Ginásio José Narciso da Rocha Filho e no Colégio Sagrado Coração de Jesus, por gênero (1961, 1964 e 1965).....	65
Tabela 2 – Quantitativo de dossiês de matrículas de alunos do Ginásio José Narciso da Rocha Filho, por gênero	67

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAAE	Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
CADES	Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal e Nível Superior
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CETI	Centro Estadual de Tempo Integral
CNEC	Campanha Nacional de Escolas da Comunidade
CNEG	Campanha Nacional de Educandários Gratuitos
COVID-19	Coronavírus Disease 2019
CSCJ	Colégio Sagrado Coração de Jesus
GJNRF	Ginásio José Narciso da Rocha Filho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e bases da Educação
OSPB	Organização Social e Política do Brasil
PROCON	Programa de Proteção e Defesa do Consumidor
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFPI	Universidade Federal do Piauí

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 CENÁRIO POLÍTICO E SOCIAL DA IMPLANTAÇÃO DO GINÁSIO JOSÉ NARCISO DA ROCHA FILHO	33
2.1 O florescer da cidade e da educação: antes do Ginásio José Narciso da Rocha Filho	34
2.2 “Piripiri viveu um dos seus maiores dias”: o tempo do Ginásio Piripiriense	41
3 A CULTURA ESCOLAR DO GINÁSIO JOSÉ NARCISO DA ROCHA FILHO	58
3.1 Decodificando a memória viva nos documentos e nas narrativas: o cotidiano escolar do Ginásio José Narciso da Rocha Filho	58
3.2 Acesso, ingresso, permanência e conclusão: os discentes do Ginásio Piripiriense	60
3.3 Cada membro possui a sua função: os funcionários do Ginásio de Piripiri	72
3.4 É assim que se faz: os docentes, as práticas escolares e as avaliações	84
3.5 O currículo e o ensino no cotidiano escolar do Ginásio Piripiriense	93
4 A MATERIALIDADE ESCOLAR DO GINÁSIO JOSÉ NARCISO DA ROCHA FILHO	106
4.1 Os prédios falam por suas paredes: arquitetura e divisões	106
4.2 Os aparatos dos estudantes ginasianos: uniformes e objetos pessoais.....	115
4.3 Fiscalizando os estudantes do Ginásio: a caderneta, as atas e os registros escolares	125
4.4 O certificado de conclusão do curso ginasial	132
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	138
REFERÊNCIAS	142

INTRODUÇÃO

As pesquisas sobre instituições escolares, segundo Nosella e Buffa (2009), vêm ganhando uma proporção extensa nos últimos anos, na área de história da educação e, cada vez mais, espaço entre os periódicos publicados na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal e Nível Superior (CAPES). Os autores registraram os anos de 1990 como marco de intensificação dos trabalhos com essa temática; no entanto, o tema já era desenvolvido em anos anteriores, embora com menos frequência.

De acordo com Lopes e Galvão (2010), os estudos mais atuais sobre a temática de instituições escolares vêm priorizando a escola em sua perspectiva material e cultural, valorizando novas fontes que vão além dos documentos escritos e novos olhares para os estudos em história da educação. Essa mudança de perspectiva nas pesquisas sobre a problemática das instituições educativas também ganhou forte influência a partir da corrente historiográfica da Nova História Cultural, nos anos finais da década de 1960.

As pesquisas em instituições escolares, atualmente, vêm contemplando diferentes categorias, como a implantação, a expansão, a estrutura do prédio, a materialização, a gestão da instituição, os sujeitos escolares (professores, alunos, funcionários), as práticas de ensino, o objetivo da formação do aluno para a sociedade, a importância do estabelecimento para a cidade, dentre outras, conforme Nosella e Buffa (2009).

Assim, essa pesquisa buscou estudar o Ginásio José Narciso da Rocha Filho, estabelecimento de ensino ginásial piriapiense, entre os anos de 1961 a 1971, centrado no objeto de estudo da cultura escolar. Desta forma, este trabalho contribui para as investigações sobre as instituições escolares de instrução secundária no Piauí, e, para a elaboração dessa proposta, fizemos uma busca acerca das pesquisas existentes no repositório da Universidade Federal do Piauí (UFPI), do Programa de Pós-graduação em Educação, no âmbito de História da Educação, sobre o ensino secundário nos últimos anos, como suporte para a organização dessa dissertação.

No repositório da UFPI, encontramos as dissertações intituladas: *Picos e a consolidação de sua rede escolar: do grupo escolar ao Ginásio Estadual* (Sousa, 2005); *A trajetória das escolas da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC no Piauí: 1952-1997* (Silva, 2010); *História da Educação Jaicoense: dos primeiros aldeamentos ao ginásio Padre Marcos* (Sousa, 2010); *A constituição da rede escolar de Timon - MA: do grupo escolar ao Ginásio Bandeirante (1942-1971)* (Silva, 2014); *Ginásio Parnaibano: história e memória (1927-1959)* (Costa, 2017); *Um ginásio para mocidade picoense: cultura*

escolar de uma instituição de ensino secundário (1950-1971) (Sousa, 2019); e a tese *O ensino secundário ginásial no Piauí republicano: reconstituindo a cultura escolar do Ginásio Municipal Oeirense (1952-1969)* (Reis, 2017).

Logo, para a construção da respectiva pesquisa, nos questionamos inicialmente: como se estruturou a cultura escolar do Ginásio José Narciso da Rocha Filho, entre os anos de 1961 a 1971? E como questões norteadoras que se ramificaram a partir dessa problemática central, temos: qual era o cenário social e político da cidade de Piri-piri no período em que foi implantado o Ginásio José Narciso da Rocha Filho aos anos de 1971? Como se organizava o Ginásio José Narciso da Rocha Filho, em termos de funcionamento, normativas, currículo, sujeitos da instituição, as práticas escolares e as festividades desenvolvidas no estabelecimento? Como se deu o processo de materialidade escolar do Ginásio Piri-piriense, em termos de infraestrutura, uniformes, materiais didáticos e aparatos pessoais dos alunos? Embora o nosso recorte de tempo final seja 1971, realizamos um avanço temporal até 1975 em virtude da inclusão de fotografias, memórias e dados da décima segunda turma do curso ginásial que realizou a Colação de Grau no referente ano.

A proposta de investigar a cultura escolar do Ginásio Piri-piriense surgiu a partir do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia, intitulado *GINÁSIO JOSÉ NARCISO DA ROCHA FILHO: implantação e consolidação do ensino secundário em Piri-piri - PI (1961 – 1971)*, que traçou a trajetória do ensino ginásial na cidade em termos de fundação, expansão e efetivação da educação secundarista no município (Oliveira, 2019). Logo mais houve a necessidade de expandir o referente trabalho em nível de mestrado, visando ao desenvolvimento da nova investigação centrada na cultura escolar do estabelecimento de ensino.

Ressaltamos que, apesar de ambos os trabalhos terem como tema o Ginásio José Narciso da Rocha Filho, cada estudo tem a sua especificidade e foco principal distinto. Contudo, o trabalho de monografia sobre a implantação e consolidação do ensino ginásial em Piri-piri foi o ponto de partida para o desenvolvimento e a efetivação desta dissertação.

A distinção entre a monografia e este trabalho está no objetivo central, pois o primeiro estudo aborda, como perspectiva principal, a compreensão no que diz respeito ao processo de implantação e consolidação do Ginásio Piri-piriense, enquanto esta dissertação se desenvolve a partir da proposta de conhecer a cultura escolar do estabelecimento de ensino ginásial em Piri-piri: acerca do cotidiano do Ginásio José Narciso da Rocha Filho, nos aspectos de funcionamento, normativas, currículo, atividades desenvolvidas e os sujeitos da instituição (professores, alunos, funcionários), bem como os conteúdos, as práticas escolares e as

festividades realizadas; a materialidade escolar: a caracterização dos prédios da instituição, os utensílios, os uniformes, os materiais didáticos e os aparatos pessoais dos alunos, dentre outros aspectos.

Assim, essa pesquisa intitulada “*As luzes do saber*¹”: *cultura escolar do Ginásio José Narciso da Rocha Filho (1961–1971)* tem como objetivo geral investigar a cultura escolar do Ginásio José Narciso da Rocha Filho entre os anos de 1961 a 1971; os objetivos específicos são: a) entender o cenário social e político da cidade de Piriipiri no período de implantação do Ginásio José Narciso da Rocha Filho à época da implementação da Lei n. 5.692/1971 na instituição; b) conhecer o cotidiano do Ginásio José Narciso da Rocha Filho nos aspectos de funcionamento, normativas, currículo, atividades desenvolvidas e os sujeitos da instituição (alunos e funcionários), bem como os conteúdos, as práticas escolares e as festividades desenvolvidas; c) identificar a materialidade escolar do Ginásio Piriipiriense para a caracterização de seus prédios, utensílios, uniformes, materiais didáticos e aparatos pessoais dos alunos.

Julia (2001) considera que a escola não pode ser analisada de forma isolada, sem considerar as influências da sociedade sobre ela e as diversas culturas que se usufruem da instituição escolar, que vem a se chamar de culturas contemporâneas; logo, para o autor, a cultura escolar não pode ser estudada sem que seja analisada as relações de conflitos e de passividades, que ela mantém e, ainda, a diversidade de culturas existentes, em âmbito religioso, político e do povo.

Assim, Julia (2001, p. 10) procurou definir o termo cultura escolar como “[...] um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos [...]”. Este conceito centrou a cultura escolar nas práticas docentes, no processo ensino e de aprendizagem e no currículo organizacional de uma instituição educativa. Para o autor, essas finalidades da educação podem variar conforme o período existente, de acordo com o papel do cidadão que se deseja formar, de cunho religioso, político ou social, e não necessariamente voltado à aquisição do conhecimento, somente.

Segundo Julia (2001), a organização das disciplinas escolares constitui-se como a caixa-preta da instituição, na qual se concentra a estrutura da cultura escolar, os espelhos da

¹A expressão “as luzes do saber” é de autoria de Álvaro Alves Ferreira, que ao convite do diretor do Ginásio José Narciso da Rocha Filho realizou a “Oração de sapientiae” no evento de inauguração do estabelecimento e proferiu as seguintes palavras: “Este Ginásio, portanto, tem uma razão de ser. Ele faz parte da contribuição que Piriipiri irá fornecer à civilização contemporânea, na pessoa dos jovens que, aqui, receberão **as luzes do saber**, para a jornada gloriosa em busca dos sonhos que a ciência dos homens alimenta [...]” (Santana, 1972, p. 36, grifo nosso).

noção de homem que a escola deseja formar. Além disso, a profissionalização docente é a preparação do educador para atender às necessidades da educação e da sociedade, cuja sua prática, também, reflete a realidade social da época e as normas e condutas da educação.

A ideia de Julia (2001) sobre cultura escolar fez-nos organizar o segundo objetivo específico desse projeto com o propósito de entender o cotidiano do Ginásio Piripiriense, em termos de funcionamento, normas, grade curricular, atividades realizadas internamente e externamente das salas de aula, quadro discente e de funcionários, as práticas docentes, matrícula e inserção na instituição, entre outros.

Outra definição sobre o termo cultura escolar foi idealizada pelo autor Viñao Frago (1995), que foi mais além e afirmou que a escola deve ser considerada desde a sua organização social até a antropologia das práticas do dia a dia, justificando a sua ideia a partir dos argumentos de que cada instituição escolar é única e possui as suas peculiaridades e características próprias.

Para Viñao Frago e Escolano (1998), ao se estudar a cultura escolar de um estabelecimento de ensino do passado, é preciso considerar o contexto social no qual a instituição foi implantada, o local onde a escola ficava: zona rural ou urbana, o nível de ensino que ofertava, as pessoas que frequentavam, os funcionários que trabalhavam, as leis que influenciaram na organização ou reorganização da instituição, infraestrutura, dentre outros aspectos. No tocante à arquitetura do prédio e à sua localização geográfica, Viñao Frago e Escolano (1998, p. 82- 83) diz-nos que:

Os dois critérios básicos que condicionam a eleição da localização serão, em todos os autores, de ordem higiênica e moral. [...] Em primeiro lugar, a higiene: um local elevado, seco, bem arejado e com sol constitui o ideal. O que se deve evitar são, pois, os lugares úmidos, sombrios e não arejados [...]. Mas a higiene é tanto física quanto moral. A relação dos lugares de proximidade perniciosos constitui, por isso, todo um repertório onde se misturam moralidade e saúde: tabernas, cemitérios, hospitais, quartéis, depósitos de esterco, [...] etc.

Percebemos, assim, que a higiene do estabelecimento também é um ponto a se considerar para o bom funcionamento desse: salas arejadas, espaço amplo, carteiras confortáveis. A localização da instituição também é um critério relevante para a escola: a escolha do local para a construção do prédio escolar é essencial para que os alunos não passem por dificuldades na ida e volta para a escola. É preciso descobrir o melhor acesso possível, com a proximidade da escola à casa dos discentes.

Para Viñao Frago e Escolano (1998) a arquitetura, as divisões espaciais do prédio, as cores, a ornamentação, até mesmo a forma de expor um simples recado no mural de um estabelecimento de ensino, diz-nos sobre a cultura da escola, os valores, as normas, entre

outras características, detalhes que marcam significativamente a memória das pessoas que fizeram parte e ajudaram a construir a identidade da escola.

Essas teorias organizadas pelos autores de que a materialidade escolar também influencia no desenvolvimento da prática docente e no processo de ensino e aprendizagem dos alunos, nos ajudaram a elaborar o objetivo de identificar a materialidade escolar do Ginásio Piri-piriense para a caracterização de seus prédios, os utensílios, os uniformes, os materiais didáticos e os aparatos pessoais dos alunos. A partir deste, descrevemos a estrutura dos dois prédios onde o Ginásio José Narciso da Rocha Filho funcionara. O primeiro edifício foi cedido pela prefeitura, enquanto o outro foi construído para o funcionamento da própria escola (Andrade, 2013), destacando a fachada, a divisão das salas, as carteiras, os materiais didáticos, uniformes e outros objetos dos discentes.

O primeiro objetivo específico é entender o cenário social e político da cidade de Piri-piri, no período de implantação do Ginásio José Narciso da Rocha Filho no ano de 1971. Surgiu a partir da importância de analisarmos a instituição com o conhecimento do cenário social e político a nível nacional – pelas legislações de ensino; estadual – reformas educacionais, construções de prédios, subvenções de escolas, expansão de ensino; e municipal – o papel do município/prefeitura para com o Ginásio Piri-piriense, a visibilidade e a contribuição da escola para com a sociedade (Mogarro, 2005). Estas reflexões auxiliam-nos a entender a instalação do Ginásio Piri-piriense, a organização dos seus prédios e a constituição da sua cultura escolar e material, entre outros critérios que foram dispostos na estruturação dos objetivos desse estudo.

No cenário educacional piauiense, por exemplo, os anos de 1960 marcaram um processo de intensa expansão da rede de ensino secundário no interior do Piauí (Reis, 2017). Houve um aumento significativo se compararmos os números de estabelecimentos desse nível educacional dos anos de 1950 com o ano de 1960, quando passou de 21 para 37 escolas de ensino secundário piauiense (Brasil, 1957a, 1960).

Em Piri-piri, o ensino ginasial foi implantado em 1961 com a iniciativa de dois conterrâneos: Omar de Andrade Rezende e Aderson Alves Ferreira, prefeito da cidade na época, além de outros colaboradores, entre os quais citamos Raimunda Pinheiro de Rezende, secretária da instituição no período analisado pela pesquisa e também professora do estabelecimento. Segundo Andrade (2013), muitas cidades vizinhas já possuíam ginásios neste período, como é o caso de Parnaíba, Campo Maior, Teresina e Piracuruca, de cunho particular ou até mesmo estadual (Reis, 2017). Nesse sentido, voltemos o nosso olhar para a

perspectiva social e política que antecedeu e permeou o processo de criação do Ginásio José Narciso da Rocha Filho e perdurou ao longo de sua trajetória no ano de 1971.

O Ginásio José Narciso da Rocha Filho, em concordância com Santana (1972) e Oliveira (2019), iniciou por meio de particulares em 1961 e sua organização e normativa centrou-se na Lei Orgânica de Ensino Secundário, Lei n. 4.244/1942, que segundo Dallabrida; Trevizoli; e Vieira (2013), prescrevia a centralização da educação e o ensino de teor conservador, nacionalista e humanístico.

Após nove meses da instalação do Ginásio Piriapiense, foi promulgada, em âmbito nacional, a Lei n. 4.024/1961, no dia 20 de dezembro de 1961, que descentralizava o sistema educacional e proporcionava uma maior flexibilidade para cada Estado organizar o ensino secundário, enquanto o currículo orientado era de caráter tecnicista (Dallabrida; Trevizoli; Vieira, 2013).

No entanto, a transição entre essas legislações só foi constatada, no Ginásio Piriapiense, a partir dos anos de 1965, após a sua estadualização, pelo governador Petrônio Portella Nunes, a partir das análises realizadas nos documentos escolares encontrados na instituição (Ginásio Piriapiense, 1961-1975a). Assim, dividimos a análise deste trabalho nesses dois períodos: o ginásio antes e após a sua estadualização.

Desta forma, justificamos o recorte temporal da pesquisa, que tem como período inicial o ano de 1961 e se explica pela razão de ter sido a fundação da instituição na cidade de Piriapi, no dia 4 de março de 1961, no governo estadual de Francisco das Chagas Caldas Rodrigues e a gestão municipal de Aderson Alves Ferreira. O término do período desta investigação, em 1971, tem como marco a promulgação da Lei n. 5.692/1971, do dia 11 de agosto de 1971, que reorganizou o cenário do ensino primário e secundário brasileiro, transformando-os em Primeiro (ensino primário juntamente com a educação ginásial) e Segundo Grau (ensino colegial com três anos) e extinguindo os exames de admissão. Acerca dessa modificação instaurada pela Lei n. 5.692/1971, Reis (2017, p. 177) explica que:

A mudança mais premente imposta por essa lei à educação nesses níveis foi sem dúvida a nova estrutura dada ao ensino que passou a ser designado de 1º e 2º graus. O curso ginásial foi extinto e o que constituía esse ciclo uniu-se ao ensino primário para formar o ensino de 1º grau, com oito anos de duração, de caráter obrigatório para atendimento dos 7 anos aos 14 anos. O curso colegial cedeu lugar ao ensino de 2º grau apresentando três ou quatro anos de duração.

Como podemos constatar na citação acima, a Lei n. 5.692/1971 ocasionou um novo cenário no âmbito da educação brasileira e modificou a estrutura do ensino secundário e

consequentemente nosso objeto de estudo da pesquisa – a cultura escolar no estabelecimento piripiriense de ensino ginasial.

Sobre o cenário de implantação da reforma educacional de 1971, esta foi promulgada no Brasil na gestão federal de Emílio Garrastazu Médici, no cenário da Ditadura Militar, tendo como ministro da Educação Jarbas Gonçalves Passarinho, pela necessidade que exigia o cenário econômico, como explica a autora:

O Brasil no período anterior à ditadura civil-militar, segundo Divalte (2000), vivia um momento de tendências populistas, de fortalecimento dos movimentos sindicais e de expansão industrial, porém no governo de João Goulart os problemas econômicos, que já vinham ocorrendo anteriormente, se agravaram com a alta da inflação e a queda do crescimento do Produto Interno Bruto do país. Articulada ao contexto da época, a educação era compreendida nos discursos oficiais como condição de desenvolvimento (Queirós, 2013, p. 21028).

Assim, havia a necessidade da educação acompanhar as mudanças e as exigências que se instalavam no país, pois a organização curricular e estrutural imposta pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei n. 4.024/1961, já era considerada ultrapassada para os moldes da época. Instaurada a Ditadura Militar, os militares buscavam alavancar a economia em decadência e viam a educação como um mecanismo de impulsionar o sistema econômico.

Esse cenário social e político moldava o discurso educacional nas necessidades de serviço à pátria, à sociedade, ao mercado de trabalho, ao progresso e às implicações de uma educação que alcançasse a todos, mesmo sendo diversificada. Logo, o pensamento dos que promulgaram a legislação era de que as pessoas que não conseguissem ingressar no Ensino Superior poderiam ao menos ter uma formação profissionalizante para assumir uma função no sistema econômico. Pensava-se em ser “[...] indiscutivelmente necessária para o homem tanto realizar-se enquanto pessoa, quanto exercer seus deveres e direitos de cidadão, sempre associando o sucesso de desenvolvimento de um país com o investimento em educação” (Queirós, 2013, p. 21037).

No capítulo III da Lei n. 5.692/1971, esta estabeleceu as disposições transitórias da estrutura educacional da LDB/1961 para a atual legislação e o artigo 72 previu que essas transformações deveriam seguir um Plano Estadual de Educação, progressivamente, que iria considerar as peculiaridades de cada sistema de ensino e região (Brasil, 1971).

Diante de tal ensaio, o Estado do Piauí elaborou uma proposta, com prazo, na implantação da reforma de 1971, para que a rede estadual reorganizasse o seu sistema educacional conforme as prescrições da Secretaria Estadual de Educação e as peculiaridades do sistema educacional piauiense, como apontou Brito (1996, p. 166-167):

[...] foram selecionados para a implantação da reforma, em 1972, dois municípios apenas: Teresina e Parnaíba.

Para 1973 previa-se a inclusão dos municípios de Picos, Floriano, Campo Maior, Oeiras, S. Raimundo Nonato, Piripiri, Esperantina, José de Freitas e Guadalupe, onde a implantação seria feita abrangendo apenas as primeiras séries do 1º grau.

Incluíam-se, para 1974, os municípios de: Uruçuí, Altos, Barras, União, Pio IX, Amarante, Piracuruca, Valença, Corrente, Bom Jesus, Pedro II, Luzilândia, Castelo do Piauí, Canto do Buriti e Regeneração.

Finalmente, em 1975 seria iniciada a implantação da reforma nos municípios de Buriti dos Lopes, Jaicós, Batalha, Alto Longá, Elesbão Veloso, Simões, Fronteiras, Simplicio Mendes, Palmeirais, Água Branca, São Pedro do Piauí, Inhumas, Santa Cruz do Piauí, Pimenteiras, Ribeiro Gonçalves, Curimatá, Jerumenha, Várzea Grande, Ipiranga, Elizeu Martins, Angical e Santo Antônio de Lisboa.

No Piauí, para vigorar essa lei levou alguns anos até que se organizasse todo o cenário estadual de educação. O estado elaborou um plano de reestruturação dos sistemas educacionais das cidades, e Piripiri tinha o ano de 1973 como meta para reestruturar a sua instrução educacional com base na legislação de 1971: unir o ensino primário com o ginásial para se configurar na educação de Primeiro Grau (Brito², 1996). Nos dossiês discentes, do turno diurno do Ginásio Piripiriense, encontramos documentos referentes ao Primeiro Grau datados do ano de 1973, enquanto os dossiês do turno da noite permaneceram como ginásial até 1975, conforme os arquivos analisados (Ginásio Piripiriense, 1961-1975a).

Paralelamente, quanto à metodologia do trabalho, este possui uma abordagem histórica, na qual utilizamos, para a construção da análise investigativa, as seguintes fontes: a) bibliográficas, b) documentais, c) materiais, d) imagéticas, e) orais. Para tal proposta, primeiramente foi realizado um levantamento de livros, teses, dissertações, artigos e revistas, de modo físico e virtual, que nos ajudaram a compreender no que concerne ao ensino secundário no Brasil; sobre a educação ginásial; o surgimento do Ginásio José Narciso da Rocha Filho e a cidade de Piripiri, no período histórico de 1960 a 1975.

A bibliografia da pesquisa teve, como referências principais, autores como Amado (1973) e Souza (2008), que retrataram o ensino secundário brasileiro em seus aspectos legislativos, de expansão, curricular, entre outros; Reis (2017), Sousa (2005) e Sousa (2019), que escreveram sobre o ensino secundário e ginásial no território piauiense; Brito (1996), que traçou um pouco da história da educação no Piauí; Oliveira (2019), que investigou a implantação e consolidação do Ginásio José Narciso da Rocha Filho nos anos de 1961 a 1971; Andrade (2013), Mello (2001), Santana (1972) - que produziram acervos sobre a história da educação de Piripiri e da própria cidade.

²Itamar Sousa Brito, além de historiador, foi um agente público e atuou como técnico na Secretaria de Educação no referente período da reforma de 1971.

Para a análise da proposta dessa investigação usaremos 6 conceitos, contidos no campo metodológico da História da Educação: Instituições Escolares, Cultura Escolar, Cultura Material Escolar, Nova História Cultural, História Oral e Memória. Para cada uma dessas concepções, elencamos autores que nos auxiliaram na sua compreensão, como Nosella e Buffa (2009), que desenvolveram os estudos sobre as pesquisas em história de instituições escolares no Brasil; Julia (2001) por seus conceitos sobre a cultura escolar; Viñao Frago (1995) e Viñao Frago e Escolano (1998), que se referiram à materialidade da escola como um dos aspectos a ser investigados que integram a cultura escolar no âmbito da história da educação de instituições escolares.

Além desses, estudamos as teorias de Barros (2005) e Burke (2008), que consideraram a Nova História Cultural como o novo campo metodológico do historiador; Caleffe e Moreira (2008) e Holanda e Meihy (2007), que destacaram sobre a importância da História Oral para as pesquisas em história da educação; Bosi (2013) e Le Goff (1990), que tematizaram sobre a perspectiva histórica, o seu discurso, a sua definição socialmente construída, além de trabalharem os conceitos e as significações de memória.

Para a etapa de coleta das fontes documentais, tivemos como locus a própria instituição Centro Estadual de Tempo Integral (CETI) José Narciso da Rocha Filho (livro de atas, dossiês de matrículas e jornais no recorte temporal de 1961 a 1975); o Arquivo Público do Estado do Piauí – Casa Anísio Brito (mensagens governamentais, jornais, livros, revistas e demais documentos sobre o ensino secundário piauiense, dos anos de 1959 a 1975); arquivos pessoais dos entrevistados (certificado, diploma, caderneta escolar, carteirinha, fotografias).

Além disso, para essa pesquisa, também usamos o suporte dos aparatos oficiais, como a Lei Orgânica do Ensino Secundário (Lei n. 4.244/1942), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n. 4.024/1961), a Lei n. 5.692/1971 e a Portaria n. 501 de 19 de maio de 1952. A Lei Orgânica do Ensino Secundário, n. 4.244/1942, justifica-se em razão de marcar a organização inicial do Ginásio José Narciso da Rocha Filho até os anos de 1964. A LDB n. 4.024/1961, por modificar a centralização educacional prevista pela Lei anterior no cenário nacional, assim como algumas alterações no currículo escolar, dando maior liberdade aos Estados na oferta de educação em nível de ensino secundário.

A Lei n. 5.692/1971 foi utilizada por modificar o ensino secundário e transformá-lo em parte do Primeiro Grau (ensino primário juntamente com instrução ginásial) e Segundo Grau (ensino colegial), como discutimos anteriormente. Justificamos a utilização da Portaria n. 501/1952, na pesquisa, porque esta expediu instruções sobre o Ensino Secundário e regulamentação sobre a Lei n. 4.244/1942.

Além disso, os prédios que serviram de local para o funcionamento do Ginásio José Narciso da Rocha Filho – o edifício cedido pela prefeitura para a instalação dessa instituição (1961-1966) e o outro que fora construído para cunho específico e próprio desta instituição (1967-1975) – serviram de aporte material para compreendermos as divisões internas, localização, decoração, planta e arquitetura, uma vez que ambos ainda existem, apesar de terem sofrido algumas reformas com o passar dos anos. Como apontam Viñao Frago e Escolano (1998, p. 111, 114):

A distribuição interna dos espaços, usos e funções requer uma análise geral e permite, por sua vez, análises específicas de cada um dos mesmos [...]. A localização do gabinete da direção reflete a evolução seguida na concepção dessa figura e de suas funções [...]. Assim, o posicionamento da direção num lugar central, a partir do qual pudesse vigiar os professores, [...] correspondia a uma visão do diretor que conservava com os professores o mesmo tipo de relação que o professor tinha antes, no sistema mútuo, com os monitores e, no sistema simultâneo ou misto, com os professores auxiliares [...]. Uma vez substituída essa concepção inicial por outra, na qual o diretor se via [...] como o representante da escola na comunidade externa e o responsável pelos serviços gerais administrativos e pedagógicos, a sala [...] da direção tenderá a se localizar, com o passar do tempo, no lugar em que hoje é habitual: próximo à entrada do edifício [...].

Na citação de Viñao Frago e Escolano (1998), os autores exemplificaram como a localização do gabinete do diretor diz muito sobre o modelo de gestor da instituição. Percebemos, assim, como é fundamental o conhecimento sobre a delimitação dos espaços e as divisões da escola, das salas de aula, pois essas materializações nos falam sobre a cultura constituída no estabelecimento escolar, o modelo de administração, as práticas de ensino, entre outros, que interferem na relação aluno-escola e no processo de ensino e aprendizagem.

Além disso, realizamos o cruzamento dos dados e das informações coletadas em documentos escritos e materiais escolares com as narrativas de memórias de sujeitos que vivenciaram a cultura escolar do Ginásio José Narciso da Rocha Filho, entre os anos de 1961 a 1975, baseadas nas propostas da Nova História Cultural, uma vez que “[...] em termos gerais pode-se dizer que a proposta da História Cultural seria, pois, decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressam a si próprios e o mundo” (Pesavento, 2003, p. 42).

Em se tratando de memória, Bosi (2013) fala-nos que é uma história individual socialmente constituída por meio das vivências de um indivíduo. No entanto, enfatiza que, por ser socialmente constituída, a memória pode ser afetada pela ideologia dominante e o que poderia se tornar algo individual acaba por ser oriundo do coletivo, isto é, um grupo de pessoas que viveram determinados acontecimentos, como guerras, violências, movimentos, podem expressar sentimentos, lembranças e emoções bem semelhantes uma das outras ou

ainda ter a mesma opinião sobre o fato ocorrido. Mas por que, ainda assim, ir atrás das narrativas de memórias sobre algo que desejamos pesquisar de forma mais aprofundada?

A memória oral é um instrumento precioso se desejamos constituir a crônica do cotidiano. [...] A história, que se apoia unicamente em documentos oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios. [...] A memória dos velhos pode ser trabalhada como um mediador entre a nossa geração e as testemunhas do passado. Ela é intermediário informal da cultura [...] (Bosi, 2013, p. 15).

A utilização das narrativas da memória na construção de uma investigação histórica, assim, como aponta Bosi (2013), proporciona ao pesquisador a realização de análises, relativamente aos fatos ocorridos, que vão além do que está escrito em documentos; a história oral relata os sentimentos e as apreensões individuais daqueles que vivenciaram ou testemunharam o acontecimento. “O processo da memória no homem faz intervir não só a ordenação de vestígios, mas também a releitura desses vestígios” (Changeux, 1972, p. 356 *apud* Le Goff, 1990, p. 424). E, a partir dessa perspectiva de complementar as informações colhidas a partir das documentações e materiais, utilizamos as entrevistas temáticas.

Para isso, o suporte teórico e metodológico da investigação, com a utilização de entrevistas, tem como base a Nova História Cultural, assim como aponta Chartier (1982, p.16-17): “A História cultural, tal como entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”.

O campo da Nova História Cultural permite aos investigadores analisar a história a partir da visão de populares, de pessoas civis que também presenciaram e participaram dos acontecimentos, não só da visão dos governantes, dos “heróis”, distanciando-se da análise dos estudos da história tradicional. É partindo desse pressuposto e das novas dimensões de pesquisa que vão se aprimorando com a ideia da nova abordagem histórica de investigação que esse trabalho foi desenvolvido (Barros, 2005). É importante salientar que a História Oral se faz presente nesse trabalho e a compreendemos como:

[...] uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador a fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente. Tais entrevistas são produzidas no contexto de projetos de pesquisa, que determinam quantas e quais pessoas entrevistar, o que e como perguntar, bem como que destino será dado ao material produzido (Alberti, 2008, p. 155).

A respeito da natureza da pesquisa e do objeto a ser estudado, esta primeiramente se constitui de caráter histórico por investigar fatos que aconteceram no passado sobre a

organização da cultura escolar do estabelecimento de ensino ginásial em Piripiri (Caleffe; Moreira, 2008). Como técnica de pesquisa fundamentada na história oral, realizamos entrevistas temáticas.

A utilização da entrevista temática se justifica em razão de ser uma técnica que está contida na história oral, cuja sua constituição aborda um tema central e a partir deste são elaboradas perguntas para entrevistar os participantes a fim de coletar dados para a pesquisa (Holanda; Meihy, 2007). Essa técnica de pesquisa se assemelha à entrevista semiestruturada, a qual permite ao entrevistado e ao entrevistador uma maior liberdade na condução da conversa, permitindo fazer outras perguntas fora do roteiro, indagações que surgirem a partir da fala dos entrevistados.

Assim, selecionamos 8 colaboradores para as entrevistas, tendo em vista que, por ser um procedimento de cunho histórico, foi preciso considerar alguns fatores para a escolha dos participantes: condições de serem entrevistados, disponibilidade e o desempenho durante a entrevista (Alberti, 2013). Outro critério estabelecido foi a categoria dos participantes: ex-alunos (6 colaboradores) e ex-professores (2 colaboradores), pessoas que fizeram parte da história e memória do Ginásio José Narciso da Rocha Filho de 1961 a 1975³ e contribuíram significativamente com a análise da cultura escolar do estabelecimento secundário ginásial piripiriense.

A seleção dos participantes para a entrevista deu-se com base nos documentos escolares do Ginásio José Narciso da Rocha Filho, como dossiês de matrículas de alunos e o Livro de Atas da instituição, entre os anos de 1961 a 1975, indicações dos próprios entrevistados e por meio de fotografias encontradas sobre o objeto de estudo da pesquisa. Desta forma, é importante ressaltar que a pesquisa passou pela autorização do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) com Seres Humanos da Universidade Federal do Piauí (UFPI), campus Universitário Ministro Petrônio Portella – Teresina/PI, com o registro do Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) número 40086120.3.0000.5214, bem como foram gravadas, transcritas e retornadas aos entrevistados para a validação antes da análise dessas narrativas de memórias, na dissertação.

Os entrevistados foram localizados e informados sobre os objetivos, as propostas do referente estudo, apresentação do roteiro de entrevista antecipadamente à realização, bem como a apresentação e assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para os participantes, que foi assinado e datado em duas vias pelo entrevistado.

³Embora a pesquisa tenha o ano de 1971 como o recorte temporal final, foi necessário abranger também pessoas que estudaram após o ano de 1971, para exemplificar melhor o objeto estudado.

Somente após a assinatura dos participantes no TCLE, juntamente com a rubrica dos responsáveis pela pesquisa, a entrevista foi iniciada. Além disso, todos os objetos, materiais e fotografias de arquivo pessoal do participante somente foram utilizados na investigação, mediante a autorização, por documento escrito, do responsável pelos itens. Os participantes tiveram a escolha de serem ou não identificados e, assim, destes que escolheram a não identificação, utilizamos os pseudônimos: Alves e Farias, assim como na referência das fontes cedidas.

É importante ressaltar que essa pesquisa se deu em meio à pandemia do Coronavírus Disease 2019 (Covid-19) e toda a proposta desse trabalho estabelecida inicialmente teve que passar por adaptações com relação à coleta de dados e até mesmo o levantamento bibliográfico foi afetado com esse cenário. Os lócus da pesquisa tiveram que ser fechados por meses em razão da Covid-19; as pessoas ficaram em isolamento social, principalmente idosos, crianças e pessoas com problemas crônicos e respiratórios.

O fechamento dos locais onde buscamos os documentos sobre o Ginásio Piriiriense e a cidade de Piriiri impactou a pesquisa com atrasos na coleta e análise das informações documentais. Algumas pessoas que seriam participantes e colaboradoras dos relatos orais ficaram impossibilitadas de contribuir com as suas vivências sobre o Ginásio Jose Narciso da Rocha Filho, afetando o recolhimento desses dados no estudo.

Em razão desse cenário da pesquisa no período da pandemia da Covid-19, duas entrevistas ocorreram de forma remota, com a utilização de mecanismos da internet para o “contato” com os colaboradores. Assim como propomos no projeto desse estudo, as entrevistas seriam feitas, preferencialmente, à distância e essa opção ficaria à escolha dos próprios entrevistados, prevendo o distanciamento social.

A coleta dos dados orais à distância foi viabilizada por chamadas de vídeo via *WhatsApp* e por ligação pelo telefone celular, conforme as necessidades e possibilidades dos participantes. Quanto às entrevistas presenciais, no total de 6, seguiram os protocolos da saúde, como o uso de máscaras, higienização das mãos e dos materiais utilizados, o distanciamento físico entre o participante e os pesquisadores, além de ter ocorrido em um espaço aberto e arejado escolhido pelo próprio participante.

As fontes utilizadas nesse trabalho foram coletadas, separadas e organizadas, conforme o período da pesquisa: os documentos dos anos de 1959 e 1960 serviram para percebermos o ensino secundário piauiense e a relação do Estado para com essa educação; as fontes de 1961 a 1975 para compreendermos o ensino ginásial piauiense, especialmente ofertado no Ginásio José Narciso da Rocha Filho, o papel do poder público estadual para com

o Ginásio Piripiriense no período em que este ficou na responsabilidade de particulares e após a sua estadualização e a responsabilidade ou não do município de Piripiri na oferta desse ensino; pudemos também conhecer a organização curricular, o quadro dos sujeitos da escola, os gastos da instituição, os materiais disponíveis para os alunos e docentes, normas e funcionamento, a estrutura do prédio, entre outros aspectos.

Estes documentos coletados até o momento, por sua vez, foram subdivididos a partir dos anos em que a instituição ginásial piripiriense foi particular (1961-1964) e pública (1965-1975). Os documentos dos anos de 1972 a 1975 serviram para o conhecimento e comprovação da mudança curricular do estabelecimento José Narciso da Rocha Filho, bem como a sua nomenclatura; apesar da Lei n. 5.692, que extinguiu o sistema de ensino ginásial, ter sido promulgada em 1971, a décima segunda turma de ensino ginásial, registrada no Livro de Atas do Ginásio José Narciso da Rocha Filho, concluiu em 1975 (Ginásio Piripiriense, 1961-1975b).

Os dados foram analisados a partir do foco principal da pesquisa: investigar a cultura escolar do Ginásio José Narciso da Rocha Filho, entre os anos de 1961 a 1971. A partir desse desejo de compreender como se deu o cotidiano do Ginásio Piripiriense, levamos em consideração a sequência dos objetivos específicos explicados anteriormente, que serviram de base para a categorização das informações, na qual os dados sobre o contexto social e político nacional, estadual e municipal compôs a primeira categoria. O segundo item continha as informações relativas à cultura escolar: normas, cotidiano, grade curricular, eventos, quadro administrativo, docente e discente, quantidade de matrículas, subvenções, gastos, investimentos, entre outros.

A terceira divisão das fontes foi composta pelos dados da cultura material do Ginásio José Narciso da Rocha Filho, entre os anos de 1961 a 1971, como a arquitetura do prédio: a construção, divisão das salas de aula, localização da diretoria e secretaria, além dos instrumentos pedagógicos usados pelos professores e os aparatos necessários e indispensáveis para os alunos ginásianos piripirienses em sala de aula. Estas estruturas, a partir dos objetivos específicos, por sua vez, proporcionaram a construção dos demais capítulos da dissertação.

É importante ressaltar que essa pesquisa teve apoio financeiro de bolsas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal e Nível Superior (CAPES), cujo objetivo é desenvolver a expansão e consolidação dos cursos de pós-graduação em nível *stricto sensu*, que compreende os programas de Mestrado e Doutorado, em todo o território brasileiro.

Portanto, ressalvamos a relevância deste trabalho, pois ele contribui para historiografia da educação piauiense, especialmente às pesquisas acerca da História das Instituições

Educativas. Além disso, favorece a preservação da memória educativa e das pessoas que fizeram parte da história de uma escola com elevada importância para a cidade de Piri-piri e para o estado do Piauí, escola que, em seus 60 anos de existência, mantém e constitui a sua história relevante no cenário educacional piri-piriense. Para o âmbito acadêmico, como aporte bibliográfico para futuras investigações sobre a história da educação municipal, estadual e nacional.

O Ginásio Piri-piriense entregou o Diploma de Ensino Ginásial para 12 turmas⁴ ao longo da sua oferta educacional do primeiro ciclo do ensino secundário, pois passou a ser Unidade Escolar José Narciso da Rocha Filho nos finais dos anos de 1973 e começou a ofertar as séries finais do ensino de Primeiro Grau. Nos anos de 1997, a escola começou a ofertar o ensino fundamental (séries finais) e médio; a partir de 2015, a instituição ofereceu apenas turmas de ensino médio e em 2017 se tornou um Centro de Ensino de Tempo Integral, em nível de ensino médio, como constatamos no quadro 1:

Quadro 1 – Cenário Temporal do Ginásio Piri-piriense

Fato histórico	Ano	Nomenclatura	Nível de Ensino Ofertado
Criação	1961	Ginásio José Narciso da Rocha Filho	Ensino Ginásial
Estadualização	1965	Ginásio Estadual José Narciso da Rocha Filho	Ensino Ginásial
Unidade Escolar	1971	Unidade Escolar José Narciso da Rocha Filho ⁵	Ensino de Primeiro Grau (compreendendo o 5º ao 16º período)
	1997		Séries finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio
	2015		Ensino Médio
CETI	2017	Centro Estadual de Tempo Integral José Narciso da Rocha Filho	Ensino Médio em Tempo Integral

Fonte: Autora.

Dados: Andrade (2013), Getirana (2021), Ginásio Piri-piriense (1961-1975a).

A partir do ano de 2017 o Ginásio Piri-piriense tornou-se Centro Estadual de Tempo Integral, uma nova modalidade de Ensino Médio em Tempo Integral, ofertando as três séries

⁴Esse dado foi encontrado no Livro de Atas do Ginásio José Narciso da Rocha Filho.

⁵A mudança da nomenclatura da instituição para “Unidade Escolar”, conforme a Lei n. 5.692/1971, só foi possível perceber, nos documentos da escola, a partir dos anos de 1973.

do ensino médio. Atualmente, a instituição recebe o nome de CETI José Narciso da Rocha Filho.

Acerca da análise dos dados e construção da literatura da pesquisa, dividimos esta em três capítulos que seguem sequencialmente: o primeiro foi intitulado *Cenário político e social da implantação do Ginásio José Narciso da Rocha Filho*, este subdividido em: *O florescer da cidade e da educação: antes do Ginásio José Narciso da Rocha Filho* e “*Piripiri viveu um dos seus maiores dias*”: *o tempo do Ginásio Piripiriense*, que rememora traços da história do desenvolvimento social e político da cidade piripiriense interligados à história da educação do município até a implantação do Ginásio de Piripiri, em março de 1961.

O segundo capítulo, apresentado na seção número 3, é batizado como *A cultura escolar do Ginásio José Narciso da Rocha Filho*, com suas subdivisões: *Decodificando a memória viva nos documentos e nas narrativas: o cotidiano escolar do Ginásio José Narciso da Rocha Filho*; *Acesso, ingresso, permanência e conclusão: os discentes do Ginásio Piripiriense*; *Cada membro possui a sua função: os funcionários do Ginásio de Piripiri*; *É assim que se faz: os docentes, as práticas escolares e as avaliações*; *O currículo e o ensino no cotidiano escolar do Ginásio Piripiriense*. Estes itens historiam o cotidiano escolar do Ginásio Piripiriense propriamente dito, o dia a dia dos sujeitos ginasianos na instituição, assim como fora deste, em atividades que correspondiam à instituição de ensino secundário, normas e condutas; a respeito dos sujeitos da escola: os discentes, funcionários e docentes, com suas práticas e avaliações escolares.

A quarta seção aborda o capítulo terceiro: *A materialidade escolar do Ginásio José Narciso da Rocha Filho*, este separado em: *Os prédios falam por suas paredes: arquitetura e divisões*; *Os aparatos dos estudantes ginasianos: uniformes e objetos pessoais*; *Fiscalizando os estudantes do Ginásio: a caderneta, as atas e os registros escolares*; *O certificado de conclusão do curso ginasial*. Estas orientações recorrem aos aspectos históricos materiais do Ginásio José Narciso da Rocha Filho: os prédios, a infraestrutura, os objetos pessoais dos discentes ginasianos, os instrumentos de fiscalização e normas dos estudantes do Ginásio e os certificados de conclusão do curso ginasial.

2 CENÁRIO POLÍTICO E SOCIAL DA IMPLANTAÇÃO DO GINÁSIO JOSÉ NARCISO DA ROCHA FILHO

A década de 1960, no Piauí, é marcada por um crescimento no número de instituições de ensino secundário ginasial, assim como o crescimento populacional e ainda por um processo de urbanização na capital e na região Norte do Estado. Essa expansão quantitativa dos estabelecimentos de ensino secundário de 23, na década de 1950, para 37 nos anos de 1960, deu-se essencialmente pela iniciativa privada, em que o Estado preferia atuar indiretamente nesse processo, com auxílios e subvenções (Lopes, 2021).

Essa oferta do ensino secundário começou a se expandir para o interior piauiense, concentrando-se nas cidades com maiores índices populacionais. Apesar do aumento do número de ginásios, isto não foi o suficiente para atender à demanda de estudantes, tanto por fatores de localização desses estabelecimentos como pelas taxas de analfabetismo da população piauiense; os exames de admissão também dificultavam o ingresso dos estudantes no ciclo ginasial, além das avaliações durante o curso e as atividades exigidas no cotidiano escolar, conforme Lopes (2021, p. 115): “Como um dos problemas relativos à expansão do Ensino Secundário, temos o do acesso, que não se limitava apenas ao número de unidades escolares existentes, mas às condições necessárias à frequência a essas escolas para os diferentes grupos sociais”.

Nos anos de 1960, por exemplo, Piripiri estava entre as cinco cidades com maior população urbana no Piauí, ficando atrás somente da capital Teresina, Parnaíba, Floriano e Campo Maior, conforme Sousa (2019). Além do mais, a cidade já contava com dois grupos escolares, uma Escola Normal, escolinhas particulares e ainda aulas preparatórias para exames de admissão, fazendo, assim, surgir a necessidade de um crescimento vertical no âmbito da educação de Piripiri e a proposta de implantar um Ginásio na cidade (Getirana, 2021).

Este capítulo apresenta a cidade de Piripiri-PI, no seu florescer, desde a sua colonização pelo Padre Domingos de Freitas e Silva até os anos de 1960 sob o cenário geral Piauiense, a fim de percebermos a relação estreita entre o desenvolvimento de Piripiri e a educação para a população, que nos anos 60 almejava dar mais um passo no progresso educacional.

2.1 O florescer da cidade e da educação: antes do Ginásio José Narciso da Rocha Filho

O município de Piripiri, localizado ao norte do Estado do Piauí, foi fundado em 1844 e teve a sua emancipação política em 1910. No cenário dos anos 1960 a 1970, Piripiri tinha como cidades vizinhas Piracuruca, Pedro II, Capitão de Campos, Barras e Batalha, além de pequenos povoados pertencentes ao município piripiriense (Santana, 1972). A cidade de Piripiri, formada por terras de uma antiga fazenda de gados, Data Botica, foi fundada pelo Padre Domingos de Freitas e Silva, vindo da Vila de Piracuruca, em 1844. Ao chegar, o sacerdote construiu uma residência para si e uma capela, dedicada à Nossa Senhora dos Remédios, marcando as primeiras construções do local e o início de sua colonização. Conforme a memorialista Santana (1972, p. 13-14),

[...] a terra, apenas a terra encravada na data "Botica", cuja sesmaria foi concedida a Antônio Fernandes de Macedo, a 20 de janeiro de 1777 e registrada a fl. 56 v. do Livro Primeiro. Existia a terra, simplesmente. Faltava porém um braço forte para despertá-la, um espírito aventureiro disposto a iniciar a sua colonização.

Esse desbravar do território piripiriense, local chamado inicialmente pelo nome de Perypery, significando capim ou capinzal, marcou o início do desenvolvimento da localidade e foi realizado pelo Padre Domingos de Freitas e Silva, que além de incentivar as primeiras povoações, implantou o primeiro ensino da localidade. Atualmente, como município Piripiri, a cidade é, muitas vezes, intimamente chamada e caracterizada pelos piripirienses de a “Terra do Padre Freitas” (Santana, 1972).

Retomando o âmbito piauiense, em 1844, ano em que Perypery foi desbravada pelo Padre Freitas, no Piauí discutia-se a mudança da capital de Oeiras para a margem do Rio Parnaíba, na região norte, a fim de alavancar a economia e o progresso do Estado, uma vez que o Piauí, ao longo da sua história, começou o seu “emergir histórico” e colonização com as fazendas de gados e a pecuária extensiva, atividades mais voltadas para a agricultura de subsistência (Gandara, 2008).

Como forma de alavancar o desenvolvimento da Província, os representantes começaram a perceber o Rio Parnaíba como fonte de elevar a economia do Estado utilizando-o como meio de transportar as matérias-primas piauienses para outros lugares do país e exterior, além da mobilidade das pessoas por uma rede de fronteiras mais extensas. Além disso, as construções de estradas de ferro possibilitariam o desbravar do interior piauiense e a intersecção entre as vilas e as localidades (Gandara, 2008).

Segundo Gandara (2008), para a utilização do Rio Parnaíba como aparato para o progresso econômico e social do Piauí, seria necessário a mudança da capital, nesse período localizada na região central do Estado, para um local estratégico, próximo do recurso hídrico e de estados vizinhos.

A partir desse contexto, após muitas discussões políticas e econômicas sobre essa transferência da metrópole piauiense, em 1852 a capital do Estado mudou-se para Teresina, por ser um lugar estratégico banhado pelos rios Parnaíba e Poti, uma cidade planejada para alavancar o progresso e o desenvolvimento econômico estadual. A utilização das águas do Rio Parnaíba para o transporte de mercadorias e produtos agrícolas iniciou em 1858 e, em 1870, esse comércio fluvial já contemplava as cidades de Parnaíba, Buriti dos Lopes, Teresina, Amarante, Floriano, Uruçuí, Santa Filomena, além de algumas cidades do Maranhão, conforme Gandara (2008).

Enquanto o Piauí mudava a sua capital para a região norte do Estado e começava a utilizar-se das águas do Rio Parnaíba para o alavancar econômico piauiense, Piripiri começava a história de sua povoação. Segundo Santana (1972), nos anos de 1855 o padre Domingos de Freitas e Silva decidiu dividir as suas terras em lotes pequenos para quem almejasse residir nessas terras; com isso Piripiri começou a se povoar e, em 1857, já possuindo aspecto de povoação, o Padre Freitas instalou aulas de primeiras letras e de latim, ministradas pelo reverendo para a população local, conforme Reis (2017, p. 80-81) apresentou:

Não se pode deixar de registrar o empenho particular dedicado pelo Padre [...] Domingos de Freitas e Silva e do Dr. Cândido de Deus e Silva em favor da educação secundária do Piauí Imperial. Ambos foram figuras marcantes no movimento de independência da província do Piauí. O primeiro criou, em 1844, uma escola primária e um curso secundário de Latim em sua fazenda Piripiri, e o segundo também ministrava aulas secundárias em Parnaíba.

Percebemos, assim, o quanto as contribuições do Padre Freitas foram significativas para a história da educação piripiriense e, também, para a historiografia piauiense como um dos primeiros professores do Estado, como apresenta Reis (2017), sendo precursor e fundador da educação em Piripiri. A partir das suas aulas, o reverendo alfabetizou Thomaz Rebello d'Oliveira Castro, Dr. Horácio Rebello, Antônio Lopes Castelo Branco e Dr. Simplicio Coelho de Rezende; posteriormente, alguns desses alunos tornaram-se professores e deram prosseguimento à história da educação de Piripiri, de acordo com Andrade (2013).

Nos anos de 1860, Piripiri foi desmembrada da cidade de Piracuruca, pela Lei n. 509 (Mello, 2001). Em 1868, Antônio Lopes Castelo Branco, um dos ex-alunos do Padre Freitas,

fundou uma escola particular denominada de Colégio São José e, no mês de agosto de 1870, a Lei n. 692 criou a primeira Escola Primária da Paróquia, tendo como professor Manoel Pedro de Souza Bem.

Piripiri constituiu-se como Vila em 18 de setembro de 1874, a partir da Resolução Provincial n. 849 de 18 de junho de 1874, mas ainda permanecia com a nomenclatura de Perypery. Enquanto isso o Piauí discutia e repensava a navegação mercantil sob o Rio Parnaíba, pois o Estado passava por um período de intensa instabilidade política e econômica em âmbito estadual, como apresenta Cunha (2017, p. 44):

Nesse período, o investimento era voltado para área de transporte, construção de ferrovias e portos que contribuiu timidamente para incentivar a economia piauiense. Um setor que sentiu essa instabilidade foi a produção de cera de carnaúba e babaçu, que sofreu com a ausência de porto na província e o governo não teve estímulo para construção de estrada de ferro. Toda a força política e econômica ficara nas mãos dos que defendia e propagavam a república na região. A partir da promulgação da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, em 1891, a província do Piauí passou a ser denominado Estado do Piauí. Antes a riqueza firmada pela pecuária extensiva, começara a dar lugar ao extrativismo vegetal através da borracha da maniçoba, influenciando no aumento populacional na época.

Diante do cenário discutido, o mercado pelo Rio Parnaíba não mais supria as necessidades de desbravar e propiciar o desenvolvimento das vilas e localidades piauienses, pois esse canal hídrico não contemplava todo o território do Piauí, ocasionando quedas nas produções da cera de carnaúba e de babaçu, principais produtos do setor econômico piauiense; além disso, algumas alterações nas atividades econômicas do Estado somaram-se a essa necessidade. Assim, precisaram-se repensar as estratégias e investir na construção de ferrovias e portos para alavancar a economia do Estado, que em termos populacionais crescia na época (Cunha, 2017).

Piripiri não era contemplada com esse comércio marítimo, diretamente, mas segundo Andrade (2013, p. 67), no ano de 1908, “[...] Periphery já despontava como uma das maiores vilas do Piauí. A sociedade ansiava por uma boa escola, uma instituição que orgulhasse a população”. Desta forma, o Padre Antonio Bezerra de Menezes, juntamente com João de Freitas Filho e José de Arimathéa Tito, que no futuro seria o desembargador do Tribunal de Justiça do Piauí, organizaram e fundaram o Instituto Arco-Verde, uma escola de primeiras letras só para os meninos da vila.

Em 04 de julho de 1910, Piripiri ganhou a sua emancipação e foi elevada à categoria de cidade, crescendo cada vez mais em termos populacionais (Mello, 2001). Em 1910, em concordância com Cunha (2017), o cenário da economia piauiense apresentava dificuldades e baseava-se no extrativismo, com a exploração de produtos como a borracha, a cera da

carnaúba, algodão e os bovinos. Para Gandara (2008), Parnaíba almejava um porto de Amarração e, no ano de 1915, o Governo Estadual conseguiu autorização para construir o referente porto e iniciar as construções de uma estrada de ferro que iniciava em Amarração.

No dia 16 de outubro de 1916, trafegou o primeiro trem no território do Estado, na Estrada de Ferro Central do Piauí, ligando Portinho a Cacimbão, com uma extensão de 147 quilômetros. Já em 1923, a ferrovia chegava às terras piracuruquenses, conforme Gandara (2008). A cidade de Piri-piri foi contemplada com o trem em fevereiro de 1937; nesse período, os comerciantes da cidade necessitavam de um meio de transporte que fosse acessível para o transporte e aquisição de mercadorias. Como podemos perceber, o planejamento da malha ferroviária foi um processo lento, pois começou da região litorânea do Estado para a região sul e foi interligando cidade em cidade. Para Cunha (2017, p. 48),

A cidade de Piri-piri passou a ser ponto final da estrada de ferro, com viagens que viam de Parnaíba e voltavam pra Luís Corrêa, o que acabou influenciando e favorecendo a ocupação daquela área distante do centro e com poucas construções no local. Esse dinamismo favoreceu o comércio contribuindo para o desenvolvimento urbano da cidade. Neste período a cidade começa a apresentar um crescimento pautado na oferta de serviços.

A instalação da malha ferroviária em Piri-piri favoreceu no comércio da cidade, pois era mais uma forma de movimentação, além das rodovias, que ligaria a cidade, permitindo o transporte de mercadorias e a mobilidade das pessoas de um lugar a outro para a região litorânea, proporcionou o dinamismo comercial e a oferta de serviços na cidade.

O ano em que o trem entrou pela primeira vez em Piri-piri foi descrito por Santana (1972) como um dia de festividade, tendo José Coelho de Rezende como o primeiro piri-piriense a inaugurar o trem na cidade, sendo ele também o responsável por concluir as obras iniciadas. No mesmo dia deu-se um baile à sociedade piri-piriense, pois se entedia o evento como “[...] um grande passo na estrada do progresso” (Santana, 1972, p. 31).

Antes de o trem firmar-se nas terras piri-pirienses, a cidade alcançava a conquista do primeiro Grupo Escolar, a partir do decreto n. 1.069 de 29 de janeiro de 1930, por meio do qual as Escolas Reunidas Padre Freitas foram elevadas à categoria de grupo escolar, ganhando um prédio próprio em 1934, na área central da cidade. A comemoração dessa realização contou com a presença do governador do Estado no período, Landri Sales, que participou de forma ativa das solenidades. A este respeito, escreveu Andrade (2013, p. 72): “O povo estava orgulhoso de nosso primeiro grupo escolar”.

A partir dos anos 1940, o Piauí refletia o cenário nacional de intenso processo de industrialização e, conseqüentemente, de urbanização, pela organização política de Vargas no

período do Estado Novo, provocando mudanças no cenário. De acordo com Cunha (2017, p. 46):

Para Castelo Branco (2006), apesar do crescimento da lavoura, entre as décadas de 1940 e 1970 através da abertura de estradas, crescimento demográfico o que ocasionou a circulação de mercadorias e impulsionou à agricultura na época, ela era totalmente voltada para o próprio consumo da população, a chamada agricultura de subsistência, produzida para seu próprio consumo.

O Piauí crescia em termos de população urbana em razão do processo de industrialização e desenvolvimento do Estado. Segundo Sousa (2019), nos anos de 1940 Piri-piri se encontrava em quarto lugar, em termos de maior população na zona urbana, com o quantitativo de 4.520 contido em um número geral de 18.719 no Estado do Piauí, ficando atrás apenas de Teresina, Parnaíba e Floriano, reflexos do seu desenvolvimento.

Não era somente em termos de urbanização que o município piri-piriense se desenvolvia, mas também no âmbito educacional. Em 1942, por exemplo, o Padre Raul Formiga, que chegara nesse período no município, criou a Escola Paroquial Primária. Nesse mesmo ano de 1942, no dia 19 de abril, foi inaugurado o segundo Grupo Escolar denominado de Cassiana Rocha, uma construção iniciada em 1940 a partir de uma iniciativa particular de José Narciso da Rocha Filho, que entregou a instituição para a responsabilidade do Estado (Andrade, 2013).

Em 1944, em conformidade a Santana (1972), a grafia do nome Perypery foi modificada, em 21 de novembro, a partir da Resolução n. 4 da Diretoria Regional de Geografia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Desde então se passou a grafar “Piri-piri”. Foi nesse período também que a cidade foi contemplada com a Primeira Usina Elétrica.

Em 1945, foram concluídas as obras do açude Caldeirão, construção que foi iniciada no mesmo período em que o trem começava a atravessar a cidade piri-piriense. A barragem proporcionou o cultivo de algodão, feijão, mandioca, frutas cítricas e legumes, movimentando o comércio local (Mello, 2001).

Segundo Cunha (2017, p. 49), entre 1950 e 1970 o município piri-piriense começava a “[...] passar por transformações no cenário urbano com abertura de novas vias, reformas nas calçadas, alinhamento de edificações, nivelamento e delimitação de ruas, construção de canteiros centrais, investimentos e construções de escolas”.

Esse desenvolvimento de Piri-piri foi paralelamente ao processo de industrialização do Estado, pois entre os anos de 1950 a 1960 foram criadas seis empresas distintas ligadas à agricultura e à pecuária, de acordo com Santana (2011). Logo, o progresso econômico do

Piauí ligou a sua base ao setor agropecuário, espelhando o início e a principal forma de colonização do território piauiense no período do Brasil Colonial.

Na década de 1950, Piripiri ocupava o sexto lugar em termos de população urbana, ficando atrás de Teresina, Parnaíba, Floriano, Campo Maior e Picos. O número de habitantes da zona urbana contabilizava 4.375, de um total de 23.701 (Sousa, 2019). Em relação aos anos de 1940, a população piripiriense, em geral, cresceu consideravelmente, mas a maior parte da população ainda permanecia na zona rural do município na referente década.

Em 1952, a cidade foi contemplada com a Escola Normal Regional Sagrado Coração de Jesus, substituindo a antiga escola Normal Rural. Esta instituição proporcionou um grande avanço para a educação primária em Piripiri e para o Estado, pois o seu intuito principal era formar regentes de ensino primário e, assim, alavancar a qualidade desse nível educacional, conforme Santana (2011).

De acordo com o IBGE (1961), nos anos de 1960, 50 anos após a sua emancipação, a cidade de Piripiri tinha cerca de 1.710 quilômetros de extensão territorial e contava com uma população total de 29.525 mil habitantes. A cidade aumentava seu índice populacional, entretanto o maior número de piripirienses ainda estava residente no campo, com cerca 19.890 e, na cidade, um total de 9.635 habitantes.

Segundo Andrade (2013), nesse período a cidade de Piripiri já possuía diferentes escolas de primeiras letras organizadas em casas de professores, além dos dois Grupos Escolares e da Escola Normal Sagrado Coração de Jesus, todos funcionando em seus prédios próprios.

Assim também havia a necessidade de Piripiri dar mais um salto no processo de escolarização dos piripirienses nos anos de 1960, pois somente os Grupos Escolares – o primeiro em 1934 e o segundo em 1942 – e a Escola Normal Regional Sagrado Coração de Jesus, fundada em 1952 (Andrade, 2013), não mais supriam as necessidades educacionais da população, que almejava a implantação do ensino secundário ginasial na cidade.

Em Piripiri, os estudantes que desejassem dar continuidade aos seus estudos e ingressar no ensino secundário precisavam se deslocar para outras cidades piauienses, no entanto, nem todos que aspiraram a ter o curso ginasial conseguiam migrar da sua terra natal, alguns por não poderem custear os seus estudos, outros por não conseguirem autorização dos pais, principalmente no que diz respeito às mulheres, conforme Oliveira (2019).

de cidades e localidades vizinhas. Algumas dessas cidades, no cenário da década de 1960, já possuíam pelo menos 1 estabelecimento ginasial, como Teresina, Parnaíba, Piracuruca, Campo Maior e Barras (Reis, 2017). Conforme Oliveira (2019), alguns desses estabelecimentos já eram estadualizados nesse período, enquanto o município de Piri-piri ainda aspirava por um ginásio para a sua mocidade que conclua o ensino primário.

Atendendo aos anseios da mocidade piri-piriense, os conterrâneos Aderson Alves Ferreira, prefeito da cidade no período, juntamente com Omar de Andrade Rezende, Raimunda Pinheiro de Rezende e alguns amigos colaboradores, fundaram o Ginásio Piri-piriense, denominando-o de José Narciso da Rocha Filho, no ano de 1961. Com a conquista do Ginásio Piri-piriense, há uma inversão na migração educacional: os jovens da terra de Padre Freitas não mais precisariam sair para continuar seus estudos, pois a partir de então Piri-piri seria o ponto de destino de muitos estudantes de cidades vizinhas, povoados e comunidades, e até mesmo de outros Estados que desejavam prosseguir os estudos no âmbito secundário ginasial, como será discutido no decorrer do trabalho e percebido pela análise dos dossiês de matrículas da escola (Ginásio Piri-piriense, 1961-1975a).

2.2 “Piri-piri viveu um dos seus maiores dias”: o tempo do Ginásio Piri-piriense

O Ginásio José Narciso da Rocha Filho foi um estabelecimento de ensino secundário ginasial composto por turmas mistas (de pessoas do sexo feminino e do masculino). Essa instituição foi muito desejada pela população piri-piriense pela necessidade de proporcionar a continuidade daqueles que concluíam o curso primário em Piri-piri e não tinham condições de continuar os seus estudos em outras cidades, como descreve Melo (2006, p. 132):

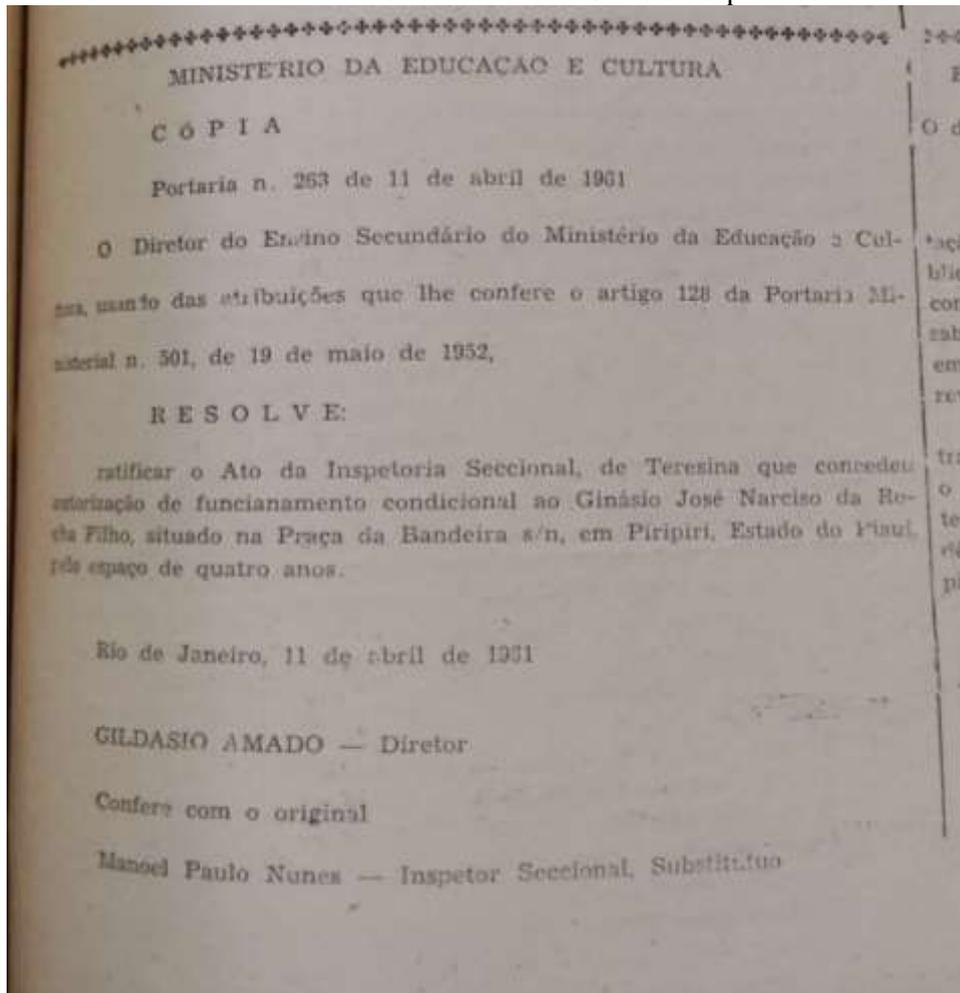
Vale salientar-se que essa geração, chamada dos Anos Dourados 50/60, viveu a idade infante-juvenil numa época em que, Piri-piri, desprovida de ginásio e ensino médio obrigava as famílias a buscar, em cidades maiores, as oportunidades que não se encontravam ali; enquanto outras meninas menos afortunadas, cursavam o Normal Regional no saudoso Colégio das Irmãs. Entretanto, esse sacrifício dos pais e a permanência de algumas na cidade, resultaram em frutos altamente fecundos, dali surgiram médicos, desembargadores, odontólogos, advogados, administradores, professores, bancários, contadores, oficiais das Forças Armadas, políticos, escritores, demonstradores que, na responsabilidade e orgulho da valorização individual está, também, a honorificência de nossa terra.

Melo (2006) retrata nessa citação a adolescência dos jovens piri-pirienses nos anos de 1950 e 1960 e como a sociedade de Piri-piri valorizava a educação de seus filhos, que faziam os esforços para enviarem a sua descendência a outros locais para fazerem o ensino médio,

enquanto os que ficavam na cidade frequentavam as escolas que existiam. Para as moças ainda havia a opção de continuar e estudar na Escola Normal Regional Sagrado Coração de Jesus, tornarem-se normalistas e, assim, professoras dos grupos escolares existentes.

Diante desse crescimento e da necessidade de possuir um estabelecimento de ensino secundário, foi instalado o Ginásio José Narciso da Rocha Filho. Essa instituição foi implantada em 4 março de 1961, autorizada pela Portaria n. 263 de 11 de abril de 1961 pelo diretor do Ensino Secundário do Ministério da Educação e Cultura, Gildásio Amado, que validava a autorização de funcionamento condicional dada ao estabelecimento, pela Inspeção Seccional de Teresina, tendo como Inspetor Seccional, nesse período, Manoel Paulo Nunes (Brasil, 1961c), como será apresentado na fotografia 2. Ali ofertou-se a instrução de nível ginasial até o ano de 1975, de acordo com o Livro de Atas do estabelecimento (Ginásio Piripiriense, 1961-1975b), décima segunda turma nos conformes desse ciclo, em razão da promulgação da Lei n. 5.692/1971.

Fotografia 2 – Portaria de ratificação do Ato da Inspeção Seccional que concedeu autorização de funcionamento condicional ao Ginásio Piripiriense



Fonte: Brasil (1961c, p. 7).

Essa portaria configurou-se como o documento oficial de funcionamento do estabelecimento de ensino secundário ginásial piripiriense. A princípio o Ginásio José Narciso da Rocha Filho foi implantado por particulares, em um prédio cedido pelo prefeito da cidade, com autorização de funcionamento condicional pela Inspeção Seccional de Teresina, no período de quatro anos (Brasil, 1961c). Logo foi estadualizado, em 1965 (Andrade, 2013). Em alguns documentos escolares de alunos, encontramos o registro dessa Portaria carimbado como na fotografia 3:

Fotografia 3 – Parte de documento referente à transferência de um aluno

CÓES:

O aluno transferiu-se para
turno noturno.

O aluno foi freqüente às
aulas de Educação Física.

Piripiri, 28 de fevereiro de 1973
Raimundo Pinheiro de Rego

RAIMUNDO PINHEIRO DE REGO
SECRETARIA REG. Nº 4889

ESTE DOCUMENTO NÃO CONTÉM
EMENDAS NEM RASURAS

GINÁSIO ESTADUAL "JOSÉ NARCISO DA ROCHA FILHO"
ENTIDADE MANTENEDORA: GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
AUT. A FUNCIONAR P. PORT. Nº 263, DE 13.01.61.

DOBRE AQUI

Fonte: Ginásio Piripiriense (1961-1975a).

A fotografia 3 reflete o verso da ficha do resultado do exame de admissão, no item das observações. Nesta identificamos que o discente descrito nessa fonte se trata de um aluno que pediu transferência do turno diurno para o período noturno no ano de 1973. No final do

documento encontramos o respectivo carimbo com frases em três linhas: o nome da escola gravado como GINÁSIO ESTADUAL “JOSÉ NARCISO DA ROCHA FILHO” e logo abaixo ENTIDADE MANTENEDORA: GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Assim como a informação do número da Portaria de autorização de funcionamento do estabelecimento, com a data respectiva de 14 de abril de 1961 (última linha). A data de autorização do estabelecimento apresenta três dias de diferença se compararmos as fotografias 2 e 3, mas isso pode ter ocorrido pelos trâmites legislativos.

Como mencionado anteriormente e na obra de Andrade (2013), o Ginásio, em sua fundação, funcionara no prédio da própria prefeitura no centro da cidade, localização central próximo à Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, a padroeira da cidade. O estabelecimento ficava em frente à praça principal, denominada de Praça da Bandeira, e ao lado de uma das instituições de ensino primário de Piripiri: o Grupo Escolar Padre Freitas, fundado em 1934. Além disso, encontravam-se comércios, bares, entre outros estabelecimentos, nos arredores do edifício. Essa região era a mais movimentada da cidade, considerada um local de lazer; era o ponto de encontro da mocidade piripiriense à noite após as missas e nos finais de semana (Melo, 2006).

Fotografia 4 – Região Central de Piripiri na década de 1960

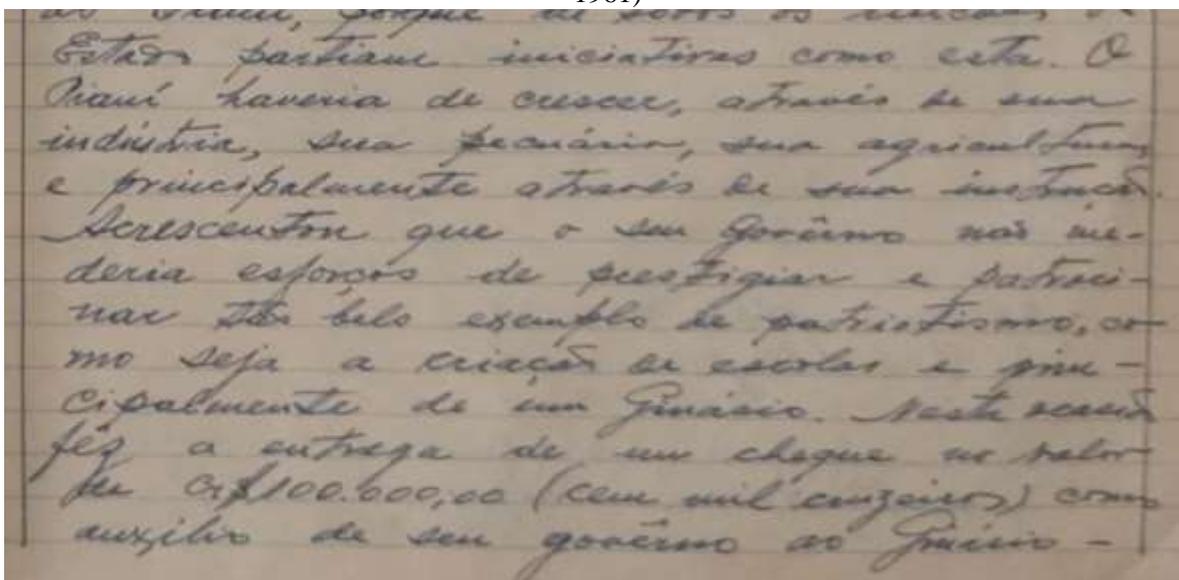


Fonte: Andrade (2016a).

Com esse desejo da população, o piripiriense Omar de Andrade Rezende e o prefeito Aderson Alves Ferreira, com o possível intuito de deixar a marca da sua gestão no período de seu mandato (1959-1963), idealizaram a instalação de um estabelecimento de ensino ginasial na cidade no ano de 1961 (Andrade, 2013). O prefeito, em seus mandatos (1945-1946, 1951-1955, 1959-1963), teria sido autor de outras obras significativas na cidade, como a implantação da primeira usina elétrica em Piripiri, fez a reforma do primeiro prédio da prefeitura, construiu rodovias, expandiu a rede escolar rural de ensino primário, dentre outras realizações, e “[...] Legou-nos um estabelecimento de nível médio, na qualidade de presidente da Fundação José Narciso da Rocha Filho, com o mesmo nome da Fundação, entregando-o à direção do Prof. Omar de Andrade Rezende” (Mello, 2001, p. 64).

Na instalação do Ginásio José Narciso da Rocha Filho, a escola contou com uma contribuição do governador do Estado, na época, Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, por meio de um cheque de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) para o funcionamento da escola, conforme percebemos no trecho da ata de implantação do estabelecimento:

Fotografia 5 – Trecho da Ata de Instalação do Ginásio José Narciso da Rocha Filho (4 de março de 1961)⁶



Fonte: Ginásio Piriapiense (1961-1975b, p. 3).

O governo de Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, que era membro do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), deu-se num período de necessidade de renovação do poder político estadual e luta contra a oligarquia que se eternizava no poder. A candidatura do governador sofreu bastante oscilação e disputas políticas, que foi indicado para as eleições após a morte do ex-candidato Demerval Lobão (Lima, 2011).

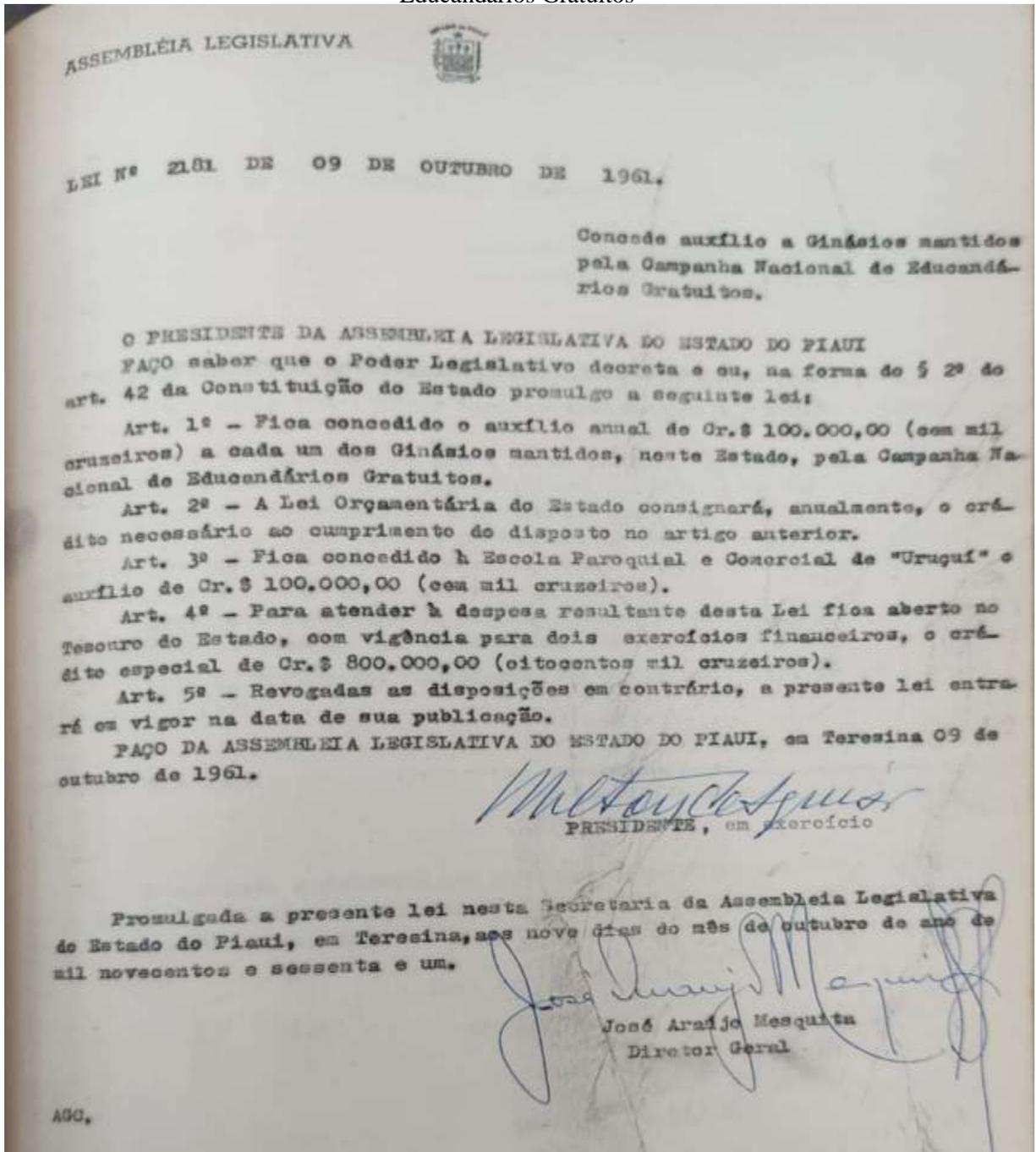
De acordo com Lima (2011) o discurso do governador Francisco das Chagas Caldas Rodrigues mostrava a necessidade de mudança no cenário econômico, político e social, com o intuito de repensar os pontos geopolíticos, geoeconômicos, demográficos, de comunicações, transportes, energia, comércio, saúde, educação, entre outros. Reis (2017) afirma, sobre os anos de 1960, ser o período de expansão dos estabelecimentos de ensino secundário no território piauiense. Nesse período também já havia muitas instituições oficializadas ou mantidas pelo poder público municipal e incentivo à educação estadual.

A subvenção feita pelo governador Francisco das Chagas Caldas Rodrigues para o Ginásio Piriapiense, em 1961, não foi algo específico e singular para o estabelecimento, pois o então governador possuía histórico de subvenções para os estabelecimentos de ensino

⁶Transcrição da fotografia 5: “[...] O Piauí haveria de crescer, através de sua indústria, sua pecuária, sua agricultura e principalmente através de sua instrução. Acrescentou que o seu Governo não mediria esforços de prestigiar e patrocinar tão belo exemplo de patriotismo, como seja a criação de escolas e principalmente de um Ginásio. Nesta ocasião fez a entrega de um cheque no valor de CR\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) como auxílio de seu governo ao Ginásio [...]”

secundário piauiense mantidos pela CNEC, CNEG, por particulares e ainda para ginásios municipais e confessionais, como podemos perceber na fotografia 6:

Fotografia 6 – Lei n. 2.181: Concede auxílio a Ginásios mantidos pela Campanha Nacional de Educandários Gratuitos



Fonte: Piauí (1961a).

Na fotografia 6, podemos perceber essas subvenções durante o governo de Chagas Rodrigues, a partir da Lei n. 2.181 de 09 de outubro de 1961, que concedia auxílio anual de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) para estabelecimentos de ensino ginásial mantidos pela

Campanha Nacional de Educandários Gratuitos no Estado do Piauí. Na mesma legislação, notamos que possui uma subvenção à Escola Paroquial e Comercial de Uruçuí no mesmo valor. Essas subvenções eram previstas no Tesouro do Estado para que fossem destinadas às escolas refletidas pela Lei n. 2.181/1961 (Piauí, 1961a).

É importante ressaltar que, para a instalação de um Ginásio, era preciso seguir uma série de normatizações que eram orientadas pela Portaria n. 302/1957, sobre a verificação prévia dos estabelecimentos de ensino secundário, revogando os arts. 124 a 134 da Portaria n. 501/1952; assim, para que uma instituição de ensino secundário recebesse autorização condicional de funcionamento, haveria condições:

Art. 124. Os estabelecimentos de ensino secundário, para que possam válidamente funcionar, deverão satisfazer, quanto à construção do edifício ou dos edifícios que utilizarem e quanto ao seu aparelhamento escolar, as normas pedagógicas estabelecidas pelo Ministério da Educação.

Art. 125. Os pedidos de verificação prévia de estabelecimentos de ensino secundário que pretendam funcionar como ginásios [...], deverão dar entrada nas Inspetorias Seccionais onde estiverem localizadas [...] (Brasil, 1957b, p. 94).

Como vemos, para dar entrada nesse processo de validação do funcionamento condicional dos Ginásios, era exigida uma série de documentos orientados pela mesma Portaria n. 302/1957, como informações referentes à idoneidade do representante legal do estabelecimento; o proprietário do prédio onde seria instalado o edifício; o nome do diretor e outro nome para diretor substituto, indicação de um secretário, devidamente registrado na Diretoria do Ensino Secundário e de professores que fossem habilitados para lecionar. Esta lista de docente deveria conter o nome deste e a respectiva disciplina que iria ministrar após a aprovação do funcionamento condicional da instituição de ensino secundário, entre outras informações (Brasil, 1957b), processo que não fora diferente no caso do Ginásio José Narciso da Rocha Filho.

“Piripiri viveu um dos seus maiores dias”, título que foi estampado na primeira página do noticiário estadual, o jornal Gazeta do Piauí, um dos jornais com grande visibilidade no Estado, em negrito e com a fonte no tamanho maior, evidenciava o destaque da conquista tão almejada pela instalação de estabelecimento de ensino secundário piripiriense, marcando o progresso educacional da cidade, como apresentam as fotografias 7 e 8:

Fotografia 7 – Manchete do jornal Gazeta do Piauí sobre a instalação do Ginásio Piri-piriense

*Prof. Omar Resende
Piripiri - Piauí
Senete - Foto Avarcin*

MARÇO - 1961
11
SABADO

Gazeta do Piauí

JORNAL INDEPENDENTE E NOTICIOSO - ANO VII - Nº 610 - Cr\$ 3,00

Diretor Responsável: SENADOR MATHIAS OLÍMPIO -

«A página do jornal pode ser efêmera, pode existir, apenas, um minuto e desaparecer na varagem dos dias. Mas permanece indeleável. É nestro que ela deixa no espírito»
Getúlio Vargas

O governador Chagas Rodrigues beneficia o estudante pobre

Entre os decretos mais recentes assinados pelo governador Chagas Rodrigues, chamou nos a atenção aquele que dispensa o uso da farda nos cursos noturnos dos colégios do Estado.

Medida justa e oportuna essa tomada pelo governador piauiense, dando a rápida impressão mesmo de que vem completar a magnificência do ato que possibilitou a gratuidade do ensino escolar nos colégios do Estado.

O estudante que frequenta a escola noturna é invariavelmente aquele que durante o dia tem de trabalhar, e a sua maioria é composta de rapazes cujas famílias são pobres. A dispensa da farda traz lhes duas vantagens: a economia de dinheiro para adquiri-la e o tempo precioso de que necessitam para uniformizar-se.

Piripiri viveu um dos seus maiores dias

Fundação do Ginásio José Narciso da Rocha Filho — Presente o Governador do Estado — Outras Notas.

Antônio Narciso

(Da Associação Paranaense de Imprensa)



dia 4 de Março de 1961, após se ouvir, em primeiro lugar, o cultíssimo Professor Álvaro Ferreira, na sua magistral aula de Sapiência, regulado-se, com a palavra, diversos outros oradores, entre os quais, o Diretor do Ginásio recém instalado, Professor Omar Resende, que pronunciou um brilhante discurso encerrando a magna celebração, feita o Governador Chagas Rodrigues, que estava

100.000.00 (cem mil cruzeiros), ao jovem Diretor do Ginásio, que, por isso mesmo, quase chorava de alegria!

Às 22 hrs., realizou-se o coquetel dançante que se prolongou até às 5 horas da manhã, de 5 de Março de 1961, encerrando-se, assim, dentro da mais estrita ordem e da mais contagiante alegria, as celebrações que assinalaram, tão condignamente, a instalação efi-

cientemente, a instalação efi-

Fotografia 8 – Notícia da implantação do Ginásio José Narciso da Rocha Filho (1961)

Diretor Responsável

MATHIAS OLÍMPIO

Piripiri viveu um dos seus maiores dias

Fundação do Ginásio José Narciso da Rocha Filho — Presente do Governador do Estado — Outras Notas.

Antônio Narciso

(Da Associação Paranaibana de Imprensa)



Dr. Chagas Rodrigues

Piripiri, a linda cidade do Padre Freitas de Tomás Rebêlo e de Nelson Resende, viveu, agora, um dos seus maiores dias.

É pena que ela não tenha um jornal para que pudesse gravar, em letras de fôrma, e levar, para bem longe, para fora do município, para todo o Brasil, a notícia da fundação de mais um Ginásio, em terras de Mafrense, em terras de Santa Cruz.

Não foi, é verdade, gravada esta notícia pelos esculpidinhos de Gutenberg, mas também verdade ou o acontecimento, que fez vibrar o peito do povo, ficou gravado, em letras indeleveis, no coração de todos os piripirienses.

O jornal virá depois.

★ ★

Naquele memorá-

ria 4 de Março de 1961, claro, ameno, aquecido por um sol de inverno, que não era, nem muito quente, nem muito frio, a população de Piripiri, risobha, entusiasmada, assistiu a um fato inédito nos anais da vida cívica — a instalação oficial do seu primeiro Ginásio, que recebeu o nome honrado daquele que foi um grande cidadão e um grande patriota, e também um grande apóstolo da Educação e da Instrução e um grande amigo de Piripiri — o Coronel José Narciso da Rocha Filho, de saudosa memória.

Pela manhã, às 7 hs., houve missa solene em ação de graças, celebrada na majestosa Matriz de N. S. dos Remédios.

Às 10 hs., no edifício da Prefeitura Municipal, realizou-se a fundação oficial do Ginásio José Narciso da Rocha Filho, com a presença de S. Exa. o Governador Chagas Rodrigues, sua Exma. esposa, D. Maria do Carmo Correia Rodrigues, e luzida comitiva; D. Antônia de Resende Rocha, virtuosa viúva do inolvidável patrono do novel Ginásio; representantes de S. Exa. Sr. Bispo Diocesano, dos Poderes Legislativos — federal e estadual; Dr. Juiz de Direito da Comarca, Sr. Prefeitos Municipais de Piripiri e cidades vizinhas, e grande número de senhores, senhoritas e cavalheiros da alta sociedade piripiriense.

Fêz-se ouvir, em primeiro lugar, o cultíssimo Professor Álvaro Ferreira, na sua magistral aula de Sapientia, segurando-se, com a palavra, diversos outros oradores, entre os quais, o Diretor do Ginásio recém instalado, Professor Omar Resende, que pronunciou um brilhante discurso, encerrando a magna solenidade, falou o Governador Chagas Rodrigues, que estava num dos seus dias mais felizes, no terreno da oratória, tal foram as ovacões entusiásticas que recebeu do grande e seleto auditório, maxime no momento culminante em que S. Exa. fez entrega de um cheque de Cr\$...

100.000 00 (cem mil cruzeiros), ao jovem Diretor do Ginásio, que, por isso mesmo, quase chorava de alegria!

Às 22 hrs., realizou-se o coquetel dançante, que se prolongou até às 5 horas da manhã, de 5 de Março de 1961, encerrando-se, assim, dentro da mais estrita ordem e da mais contagiante alegria, as solenidades que assinalaram, tão condignamente, a instalação oficial, na cidade de Piripiri, que prenda a gente, pela generosidade do seu grande e nobre povo, o Ginásio José Narciso da Rocha Filho.

★ ★

(Conclui na 2ª página)

Mais uma realização do Serviço Social do Estado

Teresina — 11 — Urgente — Correspondente — O Serviço Social do Estado que tem como Presidente a ilustre Primeira Dama do Estado, d. Maria do Carmo Correia de Caldas Rodrigues, fará inaugurar logo mais às 11 horas, o Abrigo S. Francisco. A nova instituição de caridade destinada a abrigar 40 de nossos irmãos tuberculosos que pa-

rambulam pelas ruas da cidade, necessitando de amparo e socorros médicos. É mais uma obra gigantesca do governo Chagas Rodrigues, o qual muito tem feito também neste sector, sendo oportuno salientar o carinho e o desvelo de D. Maria do Carmo, abnegada no servir aos humildes e esquecidos da fortuna.

O jornal Gazeta do Piauí do dia 11 de março de 1961 logo tratou de dar destaque à implantação do Ginásio José Narciso da Rocha Filho com a manchete: “Piripiri viveu um dos seus maiores dias”. Enaltecendo a terra de Padre Freitas, o jornal descreveu o entusiasmo e a satisfação da instalação do primeiro Ginásio da cidade refletida na expressão e palavras de quem vivenciou o evento, como representantes da população piripiriense, autoridades em geral, a viúva do patrono homenageado no Ginásio José Narciso da Rocha Filho, Antonieta de Rezende Rocha, e organizadores da instituição, como apresentam as fotografias 7 e 8.

Além disso, na fotografia 7 encontramos uma dedicatória “Prof. Omar Rezende, Piripiri Piauí, Remete – José Narciso”, que afirma a possibilidade de que o diretor do Ginásio José Narciso da Rocha Filho tenha recebido ou comprado esse jornal – além de outros que foram encontrados no estabelecimento, que também traziam a notícia sobre a implantação da escola pioneira, como destaque materializado da importância da instalação do Ginásio Piripiriense – e o tenha guardado, como prova de sua contribuição para a história da sociedade local.

Essas ideias são pensadas a partir da análise da materialidade dos impressos, que remonta há 60 anos desde a publicação, em 1961. As fontes hemerográficas, bem conservadas e protegidas da ação do tempo, demonstraram a preocupação dos responsáveis pelo ginásio em conservá-las para a história da escola. No próprio discurso de instalação do Ginásio Piripiriense já se previam futuras pesquisas sobre a instituição.

Nos anos de 1965, o Ginásio foi estadualizado, contudo permaneceu no mesmo edifício de sua instalação. Em 1967, a escola ganhou um prédio próprio, mais amplo e distante do primeiro, uma vez que o anterior se localizava na parte central da cidade, próximo ao Grupo Escolar Padre Freitas, o primeiro estabelecimento de ensino primário de Piripiri (Getirana, 2021).

O nome do Ginásio Piripiriense – José Narciso da Rocha Filho, foi escolhido pelos idealizadores do estabelecimento por representar um nome significativo para a educação de Piripiri e também de Parnaíba. Ele era natural de Piracuruca-PI, onde nasceu em 1879; era comerciante, comprava gados de várias cidades piauienses, principalmente das cidades localizadas no interior da região norte do estado, e seus negócios se estendiam até mesmo para outros estados, como o Pará. Em 1907, instalou-se em Parnaíba-PI e, assim, contribuiu com o desenvolvimento daquela cidade, de acordo com Andrade (2013).

Em Parnaíba, José Narciso da Rocha Filho foi, por duas vezes, Intendente Municipal da cidade no período de 1921 a 1928. Nessa função, o homenageado ampliou a Usina Elétrica da cidade a partir de aquisição de máquinas importadas da Alemanha; estendeu o cais e

trabalhou na construção de várias estradas. No âmbito educacional, José Narciso “Foi um administrador voltado para a educação, construindo o Grupo Escolar Miranda Osório, instalando os grupos escolares “José Narciso” e “Luiz Galhanoni”, além de patrocinar a fundação do Ginásio Parnaibano e a Escola Normal de Parnaíba⁷” (Andrade, 2013, p. 101).

José Narciso da Rocha Filho foi casado com duas piripirienses, com Cassiana Pires Rebelo e, após ficar viúvo da primeira esposa, casou-se com Antonieta Andrade de Rezende (Andrade, 2013).

Fotografia 9 – José Narciso da Rocha Filho ao lado de sua esposa Antonieta de Rezende Rocha



Fonte: Andrade (2016a).

O seu casamento com as duas piripirienses influenciaram no contexto social de Piripiri. Com a perda de sua primeira esposa, José Narciso da Rocha Filho, homenageou-a com a construção do segundo grupo escolar da cidade, Cassiana Rocha, com o auxílio financeiro para a construção do prédio da escola; a quantia doada para a construção era herança de sua primeira esposa e contemplou o ensino primário da cidade.

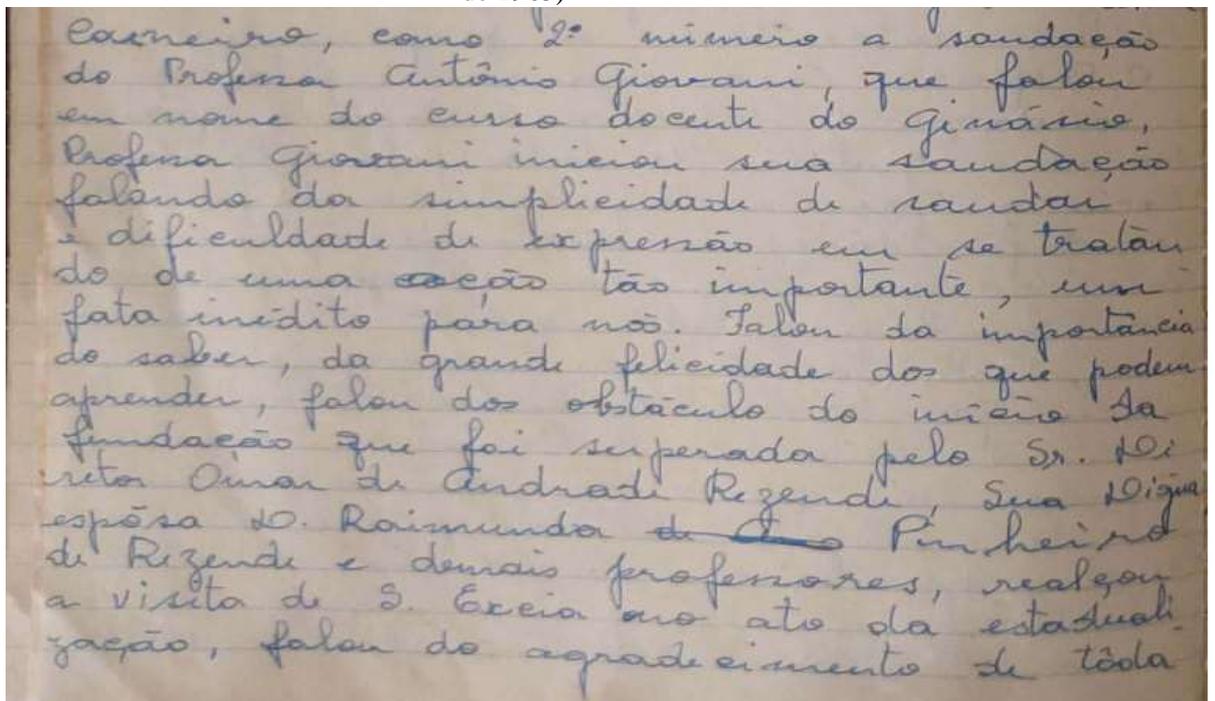
Outra relação é o parentesco: a segunda esposa de José Narciso da Rocha Filho, Antonieta Andrade de Rezende, pertencia à família Rezende da cidade e possuía ligação

⁷As escolas citadas foram implantadas na cidade de Parnaíba.

sanguínea direta, como tia, com Omar de Andrade Rezende. A viúva do patrono da instituição esteve presente na cerimônia de instalação do estabelecimento e registrou a sua presença no Livro de Atas da solenidade (Ginásio Piripiriense, 1961-1975b).

A respeito do ensino secundário, a estadualização do Ginásio José Narciso da Rocha Filho foi uma conquista muito almejada pela população piripiriense, principalmente para quem constituía os agentes da cultura escolar. Essa aspiração pode ser notada pelo discurso da Ata de Estadualização do Ginásio Piripiriense, como nos trechos das fotografias 10 e 11.

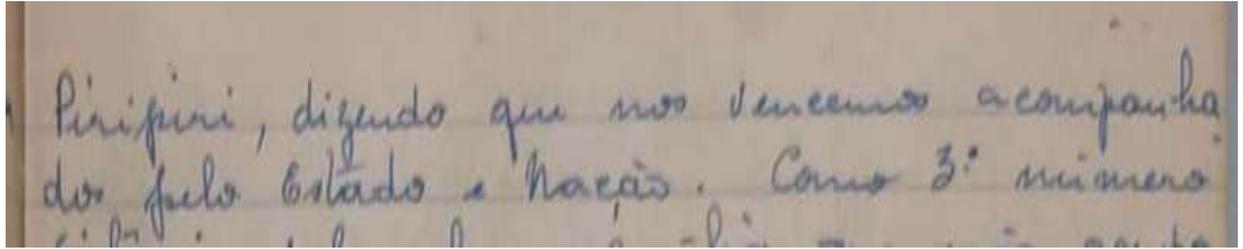
Fotografia 10 – Trecho da Ata de Estadualização do Ginásio José Narciso da Rocha Filho (9 de abril de 1965)⁸



Fonte: Ginásio Piripiriense (1961-1975b, p. 7).

⁸Transcrição da fotografia 10: “[...] como 2º número a saudação do Professor Antônio Giovani, que falou em nome do curso docente do Ginásio, Professor Giovani iniciou sua saudação falando da simplicidade de saudar e dificuldade de expressão em se tratando de uma ação tão importante, um fato inédito para nós. Falou da importância do saber, da grande felicidade dos que podem aprender, falou dos obstáculos do início da fundação que foi superada pelo Sr. Diretor Omar de Andrade Rezende, Sua Digna esposa D. Raimunda Pinheiro de Rezende e demais professores, realçou a visita de S. Excia no ato da estadualização, falou do agradecimento de toda [...]”

Fotografia 11 – Continuação do trecho da Ata de Estadualização do Ginásio José Narciso da Rocha Filho (9 de abril de 1965)⁹



Fonte: Ginásio Piripiriense (1961-1975b, p. 8).

Na fala do professor Antônio Giovanni Alves de Sousa, refletidas nas fotografias 10 e 11, podemos notar que existiram dificuldades no início do Ginásio Piripiriense, às quais o diretor e os demais funcionários que trabalhavam no estabelecimento procuraram superar para que a escola se mantivesse. Por isso, o anseio pela estadualização do Ginásio José Narciso da Rocha Filho, para que a instituição pudesse ser assistida diretamente pelo governo estadual e se estruturar materialmente.

No início do Ginásio José Narciso da Rocha Filho, este foi organizado com base na Lei Orgânica do Ensino Secundário, uma vez que a instalação dessa escola ocorreu nove meses antes da promulgação da LDB/1961. Esta informação pode ser encontrada no discurso de Álvares Alves Ferreira na aula inaugural do Ginásio Piripiriense (Santana, 1972) e nos arquivos do estabelecimento (Ginásio Piripiriense, 1961-1975a). Essa organização permaneceu até o ano de 1964, como percebemos pela emissão dos certificados de aprovação no exame de admissão, cuja Lei n. 4.244/1942, que aparecia grifada no referente documento, deu espaço à Lei n. 4.024/1961 (Ginásio Piripiriense, 1961-1975a).

Essas situações levaram-nos a refletir acerca da cultura escolar do Ginásio Piripiriense, que passou por duas reformas educacionais em seus anos de funcionamento como estabelecimento de ensino ginásial: a Lei n. 4.244/1942 e a Lei n. 4.024/1961. Assim, conforme Oliveira (2019), em razão dessas duas legislações que organizaram a educação no Ginásio Piripiriense, dividiremos as reflexões propostas por esse trabalho, relativas ao funcionamento do Ginásio José Narciso da Rocha Filho, em dois períodos: particular, desde a implantação até o ano de 1964; e público, 1965 a 1971, que, como percebemos, também foi o marco da mudança de entidade mantenedora da escola.

Desta forma, questionamo-nos sobre a organização do ginásio em ambos os períodos, como eram as rotinas, as práticas pedagógicas dos professores, os recursos didáticos

⁹Transcrição da fotografia 11: “[...] Piripiri, dizendo que nós vencemos acompanhados pelo Estado e Nação [...]”.

utilizados, os materiais escolares individuais que eram indispensáveis aos alunos, a divisão dos compartimentos dos prédios, uma vez que a instalação do Ginásio José Narciso da Rocha Filho deu-se no prédio que era da Prefeitura de Piripiri. Esse edifício não era específico para o funcionamento de uma escola, mas teve que ser adaptado. Viñao Frago e Escolano (1998) apontam para a importância de um local construído especialmente para tal fim, onde haja espaços para professores e discentes realizarem atividades diferenciadas fora de uma sala, mais salas de aula para o aumento da quantidade de oferta de vagas, entre outros aspectos.

Pesquisamos como se deu essa estruturação, a adequação desse prédio para que a escola fosse instalada e quem eram os alunos, professores e funcionários que compunham a instituição, o poder aquisitivo dos estudantes ginasianos e/ou dos pais destes; como os docentes desenvolviam a sua prática pedagógica; os funcionários: quem eram, a sua interação com os alunos e os professores, a função exercida no próprio ginásio, dentre outros e como esses contribuíram para a identidade do ensino ginasial piripiriense.

O edifício próprio do Ginásio José Narciso da Rocha Filho foi construído em 1967. Este era mais distante do que o primeiro prédio, possivelmente por falta de um local com espaço amplo para a construção ou por questões políticas.

Essa situação leva-nos a refletir com Viñao Frago e Escolano (1998) sobre a importância da escolha do local para a construção de uma escola, que deve ser pensado desde a estrutura física do terreno até os fatores externos, isto é, estabelecimentos que possuem ao redor e o trânsito.

Em relação à gestão do Ginásio Piripiriense, durante todo o período analisado desta pesquisa, ficou a cargo do diretor Omar de Andrade Rezende, um dos precursores da escola, como apontou Andrade (2013) e os documentos analisados da instituição no período de 1961 a 1975. A responsabilidade pela secretaria da instituição ficava aos cuidados de Raimunda Pinheiro de Rezende, que era a secretária e, também, lecionava no Ginásio José Narciso da Rocha Filho (Ginásio Piripiriense, 1961-1975a).

A Lei n. 5.692/1971 reorganizou todo o cenário do ensino secundário, que tinha duração de quatro anos para o ensino ginasial e três anos para cada um dos dois cursos do ensino colegial – clássico e científico – como apresentado no decorrer deste trabalho. Com a Reforma Educacional de 1971, o ensino de Primeiro Grau ficou com oito anos de duração e o de Segundo Grau, com três anos (Brasil, 1971). Esta legislação previa a transição entre as leis com

Art. 72. A implantação do regime instituído na presente Lei far-se-á progressivamente, segundo as peculiaridades, possibilidades e legislação de cada

sistema de ensino, com observância do Plano Estadual de Implantação que deverá seguir-se a um planejamento prévio elaborado para fixar as linhas gerais daquele, e disciplinar o que deva ter execução imediata.

Parágrafo único. O planejamento prévio e o Plano Estadual de Implantação, referidos neste artigo, deverão ser elaborados pelos órgãos próprios do respectivo sistema de ensino, dentro de 60 dias o primeiro e 210 o segundo, a partir da vigência desta Lei.

Art. 73. O Ministro da Educação e Cultura, ouvido o Conselho Federal de Educação, decidirá das questões suscitadas pela transição do regime anterior, para o que se institui na presente Lei, baixando os atos que a tanto se façam necessários.

Art. 75. Na implantação do regime instituído pela presente Lei, observar-se-ão as seguintes prescrições em relação a estabelecimentos oficiais e particulares de 1º grau:

I - as atuais escolas primárias deverão instituir, progressivamente, as séries que lhes faltam para alcançar o ensino completo de 1º grau;

II - os atuais estabelecimentos que mantenham ensino ginásial poderão continuar a ministrar apenas as séries que lhes correspondem, redefinidas quanto à ordenação e à composição curricular, até que alcancem as oito da escola completa de 1º grau;

III - os novos estabelecimentos deverão, para fins de autorização, indicar nos planos respectivos a forma pela qual pretendem desenvolver, imediata ou progressivamente, o ensino completo de 1º grau (Brasil, 1971, cap. VIII).

Desta forma, no Ginásio José Narciso da Rocha Filho, em concomitância com Brito (1996), as matrículas dos alunos que ingressavam no ano de 1973 eram direcionadas ao ensino de Primeiro Grau, referente à quinta, sexta, sétima e oitava série. As primeiras séries desse nível de ensino eram ofertadas pelos Grupos Escolares da cidade: o Grupo Escolar Padre Freitas e o Grupo Escolar Cassiana Rocha. Porém, a entrega dos certificados da décima segunda turma de ensino ginásial ocorreu no ano de 1975 (alunos de 1972-1975), contando também com alunos transferidos de outros ginásios para a instituição pioneira, no recorte de 1972 a 1975, que também ingressaram na turma solene e concluíram o curso ginásial em Piripiri (Ginásio Piripiriense, 1961-1975a).

A décima segunda turma de ensino ginásial (1972-1975) era ofertada no período noturno, conforme o Livro de Atas da Instituição (Ginásio Piripiriense, 1961-1975b). Os alunos que ingressavam na quinta série do ensino de Primeiro Grau estudavam no período diurno, uma forma de organização do Ginásio José Narciso da Rocha Filho nesse processo da reforma educacional com a Lei n. 5.692/1971.

3 A CULTURA ESCOLAR DO GINÁSIO JOSÉ NARCISO DA ROCHA FILHO

Os seus traços característicos seriam a continuidade e persistência no tempo, a sua institucionalização e uma relativa autonomia que lhe permite gerar produtos específicos como as disciplinas escolares. A cultura escolar seria, em síntese, algo que permanece e dura; algo que as sucessivas reformas só arranham ao de leve, que a elas sobrevive, e que constitui um sedimento formado ao longo do tempo. Um sedimento configurado, isso sim, por capas mais mescladas do que sobrepostas que, em jeito arqueológico, é possível desenterrar e separar. É nesse sentido que caberia dizer que a tarefa do historiador é fazer a arqueologia da escola (Viñao Frago, 2007, p. 87).

O estudo da cultura escolar é fundamental para o entendimento dos processos, atividades e público de uma instituição de ensino. Quando se trata de uma escola do passado, é preciso que o historiador siga as pistas deixadas pela cultura educativa, na sociedade daquela época, e que são refletidas por pessoas que vivenciaram, pelos documentos, objetos, entre outros registros.

Este capítulo traz o cotidiano escolar do Ginásio José Narciso da Rocha Filho: as formas de acesso, o ingresso dos ginásianos na instituição e a permanência. Mostra também uma análise sobre os documentos do arquivo da escola, através dos dossiês de matrículas. Além disso, considera os funcionários e as normativas da escola. O currículo e o ensino são evidenciados tanto nas leis que regiam como também nas memórias de alunos e professores.

3.1 Decodificando a memória viva nos documentos e nas narrativas: o cotidiano escolar do Ginásio José Narciso da Rocha Filho

O ensino secundário, ao longo da história da educação brasileira, era visto como de fundamental importância por garantir acesso ao Ensino Superior e, portanto, somente algumas pessoas eram privilegiadas com esse nível de educação, que por muito tempo fora somente cursos preparatórios para ingresso em Faculdades, constituindo-se por uma densa formação cultural, pensamento patriótico e conhecimento humanístico (Amado, 1973). A proposta das reformas de Francisco Campos de 1931 e de Gustavo Capanema, com a Lei n. 4.244/1942, implicaram

[...] na década de 1950: diferenciação total entre os ramos do ensino secundário e técnicos, o primeiro, inflexível, acadêmico, ornamental, e os outros, utilitários; e predominância absoluta da rede de escolas particulares. A isso se acrescentava uma rigorosa centralização administrativa e pedagógica. Tudo era prefixado no plano federal. Currículo, programas, instruções metodológicas, previstos na lei ou ditados pelo Ministério da Educação. Todo o processo escolar era regulado em detalhe: seriação das matérias, horários, serviços técnicos e administrativos, exames e

provas, instalações, equipamento, etc. Havia modelos nacionais de aprovação em série, de conclusão de curso, de atas de exames, de fichas individuais, etc (Amado, 1973, p. 5).

Toda a execução do ensino secundário no país era orientada com Portarias de instruções sobre a aplicação da Lei Orgânica do Ensino Secundário, Lei n. 4.244/1942, conforme as necessidades da execução da legislação ou determinação de competência.

Quanto ao cotidiano escolar do Ginásio José Narciso da Rocha Filho, este era marcado por rotinas que caracterizavam a cultura escolar da instituição. Essa rotina iniciava-se na entrada dos alunos no estabelecimento, quando era feita uma fila na calçada da escola, onde os alunos cantavam o Hino Nacional e aguardavam o “bater do sino” para entrar na instituição, como relata o ex-aluno da primeira turma:

Primeiro todo mundo ficava na calçada quando batia a campainha, Dona [...] batia a campainha na calçada pra tocar o Hino Nacional, ali quase em frente ao seu [...], ali... calçadona ali [...]. E ali ficava aquela turma de gente ali, quando era só nossa turma era pequeno, aí a fila não ia até a casa do seu [...], depois ia a primeira e a segunda, [...] eu já era do segundo, outros entravam pra primeiro... aí já ia... depois primeiro, segundo e terceiro, chegou o quarto ano do Ginásio, aquela fila tomava ali a frente do seu [...], e de menino até... quase de... tinha uma farmácia... [...] tinha uma farmácia que virou bar. Na época minha era farmácia... era a fila de menino pra entrar... aí chamavam as turmas: “Primeira turma: 4º ano”, a gente... a nossa sala do quarto ano era aquela primeira ali, a esquina com o Grupo Cassiana Rocha... como é o Grupo Padre Freitas (Mello, 2021).

No Ginásio José Narciso da Rocha Filho havia esse ritual de entrada: os alunos organizavam-se em filas, separadas por turmas, na calçada do estabelecimento. No primeiro ano da escola, havia apenas uma fila correspondente à primeira turma da instituição e, como relembra Mello (2021), toda manhã, quando os ginásianos formavam a fila, esta era pequena e a calçada do edifício ficava com os espaços vagos. Na medida em que as novas turmas do Ginásio Piri-piriense iam abrindo, a calçada tornava-se cada vez mais estreita para comportar a evolução da escola e, assim, as filas cresciam em extensão.

Conforme Getirana (2021), ao entrarem na escola, os alunos dirigiam-se às salas de aulas para aguardar o professor entrar. A porta ficava no final da sala e todas as cadeiras eram enfileiradas viradas para o quadro negro elevado em um tablado de madeira (no primeiro prédio), juntamente com a mesa do professor. Quando o professor entrava na sala, todos os discentes levantavam-se em sinal de respeito ao docente, e este caminhava até a sua mesa para iniciar a aula. A aula tinha duração de 50 a 60 minutos para o turno diurno e 45 minutos para os que estudavam a noite. O sino tocava avisando o término de uma aula e o início da outra, juntamente com a troca de professores (Ramos Filho, 2021).

O recreio era um dos momentos muito esperado pelos jovens ginásianos, pois podiam brincar e se socializar com os demais. No início do Ginásio, o recreio era aproximadamente de 20 minutos e os alunos podiam sair do estabelecimento para comprar lanche ou passar o momento fora, na praça, como relembra o ex-aluno Mello (2021):

Era lá na praça. Batia o recreio, eles corriam pra praça, sentava naquele banco da praça, brincava... [...] até que eles criaram aquele lá de dentro, aquela área aberta, sem liberar o recreio na rua, mas isso já estava no segundo ou era no terceiro ano, não liberava o recreio pra rua. Você entrava, o recreio era lá atrás. Então lá atrás era jogando bola, como se fosse futebol de salão, era [...] conversando, era desenhando, isso no prédio.

Com o passar dos anos, os alunos não mais saíam do Ginásio José Narciso da Rocha Filho no momento do recreio e interagiam dentro do prédio. No segundo edifício do Ginásio Piripiriense, nos últimos anos do ensino ginásial, o período do recreio diminuiu e as aulas aumentaram, como relembra a ex-aluna Silva (Maria Teixeira, 2021):

[...] o primeiro momento, primeiro recreio era quinze, me lembro que quando reduziu pra dez, a gente quase morre, né? Porque aumentou o horário de aula, né? [...] Mas era aquilo [...] a gente só batia papo, às vezes... não tinha esse negócio de merenda pra vender na escola, né? Às vezes era pouca gente que aparecia vendendo merenda. [...] Aí a gente ou levava alguma coisa, aí, também, era permitido a gente ir pelo muro comprar tipo picolé, essas coisinhas assim.

No período noturno, assim como o tempo das disciplinas, o recreio era reduzido para o turno escolar terminar mais cedo. No início, quando os alunos da noite também podiam sair do estabelecimento, segundo Ramos Filho (2021), poucos ginásianos, em raras vezes, aproveitavam a hora deste intervalo para gazejar a aula e ir ao cinema da cidade, quando havia um filme que os interessasse, entre outras atividades.

Ao final das aulas, os professores passavam as atividades para casa e os trabalhos propostos, caso houvesse. Quando concluíam todas as aulas do turno escolar, os alunos recebiam a caderneta escolar e retornavam às suas casas para cumprir o mesmo ritual no dia seguinte, conforme Silva (Maria Teixeira, 2021).

3.2 Acesso, ingresso, permanência e conclusão: os discentes do Ginásio Piripiriense

Para se matricular no Ginásio Piripiriense ou em outros estabelecimentos de ensino ginásial do país, os alunos precisavam, primeiramente, realizar o exame de admissão e possuir a aprovação com a média geral igual ou superior a cinco. Outro critério estabelecido por essa normativa é que as notas não poderiam ser arredondadas (Brasil, 1952).

Os exames de admissão poderiam ser realizados em dois períodos: novembro (1ª época) e fevereiro (2ª época) e os alunos não poderiam realizar essa avaliação em diferentes estabelecimentos no mesmo período, conforme a orientação da Portaria n. 501/1952 (Brasil, 1952). No Ginásio Piripiriense, contudo, o primeiro exame de admissão aconteceu nos dias 21 a 23 de dezembro de 1960, com a emissão dos certificados de aprovação ainda em dezembro do mesmo ano, para o ingresso no ano seguinte na primeira turma da instituição, como percebemos na fotografia 12.

Fotografia 12 – Certificado de Aprovação no Exame de Admissão para a primeira turma do Ginásio Piripiriense (1960)


 REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Ginásio "José Narciso da Rocha Filho"

N.º 7

**CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EM EXAMES DE ADMISSÃO
 A 1ª SÉRIE GINASIAL**

Certificamos que [redacted]
 filha de [redacted]
 e de [redacted]
 natural de Piripiri - Pi - nascido em [redacted] de [redacted] de 19 [redacted]
 foi considerado aprovado em exames de admissão à 1.ª Série Ginasial, prestado
 em 27 de dezembro de 1960 nos termos da
 LEI ORGÂNICA DE ENSINO SECUNDÁRIO (Decretos-leis n.º 4.244, de
 9 de abril de 1942 e 8.347, de 10 de dezembro de 1945), tendo obtido os
 seguintes resultados:

Português: <u>6,25</u>	Matemática: <u>5,5</u>
Geografia: <u>6,0</u>	História de Brasil: <u>7,25</u>
Média geral <u>seis e vinte e cinco</u> (<u>6,25</u>)	

Piripiri, 27 de dezembro de 1960

[assinatura] (Diretor) [assinatura] (Inspetor)

Fonte: Ginásio Piripiriense (1961-1975a).

No Ginásio José Narciso da Rocha Filho, todos os alunos aprovados no exame de admissão haviam atingido médias superiores a cinco (Ginásio Piripiriense, 1961-1975a).

Assim, a documentação exigida para a realização do exame de admissão era declaração solicitando participar do exame de admissão e confirmando que não iria realizar o mesmo exame em outro estabelecimento, na mesma época; registro civil ou algum outro que

comprovasse a data de nascimento e idade; atestado médico informando não possuir nenhuma deficiência física ou intelectual, juntamente com o atestado de imunização contra a varíola; comprovante que atestasse possuir a formação primária ou equivalente; quitação do serviço militar (para homens na faixa etária de 18 a 46 anos), como apresentava a Portaria n. 325, de 13 de outubro de 1959, que expedia novas instruções para os exames de admissão dos ginásios (Brasil, 1959, p 171):

- 1- Requerimento, firmado pelo candidato ou por seu responsável, dirigido ao diretor do estabelecimento, com declaração de que não se inscreveu, nem se inscreverá, em exames de admissão, em outro estabelecimento, na mesma época.
 - 2 - Prova de idade em que se verifique ter o candidato 11 anos completos ou a completar até 31 de julho.
 - 3 - Provas regulamentares de sanidade física e mental e de imunização antivariólica, podendo ser feita, ainda, exigência de qualquer outras provas, sempre que as autoridades sanitárias competentes as julgarem necessárias.
 - 4 - Certificado de conclusão de curso primário ou atestado idôneo de haver recebido satisfatória educação primária.
- Parágrafo único- Poderá o estabelecimento fixar outras exigências relativas à idade e à instrução anterior, além das já mencionadas neste artigo, desde que constem de seu Regimento.

Esses documentos eram arquivados no próprio estabelecimento de ensino onde seria realizado o exame de admissão, e os alunos aprovados tinham o direito de devolutiva das suas documentações pessoais, após o resultado da reprovação (Brasil, 1959).

Os alunos que residiam em Piripiri no período do seu ingresso no Ginásio José Narciso da Rocha Filho, em sua maioria, realizavam os exames de admissão no próprio estabelecimento de ensino. A Escola Normal Regional Sagrado Coração de Jesus também expedia esses certificados, como mostrou alguns documentos que foram encontrados em dossiês de matrículas de alunas do Ginásio Piripiriense.

Após a aprovação no exame, para a matrícula no Ginásio José Narciso da Rocha Filho, os documentos necessários eram o certificado de aprovação no exame de admissão; fotografia 3x4; certidão de nascimento; atestado de saúde e imunização contra a varíola; prova de quitação com serviço militar para os homens maiores de 17 anos, assim como prescrevia a Portaria n. 501/1952 (Brasil, 1952). Alguns dos documentos, exigidos para a efetivação da matrícula, eram reaproveitados da inscrição do exame de admissão nesse estabelecimento de ensino ginásial.

No art. 31 da Lei Orgânica do Ensino Secundário, exigiam-se os atestados de imunização e de saúde para a matrícula nos estabelecimentos de ensino secundário (Brasil, 1942). A Portaria n. 501/1952 fazia essa exigência de que os atestados de saúde deveriam ser selados e assinados por uma firma reconhecida para a validação e veracidade desses

documentos (Brasil, 1952). No Ginásio José Narciso da Rocha Filho, os atestados de saúde e de imunização, que eram apresentados pelos alunos piripirienses, no ato da matrícula no ensino ginasial, no período de 1961 a 1965, anos de crescimento e desenvolvimento de Piripiri, segundo Mello (2001), apresentavam as assinaturas de Dr. Antenor de Araújo Freitas ou Dr. João Bandeira Monte, médicos renomados da cidade, nesse recorte temporal (Ginásio Piripiriense, 1961-1975a).

As recomendações para que estudantes fossem vacinados e apresentassem o comprovante no ato de sua matrícula faz-nos refletir com Rocha (2018), quando esta afirma que as preocupações com a higiene escolar começaram bem antes da organização do ensino secundário ginasial brasileiro, já com a estruturação da instrução primária no Estado de São Paulo nas primeiras décadas de 1900, que se configurou como uma exigência e emergência para o cenário educacional e perdurou ao longo dos anos e dos surgimentos de escolas, uma vez que, nesse período, a vacinação não era tão difundida em território nacional.

Rocha (2018), assim, descreve que a preocupação com a fiscalização na estrutura de edifício escolar, atestados de saúde dos alunos e cuidados com doenças transmissíveis evitaria uma propagação de doenças na instituição e possibilitaria os cuidados com os alunos e funcionários para não interferir no processo de ensino e aprendizagem, bem como no ano letivo. Assim, previa-se na Lei Orgânica do Ensino Secundário:

Art. 78. Serão observadas, quanto à administração escolar, nos estabelecimentos de ensino secundário, as seguintes prescrições:

1. Dar-se-á a necessária eficiência aos serviços administrativos, especialmente aos referentes à escrituração e ao arquivo, à conservação material e à ordem do aparelhamento escolar, à saúde escolar e à recreação dos alunos.
2. As matrículas deverão ser limitadas à capacidade didática de cada estabelecimento de ensino secundário.
3. A comunidade escolar buscará contacto com as atividades exteriores, que lhe possam comunicar a força e o rumo da vida, dentro, todavia, dos limites próprios a assegurar-lhe a distância e a isenção exigidas pela obra educativa.
4. Haverá constante entendimento entre a direção escolar e a família de cada aluno, no interesse da educação deste (Brasil, 1942, cap. IV, art. 78).

A Lei exigia a preocupação com o “bem-estar” dos alunos do ensino secundário e eficiência na oferta desse nível educacional, atrelada ao contato com a família desses estudantes, como percebemos no trecho anterior. Além dessas recomendações de cuidado com a salubridade dos estabelecimentos de ensino, ela também mencionava a idade mínima de onze anos, completos ou por completar até a data de 30 de junho, para se matricular no ensino ginasial (Brasil, 1942).

No Ginásio Piripiriense, em sua maioria, os discentes matriculavam-se na primeira série da instituição na faixa etária de 12 a 18 anos, mas encontramos ginasianos que

ingressaram com 11 anos e maiores de 19 anos. Estes últimos estudavam no período noturno, como menciona Mello (2021): “É, de meninada. A noite eram os adultos, um ou outro jovem, mais eram os adultos [...]”.

O público discente do Ginásio José Narciso da Rocha Filho contava com alunos de diferentes classes sociais: filhos de sapateiros, professores, funcionários federais, políticos, comerciantes, fazendeiros, médicos, lavradores, entre outros; a maioria residia próximo ao primeiro prédio do estabelecimento de ensino, havia poucos alunos que moravam mais distantes do edifício.

A primeira turma do Ginásio José Narciso da Rocha Filho iniciou com 44 alunos matriculados, divididos entre os turnos da manhã e da noite. No final do ano de 1964, o número de matrícula total subiu para 131; já em 1965 a procura pelo estabelecimento ginasial piripiriense foi por 147 discentes, como apresenta a tabela 1:

Tabela 1 – Número de matrículas no Ginásio José Narciso da Rocha Filho e no Colégio Sagrado Coração de Jesus, por gênero (1961, 1964 e 1965)

Cursos	1961			1964			1965		
	Início do ano			Fim do ano			Início do ano		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
G.J.N.R.F	30	14	44	84	47	131	87	60	147
C.S.C.J.	52	-	52	55	-	55	60	-	60

Fonte: Autora.

Dados: Brasil (1961a), Brasil (1965).

Como podemos perceber, a tabela 1 apresenta os dados de matrículas no Ginásio José Narciso da Rocha Filho, que ofertava a instrução em nível secundário ginasial e da Escola Normal Regional Sagrado Coração de Jesus ofertando o ensino normal ginasial, as duas instituições localizadas na cidade de Piripiri, referente ao ingresso dos alunos no início do ano de 1961, no fim do ano de 1964 e no começo do ano de 1965.

Na tabela 1, notou-se que nessa turma matricularam-se cerca de 44 alunos, sendo 30 homens e 14 mulheres. Ainda no documento, do qual retiramos os dados da referida tabela – o Serviço de Estatística da Educação e Cultura – também percebemos que apenas 30 alunos concluíram esse nível de ensino, sendo 19 do sexo masculino e 11 do sexo feminino (Brasil, 1965). Logo, essa classe concluiu com 14 alunos a menos em relação ao número de matriculados no início do ano de 1961. Esse ocorrido deu-se em razão de desistências, transferências para outros estabelecimentos e reprovações nas disciplinas, como percebemos ao analisarmos os dossiês de matrículas do Ginásio Piripiriense. Entretanto, não encontramos,

nos 120 documentos investigados, algum aluno transferido para essa turma pioneira da instituição, no referente período (Ginásio Piripiriense, 1961-1975a).

A partir dos dados apresentados na tabela 1, notamos que o número de matrículas no Ginásio Piripiriense constituía-se, majoritariamente, de público masculino, especialmente nos primeiros anos de funcionamento escolar. Quanto às mulheres, preferiam a Escola Normal Regional Sagrado Coração de Jesus – instituição que recebia somente o sexo feminino e que era tradicional na cidade para Silva (Maria Teixeira, 2021). O aumento da matrícula de mulheres no Ginásio José Narciso da Rocha Filho pode ser percebido a partir de 1964 e em 1965, as matrículas do público feminino no Ginásio e na Escola Normal foram equivalentes nos dois níveis de ensino.

O Livro de Atas e os dossiês de matrículas também confirmaram esses dados de que, no primeiro período do Ginásio Piripiriense, o público masculino superava, em grande quantidade, o número de mulheres que ingressavam na instituição. Todavia, esse cenário foi se modificando com o passar dos anos, principalmente nos últimos períodos de oferta do curso ginásial no Ginásio José Narciso da Rocha Filho, cujas turmas concludentes dos anos de 1973, 1974 e 1975 registraram os números de 36, 66 e 33 alunas, respectivamente, que concluíram esse nível de ensino, a um total de 76, 106 e 60 ginásianos, em sequência, dos mesmos anos.

Essa mudança na visibilidade do Ginásio Piripiriense pelo público feminino deu-se pelo desenvolvimento da cidade, pela construção do prédio próprio e ampliação da escola, também pela extinção da Escola Normal de Piripiri no início dos anos 70, como apresentou Silva (Maria Teixeira, 2021): “[...] o Colégio... elas acabaram com o Colégio, né? Desistiram de continuar e pegaram todas as meninas [...]. Aí todas as meninas foram transferidas para o José Narciso ou pra onde quisessem, né? Por exemplo, eu fui para o José Narciso [...]”. O desaparecimento da Escola Normal incentivou a transferência das alunas normalistas para o Ginásio José Narciso da Rocha Filho.

Em se tratando dos dossiês de matrículas dos estudantes ginásianos piripirienses analisados, 120 documentos para o referente trabalho, organizamos a tabela 2:

Tabela 2 – Quantitativo de dossiês de matrículas de alunos do Ginásio José Narciso da Rocha Filho¹⁰, por gênero (1961-1975)

Períodos	Homens	Mulheres	Total
1961-1964 (Particular)	10	12	22
1965-1975 (Público)	30	68	98
1961-1975	40	80	120

Fonte: Autora.

Dados: Ginásio Piriapiense (1961-1975a).

Como apresenta a tabela 2, conseguimos coletar mais dossiês de matrículas do período em que o Ginásio Piriapiense era mantido pelo poder estadual do que os dossiês de matrícula no período em que era particular. É importante ressaltar que alguns desses documentos estavam incompletos e por isso algumas informações não foram encontradas nestes, como as ocupações dos pais, os certificados de aprovação no exame de admissão, a declaração de ter cursado o ensino primário informando o local, entre outras.

A partir dos dossiês encontrados, percebemos que boa parte dos alunos do Ginásio José Narciso da Rocha Filho era piriapiense, da zona urbana e rural da cidade, principalmente nos primeiros anos da instituição. Em sua maioria, alunos que concluíam o curso primário no Grupo Escolar Padre Freitas ou no Grupo Escolar Cassiana Rocha, mas havia alunos de outras cidades piauienses, como Pedro II, Barras, Batalha, Capitão de Campos, Piracuruca, Esperantina, Teresina, José de Freitas, Oeiras, Guadalupe e Floriano. Além disso, encontramos transferências de discentes vindos de Fortaleza e Pedra Branca, do Estado do Ceará; São Luís e Timon, do Estado do Maranhão.

Pela análise dos documentos e das fontes orais, percebemos que o surgimento do Ginásio Piriapiense ocasionou um movimento contrário em Piriapi: antes a população precisava se deslocar e viajar para cursar o ensino ginasial em nível de ensino secundário e após o funcionamento da instituição, as famílias não necessitavam mais enviar seus filhos para fora. A cidade de Piriapi era quem começava a receber muitos discentes das cidades e regiões vizinhas para estudar no Ginásio. Esse movimento reverso demonstrava a importância do Ginásio José Narciso da Rocha Filho também para alunos de outros lugares, por oportunizar a continuidade da formação escolar para eles.

As documentações encontradas nos dossiês de matrículas dos alunos ginasianos apresentaram um padrão, organizadas conforme a Portaria n. 501, de 19 de maio de 1952, que

¹⁰É fundamental ressaltar que essa tabela foi organizada apenas para caracterizar os dossiês analisados da instituição ginasial e que não reflete o número de matrículas efetivadas para aquele determinado período, uma vez que muitos desses documentos não estão no arquivo. Os dossiês contabilizados na tabela 2 foram escolhidos pela sua conservação e por conter um significativo número de informações discentes que propiciasse a análise e comparação entre os mesmos documentos de diferentes alunos.

expedia sobre as instruções para a execução da Lei Orgânica do Ensino Secundário no Brasil, Lei n. 4.244/1942 (Brasil, 1952).

Nesses arquivos, encontramos fotos 3x4, certidões de nascimento, atestados de saúde e de imunização contra a varíola, certificados de aprovação no exame de admissão, requerimentos para a renovação de matrículas, requerimentos para a realização dos exames de segunda época, solicitações de transferências, boletins de notas, frequência escolar e fichas da disciplina de Educação Física. Além desses, colhemos declarações informando se o aluno estava apto para realizar o exame de admissão e solicitações para realizar a referente avaliação, como podemos notar no quadro 2:

Quadro 2 – Documentos encontrados nos dossiês de matrículas do Ginásio José Narciso da Rocha Filho (1961-1975)

Documento	Descrição
Certidão de Nascimento	Nome do aluno, filiação, data de nascimento, naturalidade, entre outros.
Atestado de saúde	Comprovante de não possuir necessidades especiais e não ser portador de doenças infecto contagiosas.
Atestado de imunização	Comprovante de vacinação contra a varíola.
Certificado de aprovação no exame de admissão	Estabelecimento de aplicação do exame, nome do aluno, pontuação obtida por ele nas disciplinas de Português, Matemática, História do Brasil e Geografia, bem como a média geral final.
Requerimentos para a renovação da matrícula	Documento dos alunos solicitando a matrícula na série seguinte, com a justificativa de ter sido aprovado(a) em todas as disciplinas no ano letivo anterior, com média mínima satisfatória.
Requerimentos para a realização dos exames de segunda época	Requerimento solicitando a realização dos exames de segunda época por não ter atingido a média final mínima nas avaliações mensais.
Solicitações de Transferências	Requerimento solicitando os documentos necessários para a transferência do aluno para outro estabelecimento de ensino ginasial.
Ficha de frequência dos alunos	Ficha contendo o nome do aluno, informações sobre filiação, endereço, naturalidade, nascimento, disciplinas e as respectivas quantificações de faltas mensais, além de observações sobre o aluno, como reprovação por faltas e transferência, caso houvesse.
Ficha da disciplina de Educação Física	Ficha avaliativa da própria disciplina, contabilizando o número de sessões e faltas dos alunos, bem como o valor da massa corporal e altura, contabilizados no início e fim do ano letivo e algumas observações, como a impossibilidade de cursar a disciplina anexado o atestado, caso houvesse.
Boletins de notas/Histórico escolar	Informações sobre o nome do aluno, série, disciplinas e as respectivas notas em cada uma delas.
Solicitação para fazer o exame de admissão no Ginásio José Narciso da Rocha Filho	Requerimento solicitando a realização do exame de admissão anexado com o comprovante de possuir ensino primário ou instrução equivalente para a inscrição nessa prova, geralmente com o histórico escolar do ensino primário anexado. Alguns ainda apresentavam atestados de boa conduta da instituição de instrução primária. (Este documento somente foi encontrado nas pastas dos alunos que fizeram

o exame no próprio Ginásio Piripiriense)
--

Fonte: Autora.

Dados: Ginásio Piripiriense (1961-1975a).

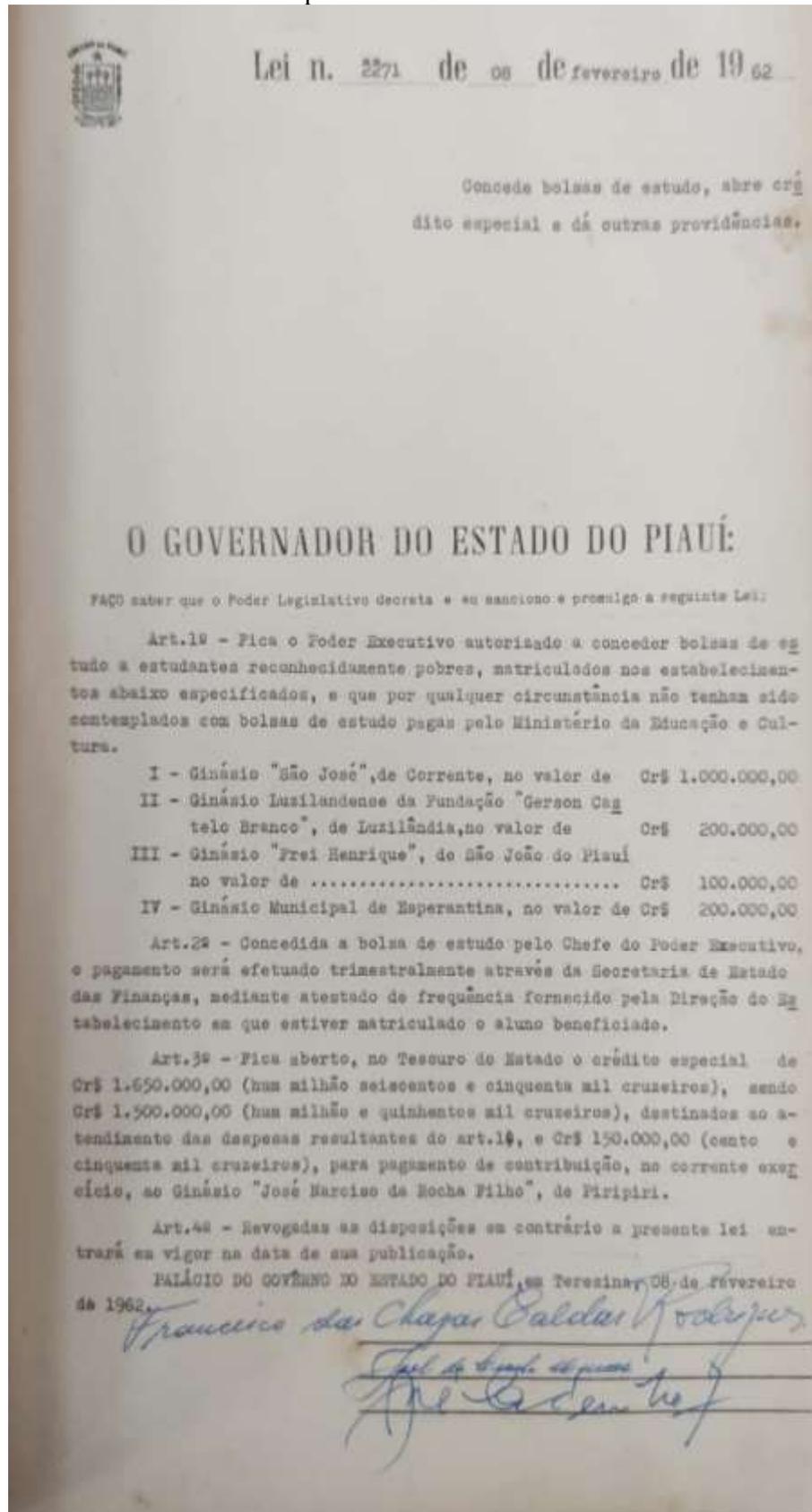
Ambos os dossiês de matrículas analisados e que estavam completos, apresentaram as mesmas documentações exigidas desde o início de funcionamento do Ginásio Piripiriense até os arquivos referentes aos alunos que ingressaram no ano de 1972; mesmo com a LDB de 1961, a organização permaneceu padronizada conforme a Portaria n. 501, de 1952 (Brasil, 1952).

Ressaltamos que nos 120 dossiês de matrículas e no Livro de Atas do Ginásio José Narciso da Rocha Filho, entre os anos de 1961-1975, não encontramos informações sobre bolsas para alunos, pagamentos, subvenções ou outras questões que envolvam valores pagos e recebidos por discentes. No entanto, um ex-discente do Ginásio Piripiriense guarda na memória essa lembrança de pagar, mensalmente, uma taxa para o Ginásio:

Mas o meu modo de ver é esse: [...] o Ginásio foi particular, havia uma cobrança de [...] uma mensalidade [...], mas era uma [...] mensalidade não tão muito cara, mas também não muito barata para aquelas pessoas que não tinham muita condição de pagar, [...] né? Eles, às vezes, recebiam bolsas [...] (Getirana, 2021).

O ex-aluno da quinta turma do Ginásio José Narciso da Rocha Filho afirmou que algumas pessoas pagavam taxas mensais para o estabelecimento de ensino secundário piripiriense e outras, que não tinham condições de pagar, eram contempladas com bolsas de estudo. O ex-ginasiano explicou que não lembra do valor específico da taxa cobrada para os alunos, mas que o valor não era muito alto, nem muito baixo. Acerca das bolsas concedidas para os alunos que não tinham condições de pagar, podemos perceber na fotografia 13.

Fotografia 13 – Lei n. 2.271/1962: Concede bolsas de estudos, abre crédito especial e dá outras providências



As bolsas de estudos dos alunos do Ginásio Piripiriense foram asseguradas pela Lei estadual n. 2.271 de 08 de fevereiro de 1962, que concedia bolsas, abria crédito especial e dava outras providências. Esta legislação regulamentava as concessões de bolsas de estudo para discentes que necessitavam de auxílios financeiros em alguns Ginásios Piauienses no decorrente ano de 1962, como o Ginásio São José, localizado na cidade de Corrente, na região sul do Piauí, contemplado com o valor de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros).

Para o Ginásio de Luzilândia (mantido pela Fundação Gerson Castelo Branco) e o Ginásio Municipal de Esperantina, ambos situados ao norte do Estado, foi destinada uma quantia de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) para cada um, a fim de contemplar os alunos das camadas menos favorecidas. Para o Ginásio José Narciso da Rocha Filho, foi destinado Cr\$ 1.500.000,00 (Um milhão e quinhentos mil cruzeiros) para o atender aos alunos na escola e Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros) como contribuição nas demais despesas da instituição.

Oliveira (2019) afirma que o Ginásio Piripiriense era bem procurado e que os pais buscavam matricular seus filhos na escola, apesar de ser particular nos primeiros anos de instalação, para que eles pudessem receber e dar continuidade à sua formação escolar, mesmo precisando fazer sacrifícios financeiros. Após a estadualização e mudança de prédio cedido para um prédio próprio, mais amplo e distante da zona central do município, o Ginásio José Narciso da Rocha Filho ampliou a procura por vagas no estabelecimento e recebia até mesmo alunos residentes, em casa fixa, nos arredores da cidade de Piripiri e mais distantes da instituição, em termos geográficos (Ginásio Piripiriense, 1961-1975a).

Em relação à localização das residências dos alunos ginasianos de Piripiri, no período em que o Ginásio José Narciso da Rocha Filho se localizava no centro da cidade, perto da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios e do Grupo Escolar Padre Freitas, notamos, a partir dos dossiês de matrículas, que esses discentes, em sua maioria, residiam próximos ao estabelecimento de ensino ginasial, onde moravam pessoas que tinham influência na cidade, tanto econômica como social. Com a sua mudança para um ponto mais distante do primeiro prédio, a visão geográfica foi se modificando, pois na região do segundo edifício havia poucas casas e ainda estava em processo de habitação.

3.3 Cada membro possui a sua função: os funcionários do Ginásio de Piripiri

A cultura escolar de uma instituição, como já desenvolvido no decorrer deste trabalho, é uma junção de diferentes “[...] elementos que a integram [...]”; nessa perspectiva, também fazem parte da cultura escolar os atores educativos, como o corpo docente, a família, os discentes e os demais profissionais da administração e da prestação de serviços na escola (Viñao Frago, 2007, p. 87). Desta forma, é com essa proposta que o referente tópico fora estruturado, revelando os sujeitos que atuaram e contribuíram para cultura escolar do Ginásio Piripiriense.

O quadro de funcionários do Ginásio José Narciso da Rocha Filho era composto pelo diretor, uma secretária, havia auxiliares de secretaria, uma zeladora que limpava a escola e os professores. A função do diretor era, segundo o artigo 77 da Lei Orgânica do Ensino Secundário,

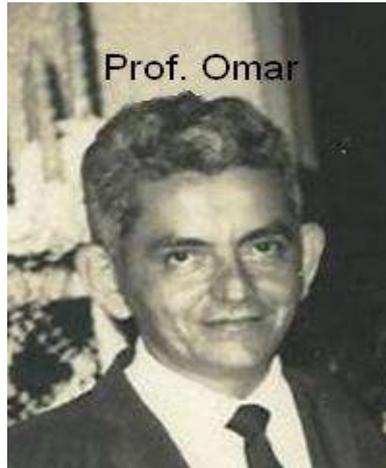
A administração de cada estabelecimento de ensino secundário estará enfeixada na autoridade do diretor, que presidirá ao funcionamento dos serviços escolares, ao trabalho dos professores, às atividades dos alunos e às relações da comunidade escolar com a vida exterior, velando por que regularmente se cumpra, no âmbito de sua ação, a ordem educacional vigente no país (Brasil, 1942, cap. IV, art. 77).

O diretor dos estabelecimentos de ensino secundário era a autoridade máxima, com a responsabilidade de administrar toda a instituição, o que entrava e saía da escola deveria passar pelas mãos do gestor para manter a ordem e a organização. Era o papel do diretor as decisões finais sobre o funcionamento dos ginásios no país, como prescrevia a Lei Orgânica do Ensino Secundário (Brasil, 1942).

A direção do Ginásio José Narciso da Rocha Filho, durante o período analisado pela pesquisa, 1961-1975, ficou sob o comando de Omar de Andrade Rezende, um dos idealizadores do estabelecimento (Ginásio Piripiriense, 1961-1975a). Além de gestor, também lecionava a disciplina de matemática para os ginásianos piripirienses. Andrade (2013, p. 148) não poupou adjetivos ao descrever a imagem do gestor escolar:

Professor Omar foi vereador atuante na Câmara municipal de Piripiri, mas seu maior legado foi a Unidade Escolar José Narciso da Rocha Filho, uma segunda extensão da alma desse valoroso professor e honestíssimo tabelião. Seu empenho em dirigir a escola foi um exemplo bonito de casamento entre homem e instituição.

Fotografia 14 – Diretor do Ginásio José Narciso da Rocha Filho



Fonte: Andrade (2013, p. 147).

Segundo Santana (1972), Omar de Andrade Rezende era filho de Otílio Coelho de Rezende e de Maria Antonieta de Andrade Rezende. Nascido em Piripiri em 27 de abril de 1923, aprendeu as primeiras letras ainda na sua cidade de nascimento. Em 1940, estudou o curso ginásial no colégio Diocesano e no Liceu Piauiense, em Teresina, concluindo a sua formação no Instituto Lafayette, na cidade do Rio de Janeiro. Assim, possuía um dos requisitos para ser diretor e representante legal de uma instituição de ensino secundário ginásial, conforme as exigências da Portaria n. 302/1957, que revogava os artigos 124 a 134 da Portaria n. 501/1952 (Brasil, 1957b).

Omar de Andrade Rezende “Fez o complementar de Engenharia submetendo-se ao exame necessário. Interrompeu os estudos por motivo de doença” (Santana, 1972, p. 65-66). Após o problema de saúde, o piripiriense retornou ao seu local de origem e assumiu o cartório do seu irmão, realizando concurso para a profissão de Tabelião. Os registros de suas assinaturas como tabelião podem ser verificados em diferentes documentos discentes do Ginásio José Narciso da Rocha Filho, a sua assinatura registrando a autenticidade dos documentos para a realização dos exames de admissão no estabelecimento ou a matrícula para estudar na instituição (Ginásio Piripiriense, 1961-1975a). Omar de Andrade Rezende também foi vereador em Piripiri antes de assumir a gestão do ginásio.

Segundo Santana (1972, p. 66), antes de idealizar o estabelecimento de ensino secundário ginásial, Omar Rezende, instalou “[...] uma escola para ensinamentos sobre cursos de admissão, ginásio e científico [...]”, visando o progresso educacional dos piripirienses em critério de ensino médio. Situação que nos remete a fazer uma reflexão sobre a estatística de piripirienses com ensino secundário nos anos de 1950 e 1960, mesmo sem existir ensino ginásial em Piripiri, demonstrando o esforço dos pais, que almejavam o progresso e ascensão

social dos filhos, como a própria Lei Orgânica do Ensino Secundário apresentava como perspectiva desse nível educacional:

Art. 1º O ensino secundário tem as seguintes finalidades:

1. Formar, em prosseguimento da obra educativa do ensino primário, a personalidade integral dos adolescentes.
2. Acentuar e elevar, na formação espiritual dos adolescentes, a consciência patriótica e a consciência humanística.
3. Dar preparação intelectual geral que possa servir de base a estudos mais elevados de formação especial (Brasil, 1942, cap. I, art. 1º).

Então, almejando essa proposta, Omar de Andrade participou da instalação do Ginásio José Narciso da Rocha Filho e assumiu o papel significativo de ser gestor da instituição pioneira de ensino secundário ginasial na cidade, uma função que foi bastante relevante e significativa para a organização da cultura escolar e normatização da escola.

Os livros de memórias da cidade piripiriense referem-se a Omar de Andrade Rezende como um piripiriense que marcou seu legado no Ginásio José Narciso da Rocha Filho, à frente da direção do estabelecimento e também como professor de Matemática na instituição (Andrade, 2013).

A secretaria do Ginásio Piripiriense ficou a cargo de Raimunda Pinheiro de Rezende; segundo Andrade (2013) conhecida pelos piripirienses como Dona Yá, ela também lecionava aulas de Educação Física para os alunos ginasianos e aulas de artes de acordo com as necessidades da escola.

Fotografia 15 – Raimunda Pinheiro de Rezende ao lado de Omar de Andrade Rezende



Fonte: Andrade (2016b).

Raimunda Pinheiro de Rezende, representada na fotografia à esquerda, conhecida carinhosamente como Yá Rezende, foi uma das precursoras do Ginásio José Narciso da Rocha Filho. Era esposa do então diretor, Omar de Andrade Rezende, segundo Andrade (2013). Além disso, Yá Rezende exercia um papel de extrema importância no estabelecimento: “[...] Exato. Fazia tudo. [...] Tudo, era a secretária do Ginásio. [...] Trabalhou muito bem. Agia muito bem como secretária” (Silva, Maria do Carmo, 2021).

Como mencionara Silva (Maria do Carmo, 2021), Yá Rezende, era a responsável pela secretaria e toda a documentação e organização burocrática da escola. Além disso, ainda exercia o papel de professora de algumas disciplinas no Ginásio José Narciso da Rocha Filho. Nos anos de 1961, Mello (2021) relembra as aulas de Educação Física ministradas por Yá Rezende, nos primeiros anos do estabelecimento de ensino secundário ginásial:

E a Dona Yá, mulher [...] do professor de matemática, o professor Omar, [...] a Dona Yá nem se fala, era uma amiga, botava a gente pra correr, jogar bola e tal, e fazer

exercício e tal, e a gente acordava às 5 da manhã. [...] é... na área de esportes do Padre Freitas, ao lado ali, naquele campo.

Ao mencionar as aulas de educação física – que, segundo o ex-aluno Mello (2021), eram realizadas no Grupo Escolar Padre Freitas por não haver espaço apropriado no primeiro prédio do Ginásio José Narciso da Rocha Filho – ele lembrou diferentes situações que envolviam a sua ida para essas aulas, que acontecia antes de iniciar as demais aulas no estabelecimento, no turno da manhã. Em seus relatos, o ex-aluno da primeira turma dava vida àquela memória concreta e rica de detalhes sobre as aulas dessa disciplina, cedo pela manhã, ainda na escuridão, antes do sol nascer. Mello (2021) lembra de correr com a bola, junto com os seus colegas ginásianos e sob a supervisão da professora Raimunda Pinheiro de Rezende.

Como afirma Bosi (2013, p. 44): “Ouvindo depoimentos orais constatamos que o sujeito mnêmico não lembra uma ou outra imagem. Ele evoca, dá voz, faz falar, diz de novo o conteúdo de suas vivências. Enquanto evoca ele está vivendo atualmente e com uma intensidade nova a sua experiência”. Assim fez Mello (2021) ao descrever um pouco da rotina das aulas de educação física, revivendo o cotidiano dessa disciplina e da professora.

Ao falar em Raimunda Pinheiro de Rezende, Mello (2021) usou o termo “era uma amiga” para descrever a sua percepção sobre uma das precursoras do Ginásio Piripiriense, secretária e professora, a caracterização utilizada não era exclusiva do ex-aluno da primeira turma. Silva (Maria do Carmo, 2021) também descreve a funcionária da escola como “gente boa”, trazendo o adjetivo “caridosa” para descrever a docente e secretária ginásiana.

Entretanto, para ser secretária de um estabelecimento de ensino secundário, era necessário seguir algumas orientações, referendadas na lei anterior, n. 4.424 de 1942, que organizou o Ginásio Piripiriense dos anos de 1961 a 1964. Esta regia o ensino secundário de forma mais centralizada e estabeleceu um modelo de secretário escolar para os estabelecimentos desse nível de ensino, que deveriam ter registro na Diretoria do Ensino Secundário. Esse registro foi implantado a partir da Portaria Ministerial n. 960, do dia 29 de novembro de 1954 (Brasil, 1954).

A secretária do Ginásio Piripiriense, Raimunda Pinheiro de Rezende, possuía esse registro grafado no seu carimbo de tal função, cujo número de inscrição era n. 4.889 (Ginásio Piripiriense, 1961-1975a). De acordo com o Manual de Secretário, elaborado pela Campanha de Difusão do Ensino Secundário, era indispensável para o reconhecimento do estabelecimento que os ginásios e colégios possuíssem secretários escolares com registro na Diretoria do Ensino Secundário.

A função da secretária escolar compreendia recolher toda a documentação da escola, como o recebimento e fiscalização das cadernetas escolares; verificar o andamento das sessões de educação física; afixar os horários de avaliações (organizados pelo diretor) para que todos da escola ficassem informados; entre outras funções (Brasil, 1954).

Em relação aos inspetores do Ginásio José Narciso da Rocha Filho, os dossiês de matrículas revelaram dois nomes de homens que assinavam esses documentos dos alunos no espaço destinado ao “inspetor federal” (Ginásio Piripiriense, 1961-1975a); porém, ambos não faziam parte da Inspeção Seccional do Piauí, estes nomes eram de piripirienses que trabalhavam em órgãos do governo.

Fotografia 17 – Requerimento de solicitação para a matrícula na primeira série do ensino ginasial no Ginásio José Narciso da Rocha Filho (1962)

EXMO. SR. DIRETOR DO GINÁSIO "JOSÉ NARCISO DA ROCHA FILHO"

*Como requer
em 19-2-62
Omar de Andrade Rezende
Diretor*

Curso ginasial Série	1 ^a
N.º da Matrícula	[redacted]
N.º de Ordem	
Ficha Secretaria	
Ficha Tesouraria	
Prom. Rept. Transf.	<i>Prom.</i>
Obs.	

[redacted]
natural do Estado de *Piauí*, nascida na cidade
de *Piripiri*, aos [redacted] dias do mês
de [redacted] de 19 [redacted], com anos de idade, filha
de [redacted] e de
[redacted], residentes
à rua [redacted] n.º [redacted], tendo sido aprovada
no ano letivo de 1962, nos exames de *Admissão*, requer se
digne V. Excia. mandar matricula-la na 1^a série do curso *ginasial*,
turma de *Única-Matutina* desse estabelecimento de ensino.

P. Deferimento
Piripiri, 19 de fevereiro de 1962
[redacted]
(Assinatura do Aluno)

Na forma do Regimento Interno desse estabelecimen o, autorizo a menor [redacted]
[redacted] a requerer a matrícula acima referida.
Piripiri, 19 de fevereiro de 1962
[redacted]
(Assinatura do Pai ou Responsável)

*Vito
Yair*

ISENTO DE SELO ex-vi do Decreto-lei
n.º 8816 de 24-1-1946 - Mod. C. S. 27

Fonte: Ginásio Piripiriense (1961-1975a).

Fotografia 18 – Ficha de frequência escolar do Ginásio Piripiriense (1963)

CARACTERÍSTICOS

[Redacted]

[Redacted]

Data do Nascimento: [Redacted]

Natural de: Piripiri - Pernambuco

Nome do pai: [Redacted]

Nome da mãe: [Redacted]

Residência: [Redacted]

Observações: Inauspiciosa com data de 2-7-63

FREQUÊNCIA (Anomalias das Faltas)

	Português	Latim	Francês	Inglês	Matemática	Hist. Geral	Geografia	Ed. Moral	Ensino Artístico	Atividade Desportiva	Atividade Cultural	Atividade Social	Faltas	Presenças
Março	-	x	-	x	-	1	x	-	x	-	-	-	1	1
Abril	10	x	1	x	1	2	x	-	1	x	1	-	8	1
Mai	1	x	-	x	-	3	x	-	x	-	-	-	3	1
Junho	1	x	-	x	-	1	2	x	2	x	2	-	9	1
Agosto		x		x			x		x					
Setembro		x		x			x		x					
Outubro		x		x			x		x					
Novembro		x		x			x		x					
TOTALS	2	x	1	x	1	4	5	x	2	3	x	3	-	21

Total anual de faltas até 19 de junho de 1963 (21)

Total anual de aulas dadas até 19 de junho de 1963 (286)

Total anual de faltas em Educação Física até 19 de junho de 1963 (—)

Total anual de sessões em Educação Física até 19 de junho de 1963 (—)

Observações: A aluna é impune de fazer Educação Física, em caráter definitivo.

Data: Piripiri, 8 de julho de 1963

Martinho Mendes Bezerra
(Inspetor)

[Redacted]

Fonte: Ginásio Piripiriense (1961-1975a).

Nas fotografias 16, 17 e 18 verificamos as assinaturas dos respectivos inspetores federais do Ginásio Piripiriense. Analisando essas imagens, temos, na primeira fotografia, um documento sobre o histórico escolar de educação física. Este registrava o nome do estabelecimento, o ano, a série, o município e o estado da instituição ginásial; além disso, podemos perceber a ficha de exame médico-biométrico deste estudante, matriculado na primeira série do curso ginásial, no ano de 1962, ingressando com 11 anos e concluindo a referente série com 12 anos. No final do documento, à direita, podemos conferir a rubrica de um dos inspetores do estabelecimento ginásial.

Na fotografia 17, apresentamos um requerimento para a matrícula na primeira série do curso ginásial do Ginásio José Narciso da Rocha Filho de uma aluna que foi aprovada no exame de admissão, feito em fevereiro de 1962, para o ingresso no mesmo ano, na única turma matutina de primeira série. No final do documento, no canto direito deste, enfatizamos o visto de um dos inspetores federais do Ginásio Piri-piriense, como uma exigência de validação do documento, nos termos da Lei Orgânica do Ensino Secundário (Brasil, 1942, cap. 3, art. 75): “§ 2º A inspeção limitar-se-á ao mínimo imprescindível a assegurar a ordem e a eficiência escolares”.

Com a fotografia 18, notamos a assinatura do outro inspetor federal do Ginásio Piri-piriense no canto inferior à direita do documento de registro de frequência escolar, de uma discente do ano de 1963. Sobre a origem, a descrição desses inspetores federais: um deles era chefe dos Correios na época e o outro fazia parte da Coletoria Estadual. Ambos os órgãos eram localizados na cidade de Piri-piri (Silva, Maria do Carmo, 2021).

A Coletoria Estadual foi instalada em Piri-piri em 1946 (Mello, 2001), este órgão, segundo Silva (Maria do Carmo, 2021) fazia os pagamentos dos professores do Estado e funcionou em diferentes locais ao longo da sua existência, especialmente dos funcionários dos grupos escolares, como a ex-docente relembra:

Porque o do Padre Freitas era na Coletoria, ia lá, assinava e recebia o dinheiro. [...] Olha, essa Coletoria funcionou em vários locais. [...] Essa Coletoria era estadual. Nós recebíamos pelo Estado. Era na Coletoria, o pagamento. [...] Assinava e recebia... tudo isso dos funcionários do Estado no caso [...] do Padre Freitas, onde eu trabalhava [...] pelo Estado.

Sobre os Correios em Piri-piri, não encontramos a data exata de sua instalação na cidade, mas as narrativas orais, remontam também à década de 1940 para o surgimento desse órgão federal (Getirana, 2021).

Esses inspetores do Ginásio José Narciso da Rocha Filho assinaram os documentos do estabelecimento como representantes de fiscalização da instituição e, assim, a função deles ficava restrita às assinaturas dos documentos do Ginásio Piri-piriense, pois os ex-alunos e ex-professores entrevistados, dos primeiros anos do Ginásio, conheceram essas pessoas, mas não conseguiram informar sobre as visitas e frequências deles na instituição, apesar do diferentes documentos de alunos encontrados com autenticação das assinaturas dos respectivos. É fundamental ressaltar que essa função dos inspetores federais no estabelecimento de Piri-piri não era singular da instituição, mas acontecia em muitas escolas de ensino secundário no país, como aponta Amado (1973, p. 27):

A inspeção federal não fazia distinção de estabelecimentos, no padrão pedagógico e ético. Confundia-os todos, no mesmo processo quase exclusivamente burocrático. Os inspetores, mesmo os que tinham capacidade para um trabalho de orientação e assistência técnica, viam-se enredados numa regulamentação extremamente minuciosa e artificial. Sua atividade consistia principalmente em assinar documentos, conferir assinaturas, relatar formalidades, e outras tarefas semelhantes. Reduzidos a estas proporções, não raro cometiam-se os seus encargos, nos lugares onde não havia inspetores, a outros funcionários federais (coletores, agentes postais, etc.). Naturalmente, as normas rígidas não podiam ser cumpridas e, com a expansão do ensino secundário, tornavam-se cada vez menos exequíveis. [...]

Não só não havia inspetores para todos os estabelecimentos como, por outro lado, a inspeção, para muitos deles, era desnecessária, quando não restritiva de iniciativas de interesse educativo.

Para conhecermos a origem e as atribuições dos “inspetores federais” do Ginásio José Narciso da Rocha Filho, cujos nomes foram localizados a partir das assinaturas nos documentos escolares do estabelecimento, recorreremos à história oral, principalmente, pois esta nos possibilita o cruzamento com esses acervos físicos, como aponta Mogarro (2005, p. 81): “Os documentos de arquivo [...] reflectem a vida da instituição que os produziu. No entanto, as informações fornecidas por esses documentos têm, necessariamente, de ser cruzadas com os dados que se encontram em fontes de outra natureza [...].

Além disso, a história oral não serve apenas para “preencher vazios” (Holanda; Meihy, 2007, p. 24); de acordo com os autores, a utilização de fontes dessa natureza vai além e “[...] é importante ressaltar que se pode, de maneira positiva, assumi-la isoladamente e propor análises das narrativas para a verificação de aspectos não revelados, subjetivos, alternativos aos documentos escritos”.

As assinaturas dos inspetores nos dossiês de matrículas foram encontradas apenas nos documentos do Ginásio José Narciso da Rocha Filho nos primeiros anos do estabelecimento, após a estadualização da instituição de ensino ginásial, a rubrica passou a ser da secretária do estabelecimento, como apresenta a fotografia 19:

Fotografia 19 – Ficha de frequência escolar do Ginásio Piripiriense (1967)

CARACTERÍSTICOS

Nome do Aluno: _____

Data do Nascimento: _____

Natural de: _____

Nome do pai: _____

Nome da mãe: _____

Residência: _____

Observações: _____

FREQUÊNCIA (Anotações de Faltas)

	Participado	Presente	Faltas	Matemática	Ciência Fís. e Quím.	História	Geografia	Org. Soc. e Pol. (Linha do Trabalho)	Desenho	Ativ. Lúdicas	TOTAL
Março	-	-	x	-	-	-	-	x	x	-	2
Abril	-	-	x	-	-	1	-	x	x	-	-
Mai	-	-	x	-	-	-	-	x	x	-	1
Junho	-	1	x	-	-	-	-	x	x	-	3
Agosto	-	1	x	-	-	-	1	x	x	1	2
Setembro	-	-	x	-	-	-	-	x	x	2	-
Outubro	-	-	x	-	-	-	-	x	x	3	16
Novembro	2	2	x	2	1	2	4	x	x	3	24
TOTAIS	2	4	x	2	1	3	5	x	x	6	24

Total anual de falta: (24)

Total anual de aulas dadas: (123)

Total anual de faltas em Educação Física: (-)

Total anual de sessões em Educação Física: (-)

Observações: _____

Data 16 de dezembro de 1967

MARIA DE OLIVEIRA REZENDE
 SECRETÁRIA

Fonte: Ginásio Piripiriense (1961-1975a).

Nesse registro de frequência escolar do Ginásio José Narciso da Rocha Filho referente ao ano de 1967, podemos perceber a assinatura da secretária da instituição no espaço que seria destinado aos inspetores federais. Supõe-se que essa situação possa ter ocorrido por decisão direta da própria Diretoria do Ensino Secundário.

Por essas razões imediatas, e dentro da linha de quebrar alguns grilhões da centralização, instituímos, com a aprovação do Ministro (novembro de 1957), o regime de convênio entre a Diretoria e determinados estabelecimentos, mediante o qual as atribuições da inspeção passavam ao diretor da escola. Não se fazia diferença, é claro, entre ensino público e ensino particular. A oportunidade era oferecida às escolas que quisessem usá-la e cujas condições as credenciassem para isso.

Era mais uma prova de confiança do poder público no educador. A providência prestigiava a autoridade própria do diretor e encarnava em sua pessoa o fiscal do governo. Dava-lhe margem, inclusive, a interpretar a lei, em face de problemas da administração escolar, e considerando a variedade de condições e circunstâncias locais. Desembaraçava a direção da escola de entraves burocráticos insignificativos e estéreis.

Recebido a princípio com reservas por parte de muitos inspetores e mesmo de algumas escolas, esse regime de convênio em pouco tempo se firmou; em 1960, vigorava em mais de trezentos ginásios e colégios (Amado, 1973, p. 28).

Por não haver inspetores seccionais suficientes para atenderem às demandas de muitos estados brasileiros, houve essa abertura e autonomia aos diretores dos estabelecimentos do ensino secundário para realizarem a sua própria inspeção e supervisão burocrática desde que esses estabelecimentos tivessem requisitos para o credenciamento e que fosse permitido pela Diretoria do Ensino Secundário, uma vez que em muitos estabelecimentos, também, como mencionado anteriormente, os tidos como inspetores federais eram, na verdade, funcionários ligados a outros órgãos do governo, alheios ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) (Amado, 1973).

3.4 É assim que se faz: os docentes, as práticas escolares e as avaliações

Em relação aos professores do Ginásio José Narciso da Rocha Filho, estes atuavam nos grupos escolares da cidade ou em escolas particulares, pessoas de renome que eram reconhecidas por seu desempenho didático e pedagógico para a época. De acordo com Silva (Maria do Carmo, 2021) no início do funcionamento do Ginásio Piripiriense, os professores eram convidados para atuar na instituição de ensino secundário ginásial, pelo então diretor, Omar de Andrade Rezende e por Raimunda Pinheiro de Rezende, como a ex-professora descreve:

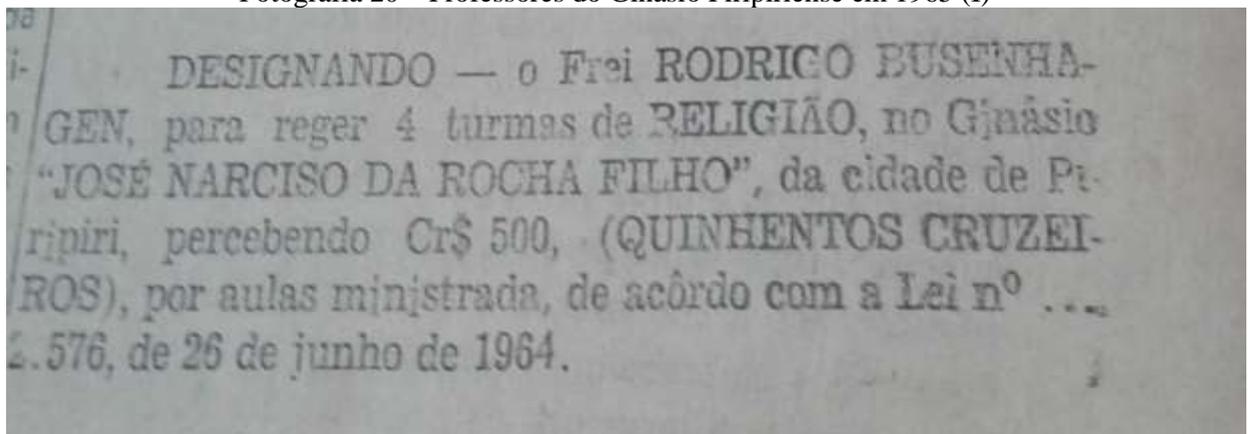
Foi. Omar me chamou, pediu que eu fosse até lá no Ginásio, pra ele conversar comigo... [...] e eu... a princípio, eu não quis aceitar, viu [...] quando terminava o expediente do Padre Freitas, eu entrava pra dar aula lá na parte da [...] da manhã, a tarde do mesmo jeito e a noite, era sempre as duas últimas aulas quando eu já tinha dado meu expediente no... no Grupo, certo? [...] Eu recebi minha nomeação em casa. [...] Dona Yá foi levar em casa. [...] Porque de início eu não queria aceitar, né? De maneira alguma. [...] A cadeira. Mas aí por insistência dela e de outras pessoas que

souberam e eram amigas, me aconselhando, foi como eu aceitei. Mas depois que eu aceitei, foi maravilhoso. Tenho saudades. [...] Muito bem acolhida, não sabe? Pelos diretores, pelos colegas e pelos alunos também (Silva, Maria do Carmo, 2021).

O convite para atuar no Ginásio Piripiriense foi feito nos primeiros anos do estabelecimento antes do funcionamento da escola, pois se exigia a lista de nome dos docentes e as disciplinas que atuariam na instituição, para solicitar a autorização de funcionamento condicional de um ginásio.

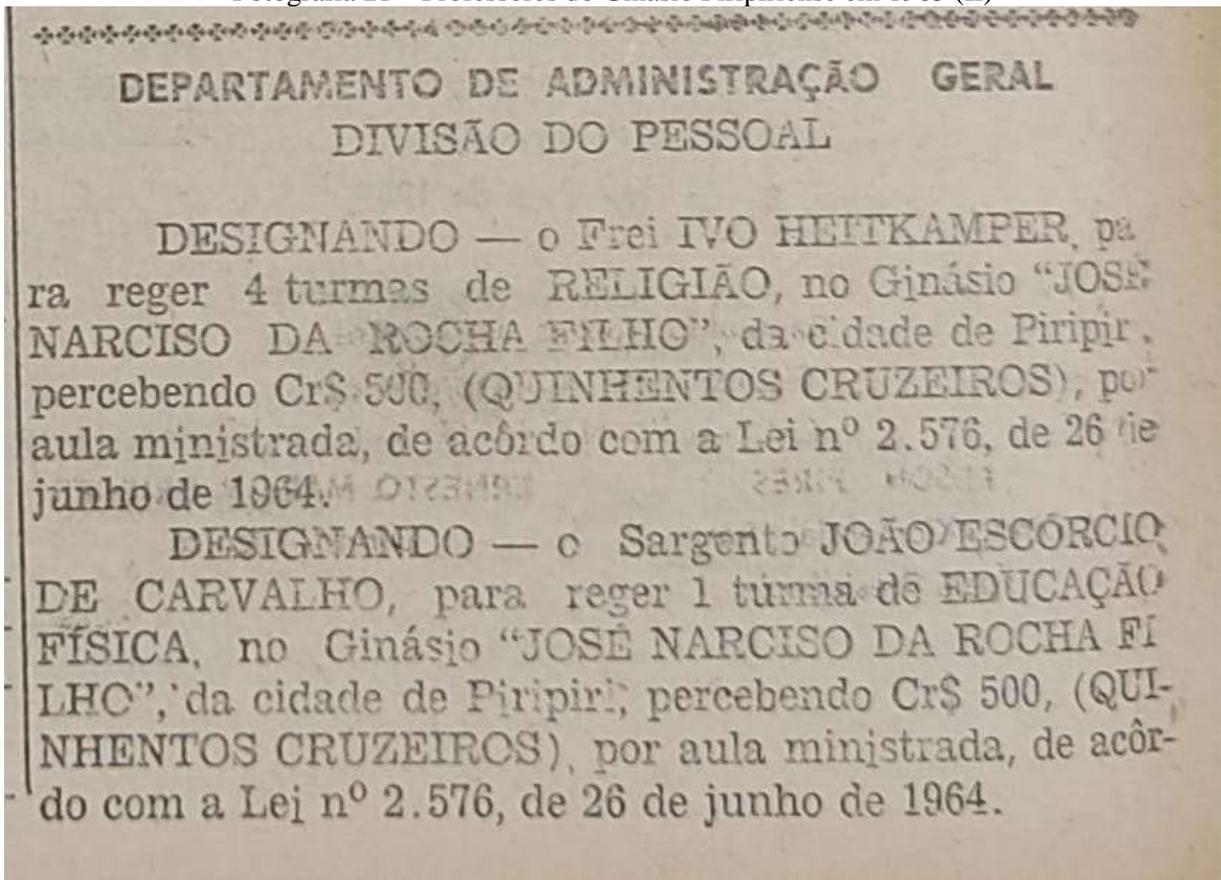
Após a estadualização da escola, no governo de Petrônio Portella, os professores eram designados pelo Departamento de Administração Geral do Estado para assumir as disciplinas e o estabelecimento de ensino, concomitantemente; o valor do pagamento era por cada aula ministrada. Essas informações eram registradas e publicadas no Diário Oficial do Piauí, como apresentam as fotografias 20 a 24:

Fotografia 20 – Professores do Ginásio Piripiriense em 1965 (I)



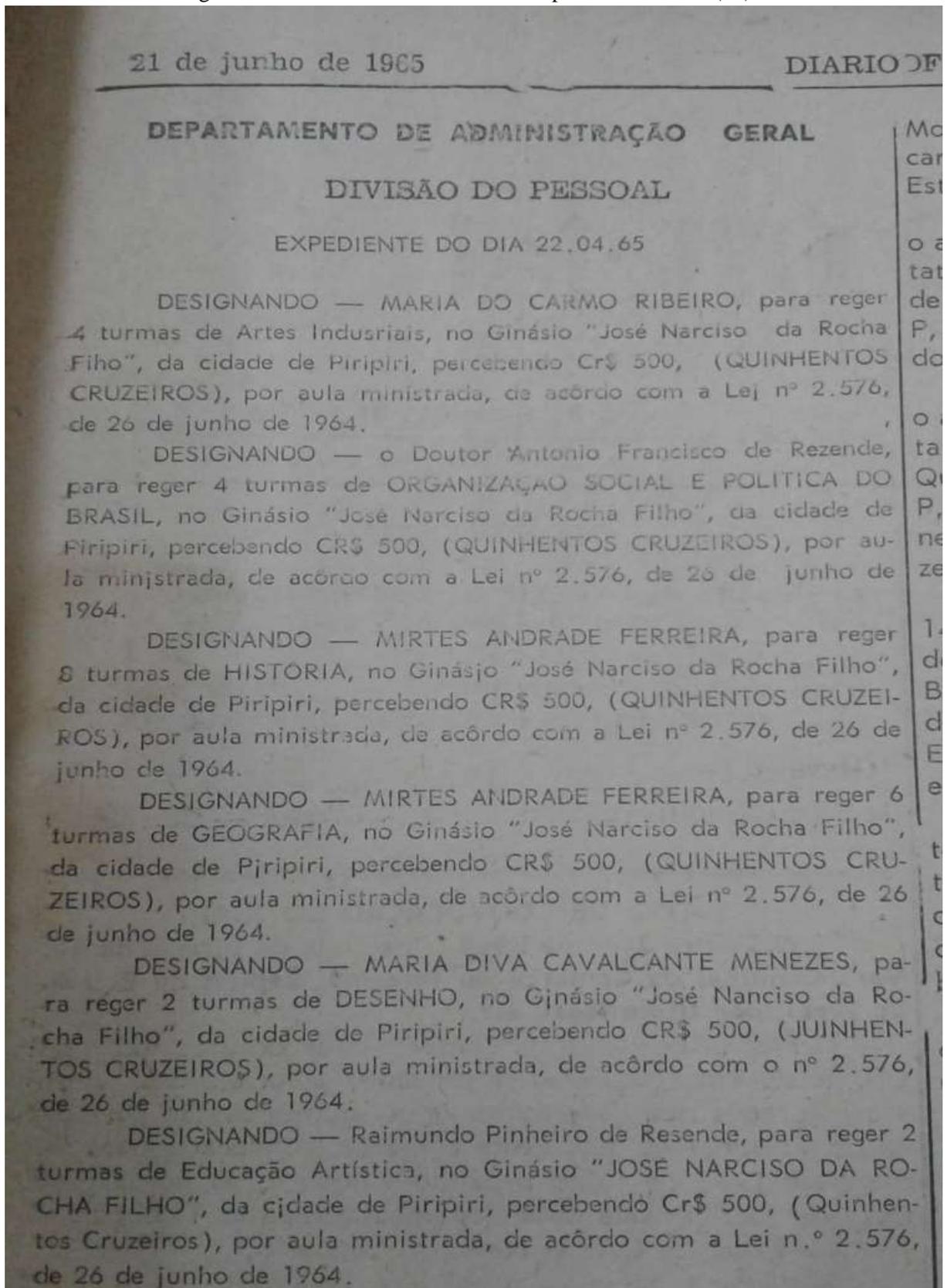
Fonte: Piauí (1965a, p. 3).

Fotografia 21 – Professores do Ginásio Piripiriense em 1965 (II)



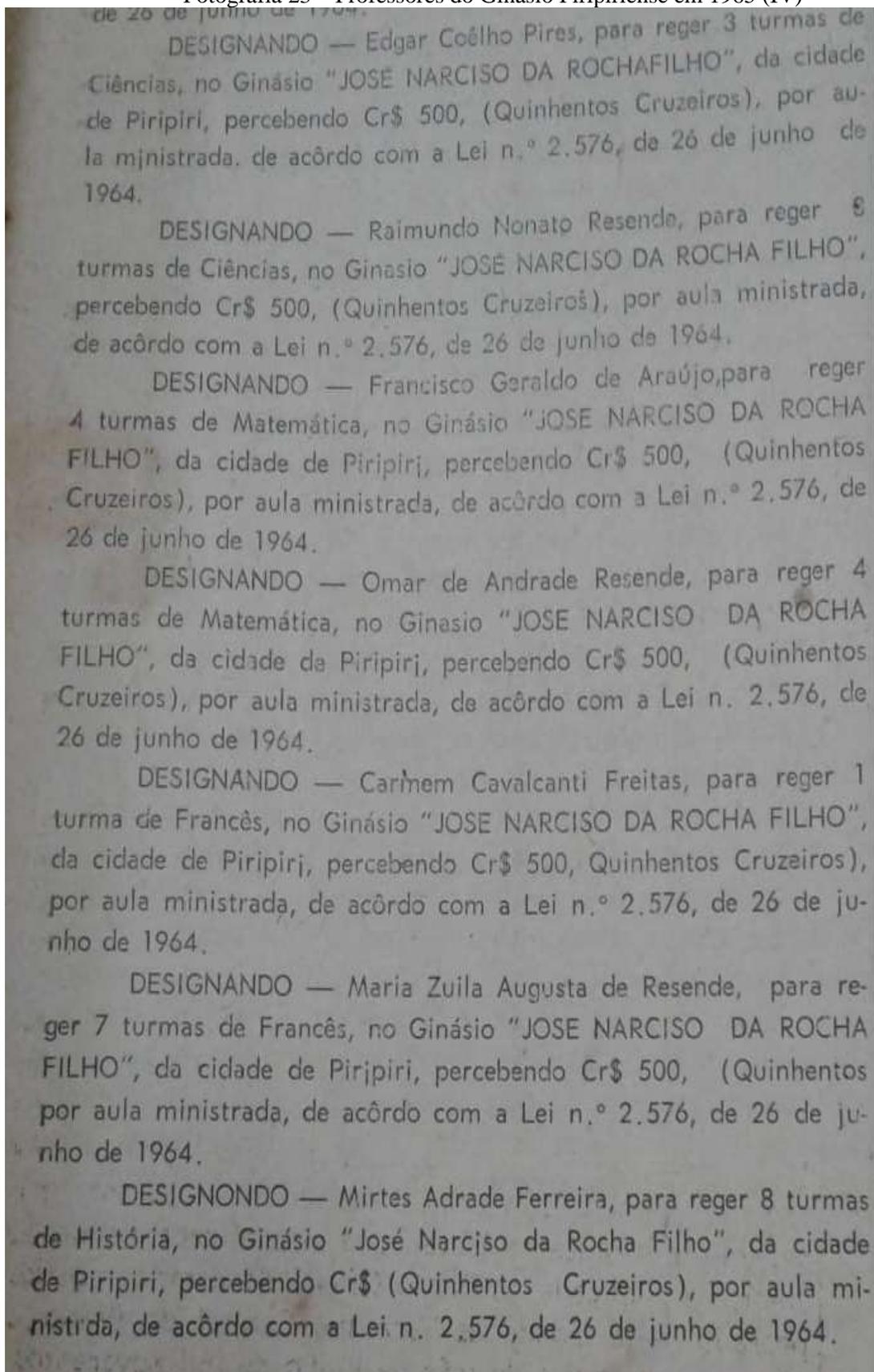
Fonte: Piauí (1965b, p. 1).

Fotografia 22 – Professores do Ginásio Piriapiense em 1965 (III)



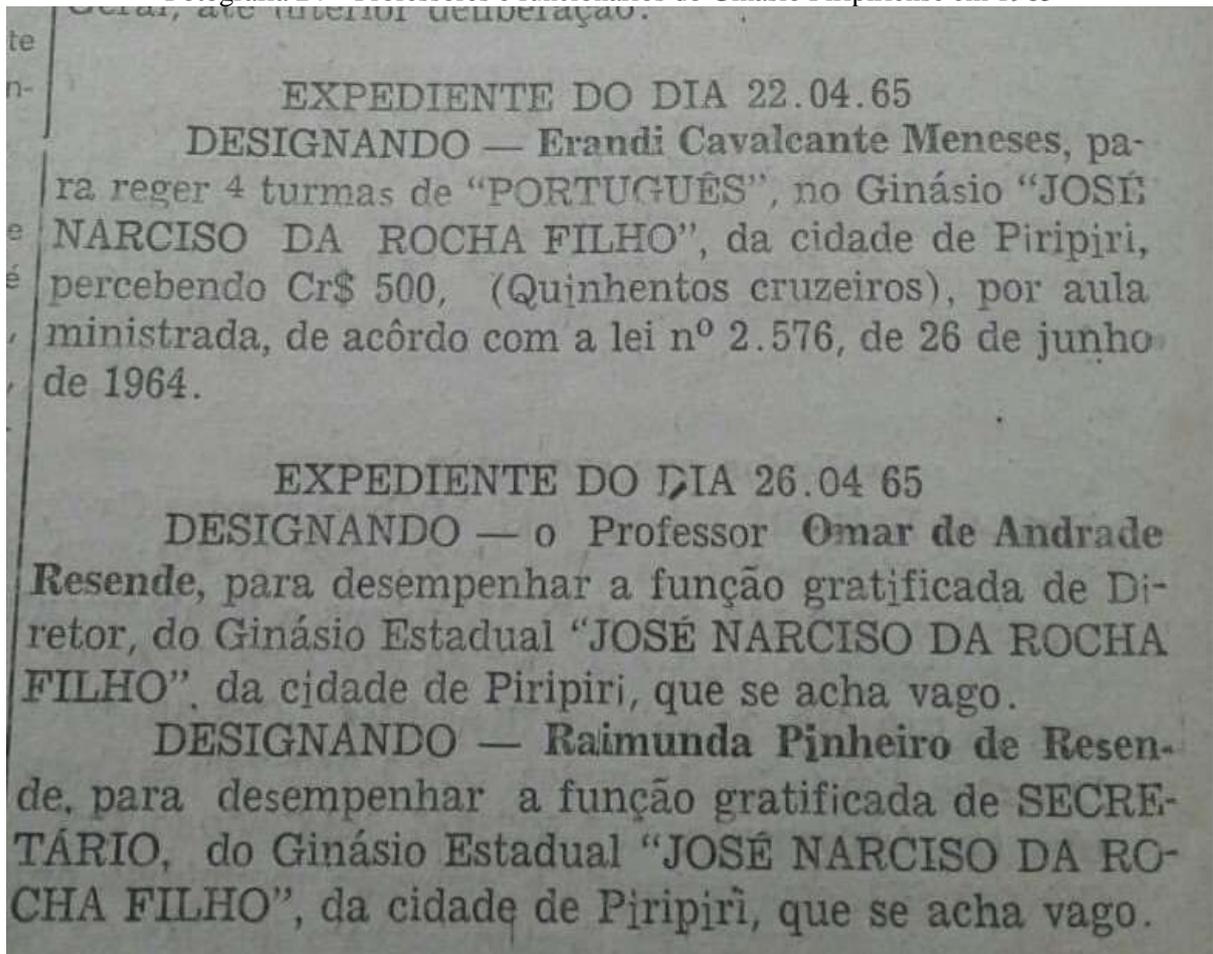
Fonte: Piauí (1965c, p. 3).

Fotografia 23 – Professores do Ginásio Piriapiense em 1965 (IV)



Fonte: Piauí (1965c, p. 3).

Fotografia 24 – Professores e funcionários do Ginásio Piri-piriense em 1965



Fonte: Piauí (1965d, p. 1).

Das fotografias 20 a 24, contidas nos Diários Oficiais do Estado do Piauí dos anos de 1965 e 1966, temos as listas de alguns professores que foram designados para ministrarem aulas no Ginásio paralelamente à disciplina que iriam assumir. Nesse período, o Ginásio José Narciso da Rocha Filho já tinha sido oficializado por Petrônio Portella, ato que foi registrado no Livro de Atas do Ginásio Piri-piriense, datado do dia 09 de abril de 1965 (Ginásio Piri-piriense, 1961-1975b).

Organizamos no quadro 3 as listas de professores contidas nas fotografias 20 a 24, com seus nomes, as disciplinas, quantidades de turmas as quais estes foram lotados nos primeiros anos de funcionamento do Ginásio Piri-piriense e a formação destes.

Quadro 3 – Professores do Ginásio Piriipiriense de 1961 a aproximadamente 1967

Professor	Disciplina	Quantidade de turmas	Formação inicial/ Conhecimentos
Antônio Francisco de Rezende	Organização Social e Política do Brasil	4 turmas	Curso de Direito
Carmem Cavalcanti Freitas	Francês	1 turma	Curso Normal
Edgar Coelho Pires	Ciências	3 turmas	Curso de Odontologia
Erandi Cavalcante Meneses	Português	4 turmas	Curso Normal
Francisco Gerardo de Araújo	Matemática	4 Turmas	Ensino Secundário
Frei Ivo Heitkamper	Religião	4 turmas	Curso de Filosofia
Frei Rodrigo Busenhagen	Religião	4 turmas	Curso de Filosofia
João Escórcio de Carvalho	Educação Física	1 turma	Ensino Secundário
Maria Diva Cavalcante Meneses	Desenho	2 turmas	Curso Normal
Maria do Carmo Ribeiro	Artes Industriais	4 turmas	Curso Normal
Maria Zuila Augusta de Rezende	Francês	7 turmas	Curso Normal
Mirtes Andrade Ferreira	História	8 turmas	Curso Normal
Mirtes Andrade Ferreira	Geografia	6 turmas	Curso Normal
Omar de Andrade Rezende	Matemática	4 Turmas	Ensino Secundário
Raimunda Pinheiro de Rezende	Educação Artística ¹¹	2 turmas	Curso Normal
Raimundo Nonato Rezende	Ciências	8 Turmas	Não encontrado nas fontes consultadas

Fonte: Autora.

Dados: Andrade (2013), Getirana (2021), Piauí (1965a, 1965b, 1965c, 1965d).

Nesse quadro docente do Ginásio José Narciso da Rocha Filho, a maioria desses professores iniciaram os seus trabalhos na implantação do Ginásio Piriipiriense, em 1961 e é composto por professoras formadas pela Escola Normal Sagrado Coração de Jesus em Piriipiri, as Normalistas, que já trabalhavam nos Grupos Escolares da cidade e em escolas particulares na própria residência, conforme Silva (Maria do Carmo, 2021) e por professores que residiam na cidade, mas que haviam se formado nas Faculdades de Direito, Engenharia, Filosofia, Medicina e Odontologia em outros estados, como Recife, Fortaleza e Rio de Janeiro, filhos das terras de Padre Freitas. Havia também aqueles com o curso de Ensino Secundário, com o qual era permitido lecionar em ginásios.

Os docentes com origem em outras cidades, como era o caso de uma das precursoras, professora e secretária da escola, Raimunda Pinheiro de Rezende, já residiam nas terras

¹¹Acerca da disciplina de Educação Artística, os ginásianos não conseguiram relatar sobre as atividades exigidas por esse componente e nos documentos analisados do Ginásio Piriipiriense não foi encontrado informações sobre a organização dessa disciplina.

piripirienses tempos antes da implantação do Ginásio Piripiriense, conforme Getirana (2021). Na fala da ex-aluna Silva (Maria Teixeira, 2021), notamos a referência da formação dos professores que eram convidados para trabalhar no Ginásio Piripiriense:

Aí eles aproveitavam médicos, né? Como o doutor Antenor, aproveitavam odontólogos, como o [...]. Aí tinha o doutor [...] que era advogado, que se formou no Rio de Janeiro também, que era de Educação Moral e Cívica [...], era Organização Social e Política do Brasil, né? OSPB.

Assim também relembra o ex-discente Ramos Filho (2021):

Eu me lembro da Dona [...] ela tinha feito o Curso Superior fora, a [...] também tinha, ela era formada e... daqui tinha o [...], que era bancário, tinha muito conhecimento, ele deu aula pra nós muito tempo, os outros eu não me recordo não, parece... o doutor Antenor foi professor nosso, era médico.

Além desses professores listados nas fotografias encontradas no Diário Oficial do Estado do Piauí, podemos listar outros docentes que fizeram parte da história e memória do Ginásio José Narciso da Rocha Filho com a disciplina de Português, como é o caso do professor Antônio Giovanni Alves de Sousa, piripiriense, que fez o ensino primário no Grupo Escolar Cassiana Rocha e o ensino secundário ginásial, “[...] em colégios de Parnaíba-PI, Teresina-PI e Tianguá-CE. Fez o Ensino Clássico [...] no Seminário Franciscano de Santo Antônio, no lugar Ipuarana, município de Campina Grande-PB” (Andrade, 2013, p. 141).

O nome do Dr. Antenor de Araújo Freitas também foi citado como um dos professores do Ginásio José Narciso da Rocha Filho. O médico cursou Medicina pela Faculdade Católica de Ciências Médicas, em Minas Gerais, e em 1958 retornou para a Piripiri para exercer a profissão e foi convidado para ser professor do Ginásio Piripiriense, conforme Andrade (2013).

Nos primeiros anos de funcionamento do Ginásio José Narciso da Rocha Filho, os professores não possuíam a formação específica para atuar no ensino secundário. Como discutido anteriormente, eles não possuíam a CADES (Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário) instituída em 1953, com o intuito de “[...] promover, por todos os meios a seu alcance, as medidas necessárias à elevação do nível e à difusão do ensino secundário no país [...]” (Brasil, 1953, art. 2º). Eram escolhidos pela sua excelência na profissão em outras escolas: a pontualidade, a didática e a formação.

Podemos perceber, pelo quadro 3 e nas fotografias 20 a 24, que as disciplinas ministradas pelas professoras normalistas estavam relacionadas às artes, às línguas e às humanas, possivelmente pelas suas desenvolvimentos artísticas apreendidas na formação do

Ensino Normal. Enquanto a matemática, as ciências, a religião e as disciplinas normativas ficavam a cargo dos professores com formação específica e afim para a referente matéria.

Outros detalhes que podem ser observados nas fotografias 20 a 24 são os vencimentos dos docentes. O professor recebia, por aula ministrada, o valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) nos estabelecimentos de ensino secundário mantidos pelo Estado, conforme a Lei n. 2.576, promulgada em 26 de junho de 1964. O ano da fotografia já apresentava o pagamento dos professores do Ginásio José Narciso da Rocha Filho no período de pós-estadualização.

Realizando uma comparação com os escritos de Oliveira (2019), esta apontou que os vencimentos dos docentes do Ginásio Piriipiriense, entre os anos de 1961 a 1964, era de responsabilidade do estabelecimento, oriundos do fundo de doação do governador Francisco das Chagas Caldas Rodrigues no período da instalação da escola, mas também por pagamentos de quem estudava nela. É importante elencar que não foi encontrado registro escrito ou documento oficial de subvenção por parte do município entre os anos de 1961 a 1964, nem mesmo na gestão municipal de um dos idealizadores, Aderson Alves Ferreira, o que também não nos permite confirmar que o município desobrigava de contribuir financeiramente, ou de cunho material, pessoal, entre outras formas de auxílio para com o Ginásio Piriipiriense.

Faço também notar que a reflexão histórica se aplica hoje à ausência de documentos, aos silêncios da história. [...] Falar dos silêncios da historiografia tradicional não basta; penso que é preciso ir mais longe: questionar a documentação histórica sobre as lacunas, interrogar-se sobre os esquecimentos, os hiatos, os espaços brancos da história. Devemos fazer o inventário dos arquivos do silêncio, e fazer a história a partir dos documentos e das ausências de documentos (Le Goff, 1990, p. 110).

Como aponta Le Goff (1990), a ausência e as lacunas de documentos também devem ser consideradas na análise da historiografia do objeto investigado, pois a falta desses documentos pode apontar diferentes hipóteses para a situação.

O quadro de funcionários não mudou muito durante o período analisado de 1961 a 1971. Geralmente os docentes que iniciaram a lecionar no Ginásio Piriipiriense a convite do diretor, Omar Rezende, nos primeiros anos da escola, em sua maioria, permaneceram na instituição e foram contratados pelo Estado para continuarem vinculados ao estabelecimento de ensino secundário de Piriipiri e ministrando as disciplinas que já ensinavam. Diante das práticas escolares, as atividades docentes nos ginásios brasileiros em geral

[...] ancorava-se em algumas práticas bastantes disseminadas, como a exigência da disciplina dos alunos – silêncio a sala de aula, ordem e obediência – o controle do comportamento moral dos estudantes e a cobrança em relação ao conhecimento

aprendido. O exame era um valor compartilhado, assim como o cumprimento do programa. A alta seletividade do ensino era vista como decorrência de um padrão de qualidade desejável (Souza, 2008, p. 190-191).

Essa realidade perpassava pelos estabelecimentos de ensino secundário ginásial no Brasil; assim, no Ginásio Piripiriense, percebemos o reflexo desse espelho cultural referente ao nível de ensino com o objetivo de formar a elite intelectual e exigindo um maior rigor para os alunos em termos de conhecimento e disciplina.

3.5 O currículo e o ensino no cotidiano escolar do Ginásio Piripiriense

O currículo do ensino secundário, à luz da Lei n. 4.244/1942, organizou as disciplinas em três categorias: Línguas, compreendendo as matérias de Português, Latim, Francês e Inglês; Ciências, com as disciplinas de Matemática, Ciências Naturais, História Geral, História do Brasil, Geografia Geral, Geografia do Brasil; e Artes, com as disciplinas de Trabalhos Manuais, Desenho e Canto Orfeônico (Souza, 2008). Este currículo foi elaborado com o intuito de contemplar a formação humanista dos estudantes, pela

[...] relevância dada ao ensino do Latim, a inclusão do Grego no curso clássico, à redistribuição das matérias literárias e científicas constantes nos programas e ao número de aulas semanais redefinindo o lugar e a importância de cada disciplina no projeto cultural de formação dos adolescentes e jovens (Souza, 2008, p. 175).

Nesse currículo, a disciplina de Português e a de Matemática estavam na grade curricular do curso ginásial em todas as quatro séries e as duas possuíam uma maior carga horária semanal comparada as demais. No Ginásio José Narciso da Rocha Filho, as aulas de português e matemática eram todos os dias (Getirana, 2021). Essas aulas eram baseadas nos conteúdos dos livros pensados para a finalidade do ensino secundário. Conforme Farias (2021), para muitos alunos, essas disciplinas eram as mais difíceis, com conteúdos que exigiam esforço do alunado, principalmente a Matemática.

Nas aulas de Português e Matemática utilizava-se principalmente o livro, por meio do qual o professor explicava o conteúdo oralmente e depois no quadro para que os discentes acompanhassem em suas carteiras com os seus materiais. Para Alves (2021): “[...] Matemática e Português [...] era mais puxado”. No momento da explicação do conteúdo não era permitido conversas paralelas ou interrupções para não dispersar a concentração, o docente, ao final da explicação, questionava e permitia que os alunos pudessem tirar as dúvidas e orientações, conforme o relato do ex-discente ginásiano:

[...] aquele método [...] de aula e tudo, então sempre era o professor quem falava, a gente ouvia, né? Se perguntava, a gente questionava, né? [...] As questões, principalmente, de Português, a gente perguntava [...] Eles [os professores] [...] faziam mais aquele feedback com os alunos, conversavam com os alunos [...]. Agora é aquele [...] estilo ainda muito... né? [...] Muito disciplinador, não admitia brincadeira, ninguém... nessas duas aulas era difícil ter uma brincadeira (Getirana, 2021).

No Português, a gramática, a fala e a escrita eram exigidas conforme a norma culta. Os conteúdos seguiam o livro didático, mas os docentes levavam materiais e apostilas complementares. As avaliações dessa disciplina eram compostas por provas orais e escritas (Getirana, 2021). “O estudo da língua cumpria assim, um objetivo político como elemento promotor da identidade e da integração nacional. O apropriado domínio do Português assumia também a dimensão de um dever patriótico, por isso cabia ao professor incutir nos alunos o amor à língua [...]” (Souza, 2008, p. 177).

Em relação à Matemática, essa disciplina exigia que os alunos aprendessem a realizar e dominar os cálculos; o estudo da tabuada era um fator importante e obrigatório aos discentes, pois os professores de matemática costumavam fazer perguntas relacionadas às 4 operações para os estudantes de surpresa e realizar as provas orais ou no quadro para avaliar o desempenho. Tratava-se de uma matéria que entrava na classificação dos alunos como uma das mais difíceis do Ginásio José Narciso da Rocha Filho, como descreve o ex-aluno Ramos Filho (2021),

Não, não, [...] era muito eficiente em Matemática e ele só escrevia alguma coisa no quadro, passava exercícios, mas tudo na base do giz. [...] Às vezes chamava [para o quadro]. Ele punha uma questão lá, uma equação, uma coisa e chamava um aluno pra ir resolver. Eles passavam algum exercício: “Vê aí a página tal!” Aí falava sobre aquela matéria, passava alguns exercícios e a gente levava, às vezes, pra resolver em casa.

As avaliações da disciplina de Matemática eram compostas por provas escritas e orais, nas quais os alunos precisavam resolver os problemas propostos no papel da avaliação com os cálculos minuciosamente apresentados; nenhuma etapa podia ser pulada, mesmo que o aluno já soubesse a resposta previamente (Alves, 2021).

As aulas de Ciências no Ginásio José Narciso da Rocha Filho aconteciam três vezes na semana e o uso do livro didático servia de base para a disciplina. Havia alguns materiais na escola que auxiliavam essas aulas, como cartazes do corpo humano e outros objetos; além disso, os professores que eram da área da saúde levavam outros para complementar.

As aulas de História e Geografia eram duas vezes por semana. Essas disciplinas também exigiam o uso de livro didático como ponto de partida dos conteúdos. Em relação aos

materiais extras utilizados, os ex-alunos relataram o uso de mapas geográficos e globos terrestres para a localização dos países: “Tinha, tinha o mapa, tinha aquele globo, né? Que ele, às vezes, né? [...] Levava” (Alves, 2021).

Conforme Getirana (2021), nas avaliações das disciplinas de Português e Matemática que eram escritas, os professores escreviam toda a prova no quadro negro para que os discentes copiassem nas folhas de papel almaço. Às vezes o docente levava as folhas, outras vezes pedia para o aluno levar de casa. O mesmo acontecia com as provas de Ciências, História e Geografia. Com o surgimento das máquinas de datilografia, algumas avaliações passaram a ser datilografadas.

Nas lembranças de Alves (2021), as provas não eram extensas, eram compostas de 10 questões, pois os alunos copiavam as avaliações e em seguida havia um tempo, dado pelo professor da disciplina, para que respondessem às alternativas. As avaliações das disciplinas de Ciências, História e Geografia eram compostas de perguntas mais técnicas, como podemos perceber pelo relato:

As provas [...] era um pouquinho diferente do hoje, porque as provas [...] de História e Geografia e, às vezes, até Ciências, também, era a questão que a gente chamava naquela época de decoreba. A gente decorava. [...] Era mais [...] naquele de marcar certo ou errado, completar uma coluna de acordo com a outra, enfim, basicamente as provas eram desse jeito, [...] muito objetivas. [...] Você não levava muito tempo pra [...] responder, porque não tinha questões [...] dissertativas, que você fosse ler pra interpretar, pra dar uma resposta, não tinha (Getirana, 2021).

Assim, como nos exames de admissão, os alunos precisariam atingir a pontuação igual ou superior a 5,0 e as pontuações eram registradas nos meses de abril, maio, agosto, setembro e outubro. Caso o aluno não atingisse nota satisfatória nessas avaliações, existiam as recuperações no meio e no final do ano; além disso realizavam-se recuperações de 2ª época, como uma espécie de prova final nos dias atuais (Ginásio Piripiriense, 1961-1975a).

Outra observação importante é que todas as disciplinas existentes na série em que o aluno cursava exigiam uma nota avaliativa que registrasse o desenvolvimento discente na “Ficha Individual do Ano Letivo”. Por isso, nas demais disciplinas, os estudantes eram analisados por meio de trabalhos, aulas práticas, atividades durante as aulas e frequência escolar, que servia de avaliação para todas as disciplinas.

Quanto às aulas de Artes Industriais, essas eram realizadas, geralmente, duas vezes por semana, para cada turma, em todos os turnos que havia discentes, ministrada pela professora Maria do Carmo Ribeiro, que ingressou na instituição nos primeiros anos de fundação, a convite dos organizadores Omar de Andrade Rezende e Raimunda Pinheiro de Rezende, e ficou até meados de 1973 (Silva, Maria do Carmo, 2021). Os trabalhos mais comuns eram

com os materiais em madeira. Os próprios alunos eram os responsáveis por levar esse material, como mencionara a ex-docente:

Nós fazíamos trabalhos em madeira. Meu pai era carpinteiro [...] E eu tinha aquela ideia dele [...]. Então nós fazíamos trabalhos em madeira, em bandejas. [...] Não, antes [...] dava uma ideia do que ia fazer, qual era a importância do trabalho [...] Material que precisava e tudo. [...] Próxima aula vamos fazer tal trabalho... vocês vão ter que trazer tal material, depois ele vai servir para isso e aquilo outro [...]. Àqueles que deveriam ser mostrados [...] eu recolhia, mas depois devolvia, depois da exposição. [...] Embora fossem todos bons, não podia, eu tinha que selecionar [...] E de forma que eles levavam pra casa, porque eles compravam [...] o material, né? Era comprado por eles, o material [...] (Silva, Maria do Carmo, 2021).

Antes de realizar esses trabalhos manuais, a docente explicava previamente, em uma aula, o que seria feito na próxima e a relevância da arte, bem como os materiais necessários para a confecção dos trabalhos. De acordo com Silva (Maria do Carmo, 2021), antes de escolher os trabalhos a serem confeccionados na sala de aula, a professora realizava um planejamento em casa, treinando o manuseio com os materiais, com antecedência para prescrever os procedimentos e prever as possíveis falhas, adequações, erros ou acertos. Não havia livros para a disciplina, entretanto, com precedência, a docente explicava teoricamente, com o auxílio de um caderno pessoal com anotações, a respeito dos trabalhos a serem desenvolvidos, bem como informava a relevância desses trabalhos.

Silva (Maria do Carmo, 2021) escolhia os materiais mais acessíveis aos alunos e a confecções de itens que fossem utilizados para eles, como trabalhos com madeira, de feltros, cartolinas, tecidos e cintos, aparatos que fossem mais fáceis de conseguir e que fossem da realidade dos alunos, como cita da docente: “Eu iniciei dando trabalhos, assim, [...] com [...] Trabalhos feitos com cartolina, depois foi avançando... avançando, eles chegaram fazer [...] bordados de aplicação em feltro, [...] bolsas em contos e cintos também. [...] E [...] o material era deles”.

É importante ressaltar que os trabalhos que exigiam maiores e delicados acabamentos ou que não fossem possíveis de concluir em sala de aula, os discentes eram orientados a levá-los para concluir em casa. Além disso, as atividades da disciplina de Artes Industriais era, normalmente, individuais para que os alunos pudessem participar de todas as etapas de confecção dos trabalhos (Silva, Maria do Carmo, 2021).

Nos relatos de Silva (Maria do Carmo, 2021), é possível perceber que os alunos eram os responsáveis por levar todo o material necessário para a efetivação das atividades de disciplina Artes Industriais, mas aqueles que não possuíam condições de adquirir os aparatos

necessários para a construção das artes, a professora, por conhecer a realidade social dos ginásianos, levava, para que eles pudessem participar das aulas e ser avaliados.

Em se tratando da avaliação, a disciplina Artes Industriais exigia uma nota assim como as demais matérias e, também, era reprovativa. Logo, os discentes eram avaliados pela desenvoltura nos trabalhos da disciplina, nas confecções dos materiais e pela assiduidade. Os resultados dos trabalhos resultavam em exposições e, logo após, os alunos levavam as suas obras para casa (Silva, Maria do Carmo, 2021).

Concordando com Silva (Maria do Carmo, 2021), os relatos de Ramos Filho (2021), como ex-ginásiano, ressignificam e materializam essas memórias da docente, a partir de sua vivência discente sobre as aulas de Artes Industriais:

A aula dela era muito boa [...] Era um trabalho com madeira, eu sei que tinha que ir, às vezes, em um carpinteiro, eu gostava de fazer, eu gostava muito das aulas dela. Às vezes era dobrando papelzinho... [...] Fazendo essas coisas e eu toda vida fui dado esse negócio de Artes Manuais, eu tinha muita habilidade, porque eu mexia com relógio, né? [...] Coisa muito delicada, [...] valia nota, se você não fizesse o trabalho dela, podia até ser reprovado. [...] Fazer uma peça, um coraçãozinho em um pedaço de madeira, eu levava o meu perfeito todo bem lixadinho [...] Aquela parte mais difícil você preparava em casa, ela ensinava tudo, dava o modelo, dizia como é que a gente arranjava o material, e aí a gente levava, alguma coisinha ela pedia que terminasse lá, durante a aula. Tinha nota, era valendo nota pra prova final.

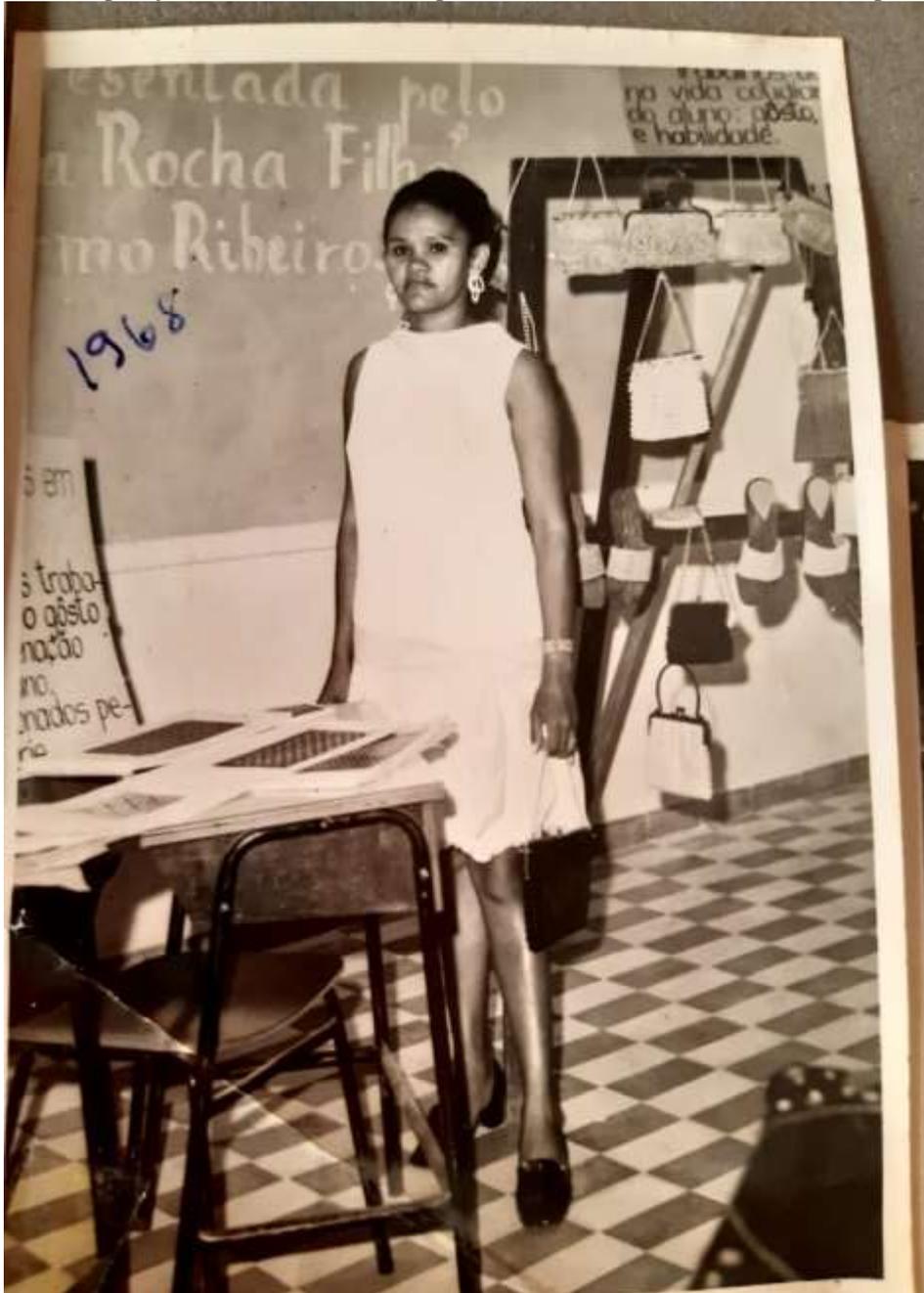
Para o ex-aluno, as aulas de Artes Industriais, nos primeiros anos do Ginásio José Narciso da Rocha Filho, ainda reluzido pela Lei Orgânica do Ensino Secundário, era chamada de Trabalhos Manuais, elencando uma das ramificações da disciplina de Artes no rígido currículo humanístico do ensino secundário das décadas de 1940 e 1950 (Ramos Filho, 2021). Para o ex-ginásiano, as aulas eram prazerosas, por ser uma das disciplinas que permitia uma maior liberdade de expressão dos alunos no desenvolvimento dos trabalhos artísticos. Contudo, como exemplificou Ramos Filho (2021), era preciso que os alunos se dedicassem nessas atividades, pois era critério avaliativo, sujeito à reprovação.

As atividades propostas pela professora da disciplina de Artes Industriais ou Trabalhos Manuais, como era chamada, estavam orientadas na própria organização e surgimento da disciplina em meados de 1952, com as reformas que foram reestruturando a Lei Orgânica do Ensino Secundário, como informa Souza (2008, p. 181):

Nesses termos, foi enfatizada a sua finalidade eminentemente educativa, justificada em argumentos psicológicos, como a substituição do pensamento egocêntrico e fabuloso próprio da infância pelo caráter objetivo e realista do homem feito, a possibilidade de habituar os adolescentes a não divorciarem o trabalho das mãos e do pensamento e o processo natural da aprendizagem intrínseco na atividade própria do aluno (aprender fazendo). O programa inseria a execução de trabalhos em madeira, metal e massa plástica. Os alunos deveriam ser orientados e estimulados a apresentarem seus próprios projetos.

As orientações para a disciplina Trabalhos Manuais era de que a disciplina fosse uma extensão para a “formação geral” dos alunos, uma contemplação do aprender executando, conforme Souza (2008). Os materiais utilizados para a realização das aulas dos estudantes incluíam madeira, metal e massa plástica, e os alunos deveriam executar esses trabalhos com a sua própria autoria, assim como acontecia no Ginásio Piripiriense. Nas fotografias 25 e 26, podemos observar algumas obras da disciplina.

Fotografia 25 – Exposição de trabalhos da disciplina Artes Industriais do Ginásio Piripiriense (1968)



Fonte: Exposição [...] (1968).

Fotografia 26 – Exposição de trabalhos da disciplina Artes Industriais do Ginásio Piripiriense



Fonte: Exposição [...] (1968).

As fotografias 25 e 26 retratam a professora da disciplina Artes Industriais, Maria do Carmo Ribeiro, nas exposições dos trabalhos dos alunos ginasianos para toda a escola. Podemos perceber, na primeira fotografia, datada com o ano de 1968, em preto e branco, que foram confeccionadas diferentes bolsas femininas feitas de tecidos e contas/miçangas, em cores, tamanhos e modelos distintos, além de tamancos de madeira e tecido. Estes objetos confeccionados, possivelmente voltariam para as suas respectivas autorias, como propunha a docente que todo o material desenvolvido pelos alunos seria para o uso deles mesmos, ideia que também aparece em cartazes escritos na parte superior à direita da foto, com as expressões: “trabalhos”, “na vida cotidiana”, “do aluno”, “gôsto” e “habilidade”.

Na fotografia 26, colorida, podemos notar uma exposição de trabalhos da disciplina Artes Industriais de materiais em feltro: centros e toalhas de mesa, com um cartaz escrito: “Trabalhos em feltro: centros e toalhas. Estes trabalhos tornam as alunas habilidosas e deixam-nas economicamente com um futuro prevenido”. Esta frase do cartaz de apresentação dos itens confeccionados revela a ideia de que essas atividades eram para trabalhar as habilidades manuais das alunas a fim de contribuir com o desenvolvimento de um ofício de artesã para contribuir com a própria organização do lar ou até mesmo na situação financeira daquelas.

Conforme Amado (1973), a disciplina de Artes Industriais estava entre a lista de disciplinas optativas as quais os cursos de ensino secundário poderiam ofertar para os alunos, após a promulgação da LDB, Lei n. 4.024/1961. Essa matéria, por sua vez, fazia parte da grade curricular do ensino profissionalizante até a legislação, com o seguinte intuito:

Dávamos assim um passo no sentido da introdução, no currículo do ensino secundário, de elementos técnicos relacionados com a produção na indústria, no comércio, na agricultura, antecipando uma das características do futuro plano de ginásios orientados para o trabalho. Queríamos que se começasse a vencer o velho preconceito da antinomia entre educação para a cultura e educação para o trabalho e, simultaneamente, dar avanço ao objetivo de unificação do ensino médio, em seu primeiro ciclo pelo menos (Amado, 1973, p. 143).

Nas duas fotografias anteriores, podemos observar a ideia explicitada na citação acima de Amado (1973), no quesito de aliar os conhecimentos técnicos e a inserção no mercado de trabalho, a preparação dos alunos no desenvolvimento de habilidades e ofícios, para a pós-conclusão do ensino secundário, cenário modificado pela Lei n. 4.024/1961.

A respeito das aulas de Educação Física, nos primeiros anos do Ginásio José Narciso da Rocha Filho, estas eram apenas para os ginásianos do turno da manhã, pois eram os alunos menores de 18 anos e que possuíam disponibilidade para tal atividade; os discentes do curso noturno eram alunos que trabalhavam durante o dia, conforme Ramos Filho (2021). Mas essa liberação da prática de educação física para os alunos da noite não era algo alheio ao Ginásio Piripiriense.

A Lei Orgânica do Ensino Secundário explicava no art. 19: “A educação física constituirá, nos estabelecimentos de ensino secundário, uma prática educativa obrigatória para todos os alunos, até a idade de vinte e um anos” (Brasil, 1942, cap. IV, art. 19). E a Lei n. 4.024/1961, orientava no art. 22: “Será obrigatória a prática da educação física nos cursos primário e médio, até a idade de 18 anos” (Brasil, 1961b, tít. V, art. 22). Assim, os alunos do curso ginásial de Piripiri que passavam dessa faixa etária, estabelecida pelas legislações, eram dispensados da Educação Física.

Nas vivências de Mello (2021), como aluno da primeira turma diurna do estabelecimento, as aulas de Educação Física eram realizadas por volta de 5h, para que os alunos pudessem retornar às suas casas e, assim, prepararem-se para as aulas, normalmente às 07h do Ginásio Piripiriense. As atividades da disciplina eram realizadas no espaço atrás do Grupo Escolar Padre Freitas, uma espécie de campinho de areia, pois o Ginásio José Narciso da Rocha Filho não possuía disponibilidade estrutural para essas aulas, como podemos perceber pela entrevista de Alves (2021): “A gente jogava também, jogava vôlei também, né? Ali no Padre Freitas que a gente ia fazer a Educação Física. [...] Era lá. [...] Era de manhã, era muito cedo, de manhã. [...] Descia, com a [...], chegava bem ali, a gente pegava a [...], a gente ia [...]”.

As aulas de Educação Física das meninas eram em dias alternados às dos meninos. Para os meninos, geralmente, era um professor do sexo masculino escolhido pelo Ginásio. Contudo, se houvesse ausência de professor para a referida disciplina, a professora Raimunda Pinheiro de Rezende assumia essa atividade, pois a docente já ministrava essas aulas para as meninas, até meados da década de 1970, quando foram contratados mais professores para trabalhar no Ginásio José Narciso da Rocha Filho (Getirana, 2021). Com a mudança do Ginásio Piripiriense para o seu prédio próprio, as aulas dessa disciplina aconteceram no mesmo edifício da escola, por haver espaço para essas atividades, como podemos perceber pelo relato da memória de uma ex-aluna:

Era de madrugada, mas [...] era uma coisa tão engraçada: a gente saía de madrugada. A Tia [...], ninguém tinha relógio, passava a noite todinha acordando. A Tia [...] abria a janelinha ali e olhava [...] pro tempo [...] Aí a titia chamava a gente [...]. Aí ia deixar a gente lá na casa da [...], mas na frente ali. Aí nós se tacava, esse monte de menina, correndo nesse [...] meio [...] de madrugada, não sabe? Passava por ali pela porta do Zepelim [...] Aí... ali era a Expresso de Luxo [empresa de ônibus] que parava ali, não sabe? [...] mas era muita molecagem que a gente fazia [...] de madrugada. [...] Lá no Ginásio mesmo, lá no Zé Narciso. [...] A gente fazia mais era naquela areazona ali [...] onde a gente formava a fila. Como era cedo, antes muito dos alunos entrarem. Quando os alunos chegavam a gente já tava indo embora, todo mundo. Aí era feito mas era lá, [...] lá dentro mesmo. [...] Tinha dia que a gente ia tão cedo, que a gente chegava lá, a gente ainda dormia um sono antes do professor chegar pra começar a educação física (Farias, 2021).

Pela narrativa da ex-aluna, ao detalhar o trajeto que era feito em dias de aula de Educação Física, podemos notar uma memória marcante que está arquivada nas suas lembranças de quando foi aluna ginásiana, assim como afirma Bosi (2013, p. 31) sobre as memórias que nos marcam: “A memória opera com grande liberdade escolhendo acontecimentos no espaço e no tempo, não arbitrariamente mas porque se relacionam através

de índices comuns. São configurações mais intensas quando sobre elas incide o brilho de um significado coletivo”.

Os ginásianos eram avaliados pela assiduidade nas aulas, mas, normalmente, era uma atividade divertida para tais meninos e meninas, que jogavam bola e praticavam exercícios com a supervisão de um professor (Mello, 2021).

A disciplina de Religião era ministrada pelos frades da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, normalmente uma vez por semana; os padres iam, vestidos com o hábito franciscano, para o Ginásio José Narciso da Rocha Filho para ministrar conteúdos religiosos, de comportamentos, modo de vida e de percepção cristã, como exemplificou Getirana (2021):

Serviu, também, para uma formação, também, cristã, né? Eu não digo só religiosa, mas uma formação cristã, de respeito, porque eles falavam não era só na religião católica. Eles falavam de modo, né? Mais abrangente, né? De Filosofia, de Teologia. Eles [...] também não tinha prova, não tinha, eles não cobravam, [...] mas a gente assistia. Tinha que assistir essas aulas de religião [...], mas tinha aquele respeito [...]. Só que eles... eles davam uma aula com a visão de mundo, né? [...] Uma visão mais holística da coisa, dentro da questão religiosa, mas das boas maneiras, [...] enfim, [...] eles tinham essa abrangência de passar pra nós [...] essa questão da fraternidade, da caridade, do amor, da justiça. É... [...] essas virtudes, eles passavam pra nós dentro dessa aula de religião.

A presença de frades nas disciplinas de Religião do Ginásio José Narciso da Rocha Filho só foi percebida nos primeiros anos de funcionamento da escola, pois o número de professores no estabelecimento foi aumentando com o passar dos anos. Inclusive, os próprios concludentes do curso ginásial retornavam para a instituição na função de docente e, assim, os frades não precisaram mais assumir as disciplinas.

As demais disciplinas de Francês, Inglês, Canto Orfeônico, Desenho, Organização Social e Política do Brasil (OSPB) e Educação Moral e Cívica, encontradas nos dossiês dos alunos ginásianos, possuíam uma carga horária menor, na maioria das vezes, com apenas uma aula por semana. Outra diferença é que essas matérias não eram contempladas em todas as séries do curso ginásial, havia a orientação prevista na Lei n. 4.244/1942 para elas se organizassem no currículo dos ginásios. Outro fator preponderante para esse cenário foi a flexibilização curricular proposta pela LDB de 1961, tornando algumas disciplinas obrigatórias e outras optativas.

Nos primeiros anos do Ginásio José Narciso da Rocha Filho, não foi ofertada a disciplina de Inglês, encontrada a partir de 1968 no currículo escolar; havia somente o Francês como língua estrangeira. Ao compararmos os dossiês discentes, percebemos que quando a Língua Inglesa começou a ser ofertada aos alunos, a disciplina de Francês deixou de ser registrada na ficha de desempenho do estudante ginásiano (Ginásio Piriapiense, 1961-1975a).

Conforme Mello (2021), essas aulas eram de aprendizagem das pronúncias de palavras, conversação, a forma como se expressar em outra língua, como o “[...] Biquinho pra frente e tem que pronunciar daquele jeito que eu nunca consegui. [...] Isso aí [...] era difícil”.

As aulas de Canto Orfeônico eram ministradas por frades ou por normalistas no Ginásio Piripiriense e geralmente aconteciam uma vez por semana. As atividades dessa disciplina eram o desenvolvimento do canto, as técnicas vocais, a noção de tempo e som, entre outras. De acordo com Mello (2021), o

[...] Frei Ivo, que foi o meu professor de Canto Orfeônico, ele dava é... canções, geralmente, as canções ligadas à cultura dele, cultura alemã, eram os clássicos alemães ou de festividades que usava em Piripiri. E pra gente decorar, interpretar e [...] ele conversava sobre a respiração: “Olha! Não respire aí. Você fez Solidãooooo quando eu... não, [...] tem que emendar: Solidão quando eu chegar... respire lá”, é isso: aula de Canto Orfeônico.

Nas memórias de Getirana (2021), o Desenho era uma disciplina que desenvolvia o lado artístico do aluno, ensinando as técnicas de desenho, as cores primárias e secundárias, o contorno, entre outras informações. A professora explicava as atividades práticas com antecedência, utilizando o quadro negro, imagens ou objetos. Os desenhos eram feitos nos cadernos e exigiam a concentração do aluno. Essa disciplina estava na lista proposta pela Lei Orgânica do Ensino Secundário, como um componente curricular obrigatório no curso ginásial.

As disciplinas de Organização Social e Política do Brasil e Educação Moral e Cívica foram instituídas após a Ditadura Militar no Brasil, com o objetivo de disseminar a ideologia patriota no contexto do ensino secundário e manter a organização da sociedade conforme os interesses do regime ditatorial. Estas se tornaram componente curricular obrigatório a partir do Decreto-Lei n. 869, de 12 de dezembro de 1969, como previa o

Art. 3º A Educação Moral e Cívica, com disciplina e prática, educativa, será ministrada com a apropriada adequação, em todos os graus e ramos de escolarização. § 1º Nos estabelecimentos de grau médio, além da Educação Moral e Cívica, deverá ser ministrado curso curricular de “Organização Social e Política Brasileira” (Brasil, 1969, art. 3º).

As aulas de Organização Social e Política do Brasil e Educação Moral e Cívica, no Ginásio José Narciso da Rocha Filho, eram “[...] a história na íntegra, [...] mas a questão política, né? [...] Por sinal a gente [...] não tinha muita essa liberdade de ficar discutindo, né? Porque a [...] Ditadura ainda tava muito viva, a gente não tinha liberdade de expressão pra se comunicar” (Silva, Maria Teixeira, 2021).

Em suma, pelas memórias dos ex-alunos e ex-professores, as aulas aconteciam sempre no Ginásio José Narciso da Rocha Filho, especialmente dentro da sala de aula. Não havia setor de práticas agrícolas, comerciais e industriais dentro do estabelecimento. Os alunos realizavam as propostas na instituição; exceto as atividades de Educação Física no primeiro prédio, por falta de espaço interno, os desfiles de 7 de Setembro e as festas de formatura.

4 A MATERIALIDADE ESCOLAR DO GINÁSIO JOSÉ NARCISO DA ROCHA FILHO

Consideramos, a partir das ideias de Viñao Frago e Escolano (1998), que a escola não é um espaço neutro, mas sim constituído com as suas intencionalidades e a sua organização demonstra o reflexo da cultura escolar difundida na instituição e, até mesmo, a localização escolhida do prédio é intencional, despertando afetividades nos sujeitos escolares que vivenciam a cultura escolar da instituição.

Este capítulo mostra os prédios, suas mudanças e adaptações através do tempo. O uniforme, seus tipos e as representações. A caderneta para entrada na escola, bem como as marcas deixadas nas memórias dos discentes desse objeto escolar. Os certificados, as formaturas e a busca por ampliação dos estudos no Ensino Superior.

4.1 Os prédios falam por suas paredes: arquitetura e divisões

O Ginásio José Narciso da Rocha Filho teve duas sedes durante o período analisado. O primeiro prédio, onde iniciou o Ginásio Piripiriense, entre os anos de 1961 a 1965, foi cedido durante o mandato do prefeito Aderson Alves Ferreira. Segundo Oliveira (2019), o dirigente desejava deixar a sua marca e contribuição na educação secundária ginasial piripiriense e almejava que o Ginásio Piripiriense fizesse história para a cidade; assim, seria necessário que o ginásio funcionasse em um prédio específico para atender às demandas dos alunos e que ficasse na memória de quem passasse pela instituição.

Desse modo, a prefeitura deslocou-se para uma casa de um fazendeiro da região e cedeu o espaço para o estabelecimento de ensino secundário ginasial. Esse primeiro prédio, localizado na região central da cidade, próximo à Igreja Matriz, ao lado de um dos Grupos Escolares do município, era uma localização estratégica de acessibilidade e destaque ao estabelecimento de ensino, assim como a instituição foi idealizada.

Destacamos as memórias de Silva (Maria do Carmo, 2021) para materializar a localização do Ginásio José Narciso da Rocha Filho na cidade de Piripiri, em seus primeiros anos de fundação: “Sabe? Sei que era bem localizado, né? [...] E pra mim foi maravilhoso, ali ao lado de onde eu já trabalhava [...]”. A docente era funcionária do Grupo Escolar Padre Freitas e também dava aula no estabelecimento de ensino secundário ginasial e para ela, em particular, essa posição geográfica da escola facilitava o seu deslocamento, pois saía da escola

primária para ministrar os conhecimentos artísticos e manuais aos alunos ginásianos. Essa sensação em relação ao local da escola não era apenas para os professores, mas também para os alunos, pois a área habitacional da cidade se concentrava, ainda nesse período, ao redor da Igreja Matriz (Getirana, 2021).

De acordo com as obras memorialistas de Mello (2001, 2005), o primeiro prédio foi uma construção de 1909, no período em que Thomaz Rebello era intendente das terras pipirienses, com o intuito da instalação da Prefeitura Municipal de Piripiri no referente ano, para a sua elevação à categoria de cidade em 1910.

Fotografia 27 – Prédio provisório do Ginásio Pipiriense entre as décadas de 1940 e 1950



Fonte: Mello (2005, p. 50).

Fotografia 28 – Primeiro prédio do Ginásio Piripiriense nos dias atuais



Fonte: Oliveira (2021).

Fotografia 29 – Fachada atual do primeiro prédio do Ginásio Piripiriense



Fonte: Oliveira (2021).

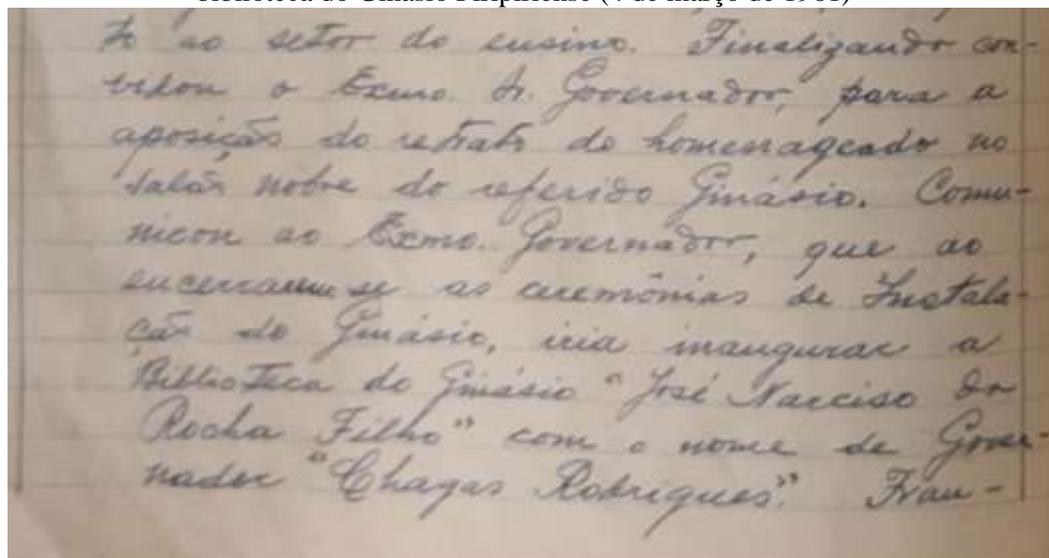
A fotografia 27, retirada do livro memorialista de Mello (2005, p. 50), apresenta a fachada do prédio da Prefeitura Municipal, cuja referência na obra da autora escreveu-se “Sede do Paço Municipal – Ano de 1909”. Não há informações sobre a data exata em que a fotografia foi tirada, mas para Getirana (2021), ex-ginasiano, o registro do prédio refere-se aos anos de 1940 a 1950.

Analisando as fotografias 28 e 29, podemos perceber que essa fotografia foi tirada de um ângulo na diagonal, capturando a fachada do prédio, assim como uma parte da lateral do edifício. Na frente, contamos 4 janelas grandes e uma porta de entrada com um batente elevado. Na parte lateral, também contabilizamos mais 4 janelas. Além disso, percebemos a estreita calçada que separava a entrada do estabelecimento para a via de trânsito, materializando, assim, as memórias de Mello (2021), sobre a entrada na escola.

As fotografias 28 e 29 referem-se ao primeiro prédio do Ginásio Piripiriense (edifício provisório) nos dias atuais. Atualmente, este sedia o Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON) de Piripiri, como percebemos na fachada, marcada pela fotografia 29. Na fotografia 28, tentamos reproduzir o ângulo da fotografia 27 para mostrar a fachada e a lateral do edifício, a fim de apresentar as mudanças deste ao longo da sua existência, na parte exterior. As aberturas das janelas e da porta principal foram mantidas.

Desde o início de instalação, o Ginásio José Narciso da Rocha Filho possuía uma biblioteca. Esta homenageou o então Governador Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, como demonstra um trecho da Ata de Instalação do Ginásio José Narciso da Rocha Filho, destacada na fotografia 30:

Fotografia 30 – Trecho da Ata de Instalação do Ginásio José Narciso da Rocha Filho sobre a biblioteca do Ginásio Piripiriense (4 de março de 1961)¹²



Fonte: Ginásio Piripiriense (1961-1975b, p. 2).

¹²Transcrição da fotografia 30: “[...] Finalizando convidou o Exmo. Sr. Governador, para a posição do retrato do homenageado no salão nobre do referido Ginásio. Comunicou ao Exmo. Governador, que ao encerrarem-se as cerimônias de Instalação do Ginásio, iria inaugurar a Biblioteca do Ginásio “José Narciso da Rocha Filho” com o nome de Governador “Chagas Rodrigues”. Fran-

A homenagem ao governador Francisco das Chagas Caldas Rodrigues para dar nome à biblioteca simbolizava a satisfação dos precursores do Ginásio Piriipiense com a instalação do estabelecimento. Além disso, como mencionado no início deste trabalho, o representante do governo piauiense possuía uma relação bastante satisfatória com a cidade de Piriipi. Atualmente a biblioteca do CETI José Narciso da Rocha Filho recebe o nome Omar de Andrade Rezende, uma forma de homenagear o antigo diretor e precursor da instituição, como vemos na fotografia 31:

Fotografia 31 – Atual biblioteca do CETI José Narciso da Rocha Filho



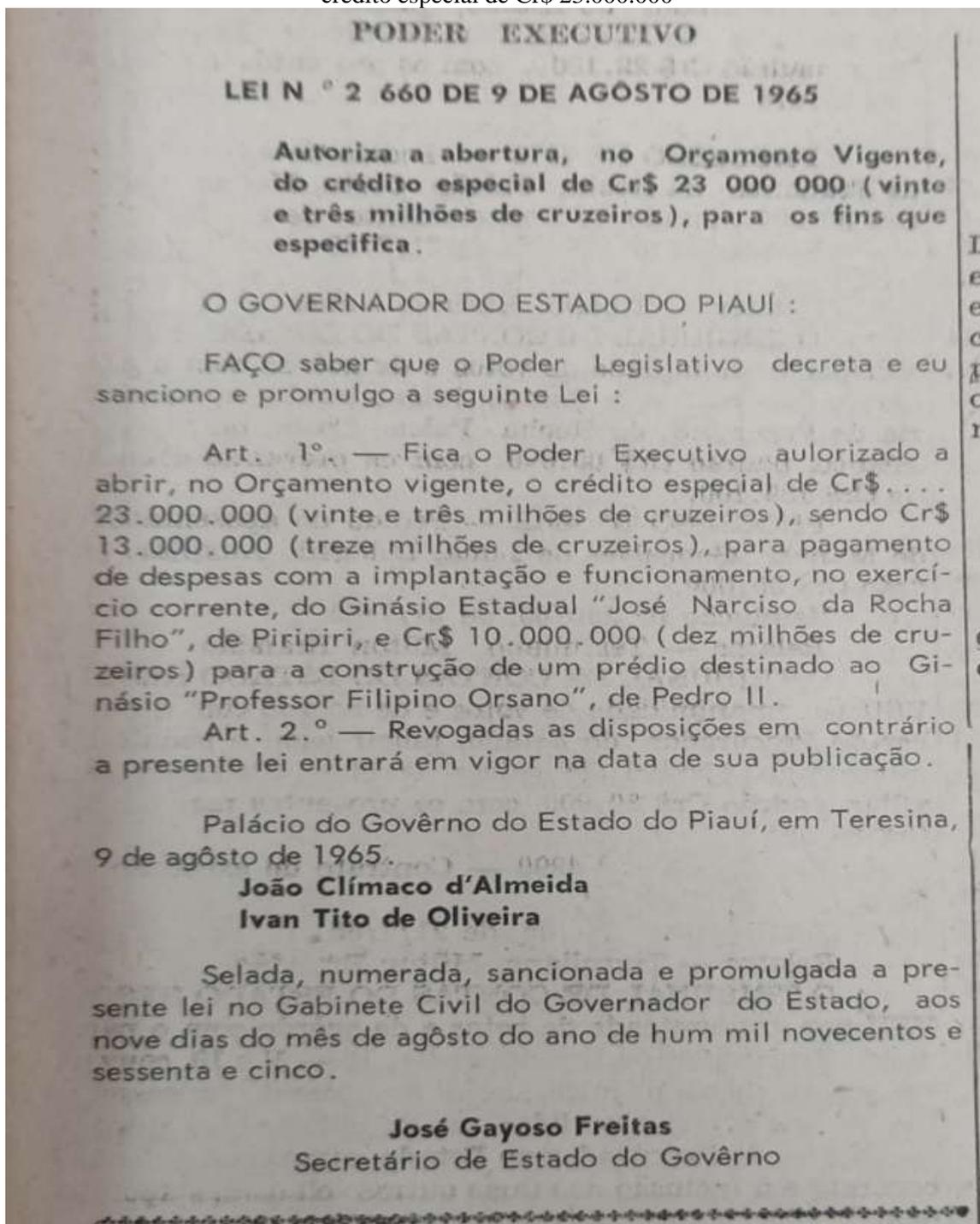
Fonte: Oliveira (2021).

A referente homenagem reluz os feitos do diretor quanto à cultura educacional da cidade, seus feitos como gestor do estabelecimento, assim como as suas características sociais e culturais, pois, nas memórias dos alunos, ele era um homem culto: “[...] o professor Omar Rezende, Omar de Andrade Rezende, que era tabelião, mas um homem culto, de uma capacidade muito grande de oratória, de conhecimento científico, político. Ele era uma pessoa, uma sumidade, podemos dizer assim” (Getirana, 2021).

Quanto ao terreno para a construção do prédio próprio do Ginásio José Narciso da Rocha Filho, foi passado pelo prefeito da cidade, Antônio Monteiro Alves, ao Governador do Estado, Petrônio Portella, oficialmente, na cerimônia de estadualização da escola em 9 de abril de 1965, na qual o governador prometeu iniciar as obras assim que o terreno fosse fiscalizado e liberado para tal finalidade (Ginásio Piripiriense, 1961-1975b).

Em agosto de 1965, foi promulgada a Lei estadual n. 2.660, que autorizava a abertura, no orçamento, que destinava um crédito especial no valor de Cr\$ 23.000.000 (vinte e três milhões de cruzeiros), sendo Cr\$ 13.000.000 (treze milhões de cruzeiros) para a construção do prédio próprio do Ginásio José Narciso da Rocha Filho, como podemos perceber na fotografia 32:

Fotografia 32 – Lei n. 2.660 de 9 de agosto de 1965: autoriza a abertura, no orçamento vigente, do crédito especial de Cr\$ 23.000.000



Fonte: Piauí (1965e, p. 1).

O edifício próprio do Ginásio Piripiriense localizava-se mais distante do primeiro prédio. Era uma construção ampla, com mais salas de aulas estruturadas para receber os alunos ginasianos. Com esta readequação nos espaços e estrutura institucional, a escola começou a receber mais alunos, pois a instituição ampliou a sua oferta do ensino ginasial para o turno vespertino. No prédio novo, conforme Farias (2021), os discentes não mais

precisavam realizar as aulas de Educação Física fora da instituição, pois o espaço interno era mais amplo e propício para as atividades da disciplina.

Fotografia 33 – Fachada do CETI José Narciso da Rocha Filho nos dias atuais (prédio inaugurado em 1967)



Fonte: Oliveira (2021).

Fotografia 34 – Entrada principal do CETI José Narciso da Rocha Filho nos dias atuais



Fonte: Oliveira (2021).

Fotografia 35 – Entrada e saída para os alunos do CETI José Narciso da Rocha Filho



Fonte: Oliveira (2021).

A fotografia 33 apresenta a fachada do CETI José Narciso da Rocha Filho na atualidade. Esse prédio se originou da construção do Ginásio Piripiriense, inaugurado em 1967 para os alunos ginásianos piripirienses. A fachada, nas memórias de Farias (2021), aluna

do turno vespertino dos anos de 1971 a 1974, “já tinha o muro. [...] Esperava lá fora, só abria na hora x mesmo. Era. [...] A gente chegava, ficava por debaixo dos pés de pau, ficava... [...] com os amigos até [...] quando tocava [...] o sinozinho [...]”.

Na fotografia 35, reproduzimos uma mudança na parte externa do prédio, como adequação ao desenvolvimento e crescimento da cidade de Piripiri. Por razão do aumento do tráfego na rua que dá acesso à entrada da instituição, nos últimos anos, a escola abriu portões no fundo do terreno, que esbarra na rua de trás, para a entrada e saída dos estudantes, a fim de evitar acidentes e facilitar a passagem destes para dentro e fora do estabelecimento de ensino médio.

4.2 Os aparatos dos estudantes ginasianos: uniformes e objetos pessoais

Os uniformes dos alunos ginasianos de Piripiri tinha bastante simbologia, pois representava um passo no progresso da formação intelectual dos estudantes; simbolizava o ingressar no Ginásio José Narciso da Rocha Filho, uma instituição pioneira no ensino secundário ginasial na cidade, demonstrava a aprovação no tão temido exame de admissão, a cultura escolar materializada nas vestimentas dos alunos.

A partir do cenário histórico do uso dos uniformes em ambientes escolares no Brasil, é fundamental entendermos que se tratou de uma construção histórica marcada nos anos 1800 e 1900, com a instalação da Escola Normal no país, cuja escola pioneira foi em Niterói-RJ, e daí começou a ser exigida nessas instituições. Essa indumentária depois foi sendo adotada pelas escolas tradicionais no início do século XX e sequencialmente foi ampliando aos demais estabelecimentos de ensino, conforme Marcon (2010). Paralelamente a essa linha temporal e com o surgimento de outros tipos de estabelecimentos de ensino, assim como a clientela favorecida, aos poucos essa vestimenta foi sendo obrigatória em todos os estabelecimentos brasileiros, pois

Com a deflagrada intenção de simbolizar, cores, nome e o símbolo da escola permearam os objetivos da criação dos uniformes escolares. Existe uma mensagem subliminar na vestimenta onde exige do aluno uma postura exemplar, zelando assim pela imagem da instituição onde estudam e inevitavelmente também a representam, sem importar se estão dentro ou fora da escola (Marcon, 2010, p. 17-18).

Assim, os uniformes escolares passaram a refletir a cultura escolar dos estabelecimentos de ensino. Cada instituição definia as cores da indumentária, os símbolos

gravados, os tamanhos e os tipos de uniformes, assim como se deu no uniforme escolar do Ginásio José Narciso da Rocha Filho.

O uniforme também representa a cultura escolar da instituição, pois ele carrega a simbologia da forma de organização e gestão institucional. A cor escolhida da roupa, a cor das meias, a cor dos sapatos e até mesmo a exigência de como entrar na escola com uniforme escolar e como este deveria estar, refletem o sistema escolar interno, pois são detalhes e exigências que não estão na legislação educacional. Assim para Julia (2001), são normas e condutas escolares que são construídas dentro do cotidiano educativo e da interação entre os sujeitos que vivenciam a cultura escolar, pois “[...] o uniforme representa a pertença a um determinado grupo social, cultural e intelectual, gerando assim uma identidade [...]” (Marcon, 2010, p. 18).

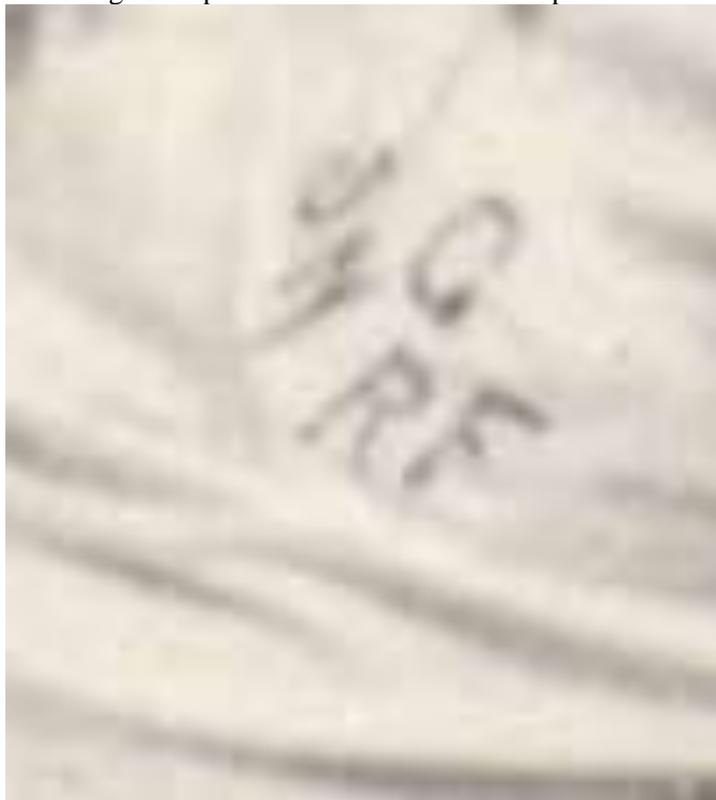
Fotografia 36 – O ex-aluno da primeira turma com o uniforme do Ginásio Piripiriense¹³



Fonte: Uniforme [...] (1964).

¹³ É fundamental enfatizar que a fotografia foi cortada a fim de preservar a imagem dos demais ex-alunos que apareciam nela.

Fotografia 37 – Imagem ampliada do bolso da camisa do primeiro uniforme escolar



Fonte: Bolso [...] (1964).

Na fotografia 36, vemos o uniforme escolar masculino do Ginásio José Narciso da Rocha Filho, da primeira turma de ensino secundário ginásial do turno matutino: a camisa branca com a manga no meio do braço, gola e botões; a calça comprida verde, os kichutes pretos e as meias brancas. Os homens também usavam cintos, da cor preta, e na camisa branca havia um bolso do lado esquerdo, que não é possível perceber na fotografia, em razão da posição do ex-aluno na foto. No bolso estava gravado as iniciais do nome “Ginásio José Narciso da Rocha Filho”, com letras de imprensa maiúsculas, como mostra a fotografia 35. As letras “J N R F”, em sintonia, formavam um semicírculo, enquanto a letra “G” destacava o tipo de estabelecimento, Ginásio, ficava acima das demais letras e, assim, compunha o uniforme oficial dos rapazes ginásianos da primeira turma.

O uniforme tradicional das meninas, apresentado na fotografia 38, era composto por uma camisa social branca com botões, a manga na metade do braço e com um bolso ao lado esquerdo gravado as iniciais “G J N R F” – Ginásio José Narciso da Rocha Filho, semelhante à camisa dos meninos; acompanhava uma saia verde com pregas, que ia até abaixo do joelho. A blusa tinha que está impecável e passada por dentro da saia (Farias, 2021). Apesar de todo esse padrão exigido para os uniformes escolares das moças ginásianas do Ginásio Piripiriense,

Muitas também insistiam de fazer roupa mais curta. [...] Estava no auge da mini saia. [...] Da Jovem Guarda, aqueles modelitos de Jovem Guarda, dos cantores da Jovem Guarda e [...] muitas [...] moças queriam imitar a Jovem Guarda e queriam fazer a trapaça de modificar alguma coisa da farda e era proibido. [...] Então era desse jeito aqui que funcionava, mas no início era só mesmo os homens de calça verde e as mulheres de... saia pregueadas, verde também (Getirana, 2021).

Fotografia 38 – Uniforme escolar das mulheres da primeira turma do Ginásio Piripiriense



Fonte: Uniforme [...] (1964).

Após alguns anos de fundação do Ginásio Piripiriense, os alunos oriundos de famílias mais carentes, aprovados no exame de admissão e matriculados no Ginásio José Narciso da Rocha Filho, que não podiam comprar os uniformes escolares, recebiam do próprio estabelecimento o uniforme, pois, como relata uma entrevistada, ex-aluna dos anos de 1971 a 1974 do turno vespertino:

A farda era interessante. A Dona Yá, que era a mulher do Seu Omar... [...] Toda vida ela foi muuuito caridosa. Quê que ela fazia? Toda vez que um aluno, que tinha condição, terminava o ano, [...] ela arrecadava farda... [...] Livro, kichute, que era uns kichute, né? Pra dar pra os alunos que não tinham condições quando iam entrar lá no próximo ano porque os que tinham condição todo ano compravam uma farda nova, né? [...] Assim foi... a minha... [...] eu recebi uma farda de doação. A Dona Yá ia... me deu, e os tênis, ela comprou uns tênis novo pra mim porque não tinha nenhum tênis [...] que servisse no meu pé e eu fiquei morta de feliz que eu fui toda de tênis novo... (Farias, 2021).

Analisando o discurso de Farias (2021), destacamos a palavra “muito” proferida pela ex-aluna, apresentada com 3 letras “u” na fala da entrevista, transcrita como esta se expressou, representando, assim, a intensidade materializada da preocupação de Raimunda Pinheiro de Rezende (Dona Yá) de propiciar condições para que os ginásianos da classe menos favorecida pudessem frequentar à escola com o uniforme, ao mesmo tempo em que manteria a rigidez e a obrigatoriedade do uniforme escolar para todos os alunos do Ginásio José Narciso da Rocha Filho. Além disso, o fato de os sapatos disponíveis na escola para doação não terem servidos na estudante, não a dispensou de utilizar o calçado exigido, a secretária e professora do estabelecimento buscou comprar um sapato novo para a aluna. Essa situação reafirmava a organização que permaneceu no Ginásio Piriapiense ao longo de sua trajetória.

No entanto, a exigência do uniforme escolar somente era rígida e obrigatória para os alunos do curso diurno. Os ginásianos que estudavam no Ginásio José Narciso da Rocha Filho no turno noturno eram liberados da vestimenta, mesmo nos primeiros anos do Ginásio Piriapiense, como relata Oliveira (2019).

Os alunos do curso noturno eram liberados do uso do uniforme escolar, porque, em sua maioria, eram estudantes que trabalhavam fora, eram maiores de idade e constituíam-se de um público menos favorecido economicamente. Contudo, esse fato não era isolado e acordo único do estabelecimento secundário piriapiense, foi uma abertura proposta pelo governador Francisco das Chagas Caldas Rodrigues a todos os colégios que tivessem turmas no turno noturno, estampada na primeira página do Jornal Gazeta do Piauí no mesmo em dia que se comemorou a instalação do Ginásio Piriapiense:

Fotografia 39 – Notícia de liberação da obrigatoriedade do uniforme escolar para os estudantes do turno noturno dos colégios piauienses

O governador Chagas Rodrigues beneficia o estudante pobre

E ntre os decretos mais recentes assinados pelo governador Chagas Rodrigues, chamou nos dias nos cursos noturnos dos colégios do Estado.

Medida justa e oportuna essa tomada pelo governador piauiense, dando a estada impressão mesmo de que vem completar a magnificência do ato que possibilitou a gratuidade do ensino escolar nos colégios do Estado.

O estudante que frequenta a escola noturna é invariavelmente aquele que durante o dia tem de trabalhar, e a sua maioria é composta de rapazes cujos pais são pobres. A dispensa da farda traz duas vantagens: a economia de dinheiro para adquiri-la e o tempo precioso de que necessitava para uniformizar-se, depois de deixar o trabalho. Precisava sempre de tempo para chegar à casa, jantar, dar uma olhadela nos livros, se possível, tomar o transporte e chegar ao colégio à hora exata.

O dinheiro que devia despende com a compra de dois uniformes durante o ano, poderá agora ser empregado na aquisição de livros e outros materiais escolares, a esta altura a preços astronômicos.

O tempo também está favorecendo, porque, sem a necessidade de ir à casa para «equipar-se», o aluno poderá entrar no colégio com a mesma roupa com que estiver trabalhando.

Embora aparentemente mal compreendido por alguns — estes os políticos profissionais, que sempre viveram em função de cargos, prestígio e elogio público — o chefe do executivo piauiense é no entanto suficientemente conhecido da grande maioria dos piauienses e sempre viveu no seio dessa grande maioria, daí saber e sentir o que é útil à sua terra e à sua gente.

Sem ligar importância aos que o combatem, trabalha sem esmorecimento em benefício de seu Estado, dando a melhor de si, desde que pela primeira vez foi investido de cargo eletivo conferido pela vontade livre e soberana dos piauienses. Como deputado, jamais alguém o superou, em esforço, inteligência, honradez e desprendimento. A que não foi começar, e desde então nunca mais o povo — sempre o povo, convém notar — o abandonou. Ao contrário, reclamou o sempre, exigiu sempre a sua cooperação, a sua sinceridade.

E a prova está aí, para massacrar a pequenez e a inveja dos seus adversários gratuitos. Os homens de valor não se oferecem simplesmente. São exigidos pelos seus concidadãos, que os reconhecem em qualquer ator em que estiverem. A força de caráter, a inteligência inste e o desprendimento no homem são atributos que não se confundem. Pelo contrário, brilham e rebrilham, com tal intensidade, que só a visão ofuscada dos olhos não os reconhece como verdadeiros valeres.

E Chagas Rodrigues é um desses valeres, que só a miopia moral de seus adversários poderá negá-lo.

Com o título da notícia: “O governador Chagas Rodrigues beneficia o estudante pobre”, a proposta, como noticiada no referente jornal, foi pensada para propiciar dois benefícios: economizar o dinheiro para a compra do uniforme escolar, para que essa economia pudesse ser investida na aquisição de livros e outros materiais escolares; e a outra vantagem seria a questão do tempo, pois a maioria dos estudantes do turno noturno dedicavam-se o dia inteiro no trabalho e após o trabalho teriam que retornar para casa e vestir o uniforme para entrar na escola. A ausência da obrigatoriedade fez com que os alunos pudessem ir para a escola com a mesma vestimenta do trabalho, poupando tempo para não se chegar atrasado na instituição em que se estudava.

O jornal apresentado na fotografia 39 ainda transcreve que o governador Chagas Rodrigues, a partir desse decreto que liberava a obrigatoriedade do uniforme escolar para os alunos noturnos dos colégios piauienses, fora “mal compreendido por alguns” (PIRIPIRI, 1961), mas não se intimidou com essa situação e manteve a sua decisão, que consequentemente refletiu nas vestimentas dos discentes do Ginásio José Narciso da Rocha Filho que estudavam à noite no estabelecimento.

Essa organização do ensino ginasial noturno não era algo alheio ao Ginásio Piriipiriense; no Piauí já havia registro de matrículas do primeiro ciclo do ensino secundário, no período noturno, nos anos de 1947, no Colégio Estadual do Piauí.

Os cursos noturnos, presentes no ensino privado e expandido para o oficial, proporcionavam o acesso a esse nível de escolaridade a estudantes que precisavam conciliar trabalho e escolarização. [...] A oferta de curso noturno é um elemento a ser considerando no processo de expansão do acesso a esse nível de ensino (Lopes, 2021, p. 116).

Assim, a oferta de matrículas no turno da noite representava também uma forma de expansão do ciclo ginasial no quesito acesso aos estudantes nesse nível de ensino, por proporcionar a possibilidade de matrícula dos discentes que trabalhavam durante o dia e só possuíam disponibilidade para estudar a noite.

Os estudantes do Ginásio José Narciso da Rocha Filho possuíam três tipos de uniformes escolares: o tradicional, para o ingresso na instituição nos horários da aula; o traje de gala, um uniforme específico para os eventos especiais que exigiam maiores formalidades; e a roupa de educação física, conforme Getirana (2021) e Mello (2021). Essas duas primeiras orientações de uniforme escolar também podiam ser vistas na cultura escolar do Ginásio Picoense, segundo Sousa (2019, p. 148):

Em 1950, quando o GEP iniciou suas atividades, também foram apresentados à sociedade do município seus primeiros uniformes. Havia dois tipos de uniforme, um

para uso no cotidiano da escola e outro para os momentos de gala, como colação de grau, desfiles cívicos e campeonatos desportivos.

Como notamos pela citação de Sousa (2019), a existência de um segundo uniforme escolar no Ginásio não era algo peculiar do estabelecimento ginásial José Narciso da Rocha Filho; assim como o Ginásio Picoense, o Ginásio Piripiriense também possuía esse uniforme de gala para eventuais acontecimentos. Graça (2002, p. 252), sobre a simbologia desse segundo uniforme, reflete que

A farda de gala, usada somente em ocasiões especiais, além de constituir-se num distintivo de prestígio social [...], quando exibida para a multidão, inebriava e transmitia mensagens, marcando a diferença entre aqueles privilegiados que estavam tendo acesso à educação escolar e os que estavam à margem da escolarização. [...] Assim, o fardamento diário, a roupa de sair e a farda de gala têm suas simbologias no ambiente sócio-cultural em que se convive, impondo disciplinamento e muitos outros elementos socializadores.

Fotografia 40 – O ex-aluno da primeira turma com o uniforme de gala do Ginásio Piripiriense no 7 de Setembro.



Fonte: Uniforme [...] (1964).

Acima, a fotografia 40 apresenta o outro uniforme escolar que havia no Ginásio José Narciso da Rocha Filho: era o traje de gala, uma vestimenta mais formal que se distinguia pela manga mais longa da camisa, indo até o punho, e a utilização de uma gravata, usada em eventos da escola, como percebemos pelo relato do ex-aluno: “Fizemos lá... todo mundo com a roupa de classe, né? Porque a gente usava a roupa curta e tinha uma de manga comprida pra as festividades, né? 7 de Setembro a gente usava uma manga comprida, uma coisa... e foi usada essa [...] farda “2”, digamos assim...” (Mello, 2021).

Além do uniforme de gala no Ginásio Piripiriense, havia também a farda de educação física para os rapazes e as moças. No Ginásio José Narciso da Rocha Filho, os alunos que

estudavam no turno noturno não possuíam aulas de educação física, pois possuíam a maioria exigida.

A roupa de educação física para os meninos era calção, meias, um sapato – na época chamado de “Kichute” – na cor preta e uma camiseta branca. As meninas ginásianas também colocavam uma blusa branca para as atividades e um short, mas “a roupa de educação física [...] tinha também um shortzinho e uma blusinha de educação física. Era farda também, não sabe? [...] a gente botava um short, mas a gente ia com a saiazinha por cima, não sabe? Com a farda por cima...” (Farias, 2021).

Para Graça (2002, p. 253), a vestimenta de educação física também possuía um “conteúdo disciplinador”, inculcada de simbologia e normas instituídas pela escola. Nessas atividades de educação física, as moças não podiam aparecer com os contornos do seu corpo acentuados; o corpo feminino e o controle de seus movimentos nas aulas da disciplina deviam ser orientados e distante da visão dos rapazes, por isso as aulas de educação física no Ginásio José Narciso da Rocha Filho aconteciam pela manhã cedo, em dias alternados às do sexo masculino.

O Ginásio José Narciso da Rocha Filho manteve a sua disciplinaridade com relação ao uso dos uniformes escolares na instituição, após a promulgação da Lei n. 4.024/1961. Em 1965, o Ginásio Piriapiense foi estadualizado e dois anos depois a escola recebeu um prédio próprio e maior, o que propiciou a oferta de mais turmas e vagas do ensino secundário ginásial, ampliando a sua oferta também para o turno da tarde, conforme Andrade (2013) e Farias (2021).

Segundo Farias (2021), as turmas do período vespertino do Ginásio José Narciso da Rocha Filho seguiam as mesmas exigências do turno matutino, com relação ao uso dos uniformes escolares. Os alunos do período noturno, por sua vez, a partir dos anos de 1967, já eram orientados a usarem os uniformes do cotidiano para o ingresso na escola ginásial, mas permaneceram isentos das aulas de educação física.

Em relação aos materiais individuais básicos dos alunos ginásianos, estes eram compostos de caneta tinteiro, lápis, borracha e os livros didáticos. Eram os discentes que se responsabilizavam em adquirir esses materiais para as aulas. Nas aulas de matemática, o lápis era mais utilizado do que a caneta tinteiro, pois havia os cálculos matemáticos nas atividades e a caneta tinteiro exigia delicadeza e concentração na hora da escrita para não borrar nem manchar o papel (Ramos Filho, 2021) (Silva, Maria Teixeira, 2021).

Havia também os materiais complementares das aulas, estes eram pedidos por disciplinas para alguma atividade de apresentação ou artísticas, como cartolinas, cartazes, colas, tesouras (Alves, 2021).

4.3 Fiscalizando os estudantes do Ginásio: a caderneta, as atas e os registros escolares

A caderneta escolar do Ginásio José Narciso da Rocha Filho era como um “ingresso” dos discentes ginásianos, assim como as demais exigências documentais e burocráticas da escola. Era também uma exigência da Lei Orgânica do Ensino Secundário, contida especificamente no Decreto-Lei n. 8.347, do dia 10 de dezembro de 1945, que organizou uma nova redação aos arts. 5, 15, 19, 20, 24, 25, 28, 35, 36, 38, 39, 43, 45, 49, 50, 51, 85, 88 e 91 do Decreto-lei n. 4.244, de 9 de abril de 1942; desta forma, no “art. 38. Cada aluno de estabelecimento de ensino secundário possuirá uma caderneta, ou ficha de modelo aprovado, em que se lançará o histórico de sua vida escolar, desde o ingresso, com os exames de admissão, até a conclusão dos estudos” (Brasil, 1945, art. 38).

Assim, a caderneta escolar não era algo exclusivo do Ginásio José Narciso da Rocha Filho e, a partir da orientação do Decreto- Lei n. 8.347/1945, todos os alunos matriculados na instituição possuíam esse documento, que era um dos registros da vida escolar do aluno ginásiano piripiriense, como descreve a Farias (2021):

Olhe! Como é bonitinho, esse aqui [mostrando uma das cadernetas escolares] [...]. Aí você só entrava quando você entregava a carteirinha pra ela. Olhe: [abrindo a caderneta escolar e mostrando os carimbos] compareceu, compareceu... [...] Aí elas botavam compareceu em tudinho, não sabe? [...] Aí no dia que você faltava, ela botava faltou. Aí à tarde, quando [...] não tinha mais aula, quando terminava a última aula, elas iam entregar as carteirinhas de volta pra gente.

Mostrando a caderneta escolar, com satisfação, a ex-aluna relembrou o momento de entrada no Ginásio Piripiriense, já no segundo prédio, no ano de 1974. Com a entrada para os espaços internos da escola, a ex-estudante descreveu o cotidiano escolar, com a entrega das cadernetas escolares para “ela”/ “elas”. A entrevistada faz referência às inspetoras escolares que ficavam na entrada do portão recebendo esses documentos. Como dito na fala acima, quem não apresentasse a caderneta escolar, não entrava na escola e conseqüentemente seria carimbado, posteriormente, com uma falta no documento.

Os alunos entregavam o documento para as inspetoras na entrada da escola e elas passavam a tarde verificando a presença, as faltas, os feriados, alguma observação da direção

ou dos responsáveis pelo aluno. As cadernetas eram devolvidas quando se estava finalizando a última aula para os estudantes trazerem novamente no dia seguinte, pois a rotina se repetia todos os dias, como mencionou a ex-aluna (Farias, 2021). Por isso, comparamos a caderneta escolar com um “ingresso” para entrar no Ginásio Piripiriense.

As cadernetas escolares do Ginásio José Narciso da Rocha Filho passaram por diferentes mudanças e adequações ao longo do recorte investigado da pesquisa (1961 a 1975), como veremos nas fotografias 41, 42 e 43.

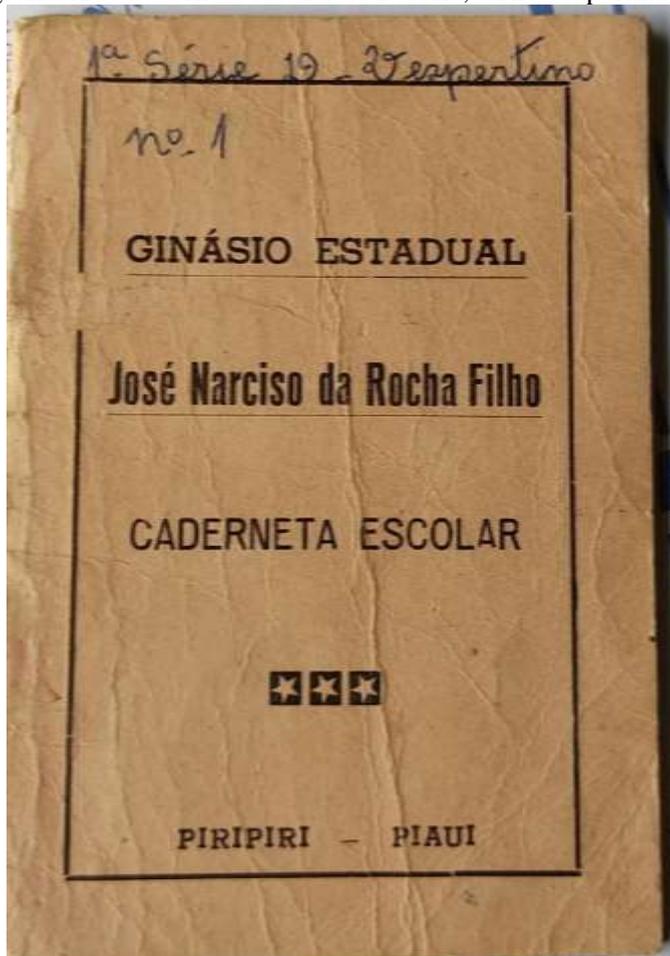
Fotografia 41 – Caderneta escolar da 4ª série, turno matutino (1968)



Fonte: Ginásio Piripiriense (1968).

Percebemos na fotografia 41 que a caderneta escolar do Ginásio José Narciso da Rocha Filho do ano de 1968, já após a sua estadualização; era em um formato de livrinho contendo páginas com observações, regimento da instituição, meses, dias e espaços para anotações. Apresentava o adjetivo “Estadual” no nome da instituição e a cidade do estabelecimento. Além disso, podemos notar um desenho de uma caneta tinteiro em que a sua extremidade apresenta uma pena e o tinteiro, material escolar usado pelos ginásianos e pelas pessoas da época com a mesma função da caneta esferográfica nos dias atuais. Atrás dessa fotografia, percebemos um papel dobrado no formato de um pergaminho, simbolizando uma documentação importante. O documento do aluno apresentava uma capa na cor verde, em um material resistente para o manuseio. Estava escrito o tipo do documento: “CADERNETA ESCOLAR”, o nome do aluno, o curso e a série.

Fotografia 42 – Caderneta escolar da 1ª série, turno vespertino (1971)

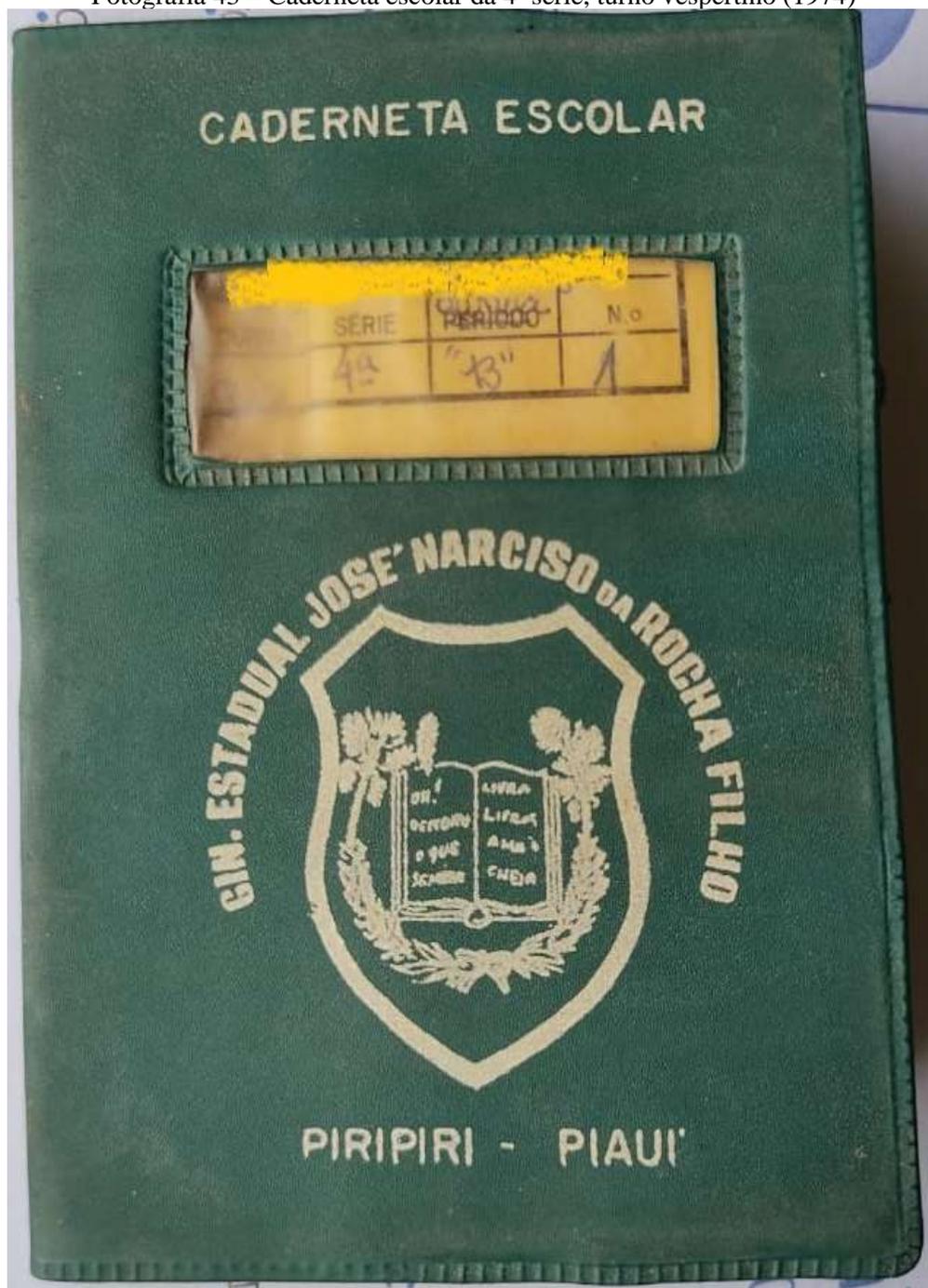


Fonte: Ginásio Piripiriense (1971).

Na fotografia 42, apresentamos uma caderneta escolar de uma turma de 1971, referente à primeira série do curso ginásial do turno vespertino; nesse documento, a

organização da capa contava com o nome da instituição, o tipo do documento e a cidade do estabelecimento. Em um papel amadeirado, essa caderneta não apresentava capa como a imagem anterior, mas também era em um formato de livrinho, contendo as informações, as regras de uso do documento, o regimento escolar e a frequência escolar. Esta não continha os espaços de observações ou anotações para os responsáveis pelo estudante.

Fotografia 43 – Caderneta escolar da 4ª série, turno vespertino (1974)

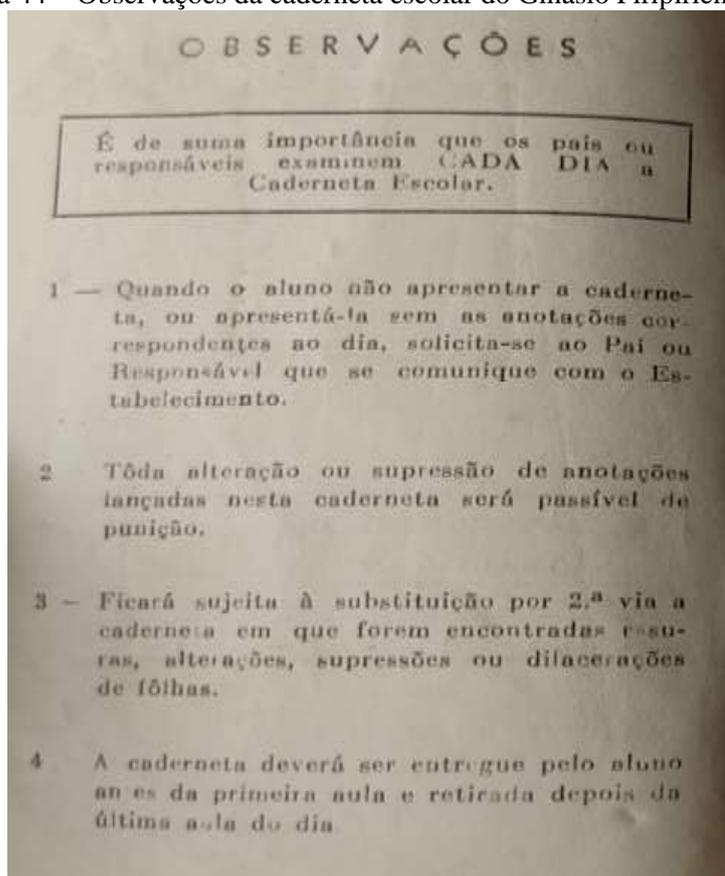


Fonte: Ginásio Piripiriense (1974).

Na fotografia 43, vemos o modelo da caderneta escolar dos estudantes ginásianos da quarta série de 1974. Este documento estava envolto de uma capa verde de plástico protegendo-o. Notamos também um brasão juntamente com o nome da escola, simbolizando o Ginásio José Narciso da Rocha Filho; o desenho é composto por imagens das principais plantações da cidade e por um livro aberto, com uma frase de Castro Alves datada de 1870: “Oh! Bendito o que semeia livros... livros à mão cheia [...]”. A frase realça a importância dos livros e das leituras, a busca pelo conhecimento – o reflexo do ensino secundário gravado na capa do documento individual do aluno. Como relembra Getirana (2021):

A carteirinha, a gente ficava na fila, né? Com a carteira na mão já no ponto... e aí já tinha uma pessoa pra receber o monte de carteirinhas, na mão ou numa caixa, né? [...] Aí levavam lá e a gente ia... à proporção que você ia entregando a cadernetinha, você ia passando [...] pra sua turma, né? E aí era colocado lá na secretaria da escola onde iam ser feitos os carimbos, carimbado, né: COMPARECEU, FALTOU, COMPARECEU, FALTOU... né? Todas aquelas cadernetinhas. E já eram colocadas no ponto pra ser devolvida na última aula, né? No final da última aula, a professora, geralmente, ou vinha... ia pegar ou pedia algum aluno pra ir pegar ou então uma dessas pessoas, que ajudavam na disciplina da escola, elas iam entregar [...] de classe em classe, ia entregar aquele monte de carteirinhas e aí a professora distribuía, ainda todo mundo sentado, depois é que iam saindo, aos poucos, às vezes saíam todo mundo junto [...] elas iam entregando [...] fila por fila [...].

Em relatos de Getirana (2021), a caderneta escolar era necessária para entrar no Ginásio Piripiriense, pois se registrava diariamente a presença do aluno e as faltas; além do mais, havia informações sobre os dias letivos, os feriados e as notas nas provas. Havia também espaço para comunicados aos pais, espaços reservados para os pedidos dos responsáveis e o regimento sobre o uso da caderneta nas primeiras páginas do documento, como podemos notar na fotografia 44:

Fotografia 44 – Observações da caderneta escolar do Ginásio Piripiriense (1974)¹⁴

Fonte: Ginásio Piripiriense (1974).

A caderneta escolar constitui a cultura material escolar do Ginásio Piripiriense, trazendo as normas que os estudantes deveriam cumprir no seu cotidiano. Diariamente, a caderneta era entregue na entrada e retirada no fim do turno escolar. Eram proibidas rasuras ou supressões e, caso houvesse, isto era passível de punições. É possível analisarmos as regras conforme descrição abaixo contida na caderneta escolar de 1968 (Getirana, 2021):

OBSERVAÇÕES

Ficarão impedidos de prestar exames finais os alunos que tenham deixado de comparecer a 25% (vinte e cinco por cento) das aulas dadas ou as sessões de educação física.

SÃO DEVERES DOS ALUNOS

- a) Tratar com respeito e acatar a autoridade do Diretor, professôres e dos funcionários.
- b) Ser assíduo e pontual nos trabalhos escolares.
- c) Tratar com urbanidade os colegas.

¹⁴Transcrição da fotografia 44 – Caderneta Escolar de 1974: “É de suma importância que os pais ou responsáveis examinem CADA DIA a Caderneta Escolar.

1 – Quando o aluno não apresentar a caderneta, ou apresentá-la sem as anotações correspondentes ao dia, solicita-se ao Pai ou Responsável que se comunique com o Estabelecimento.

2 – Tôda alteração ou supressão de anotações lançadas nesta caderneta será passível de punição.

3 – Ficarà sujeita à substituição por 2ª via a caderneta em que forem encontradas rasuras, alterações, supressões ou dilacerações de fôlhas.

4 – A caderneta deverá ser entregue pelo aluno antes da primeira aula e retirada depois da última aula do dia.”

- d) Apresentar-se devidamente uniformizado.
- e) Assistir às solenidades levadas a efeito no estabelecimento e comparecer às representações externas para que forem convocados.
- f) Ocupar-se em classe unicamente com objetos próprios da aula.
- g) Respeitar as proibições contidas no Regimento.

É PROIBIDO AOS ALUNOS:

- a) Perturbar o sossego das aulas ou a ordem no Estabelecimento,
 - b) Entrar em classe ou sair sem permissão do professor.
 - c) Trazer consigo armas ou objetos perigosos.
 - d) Tratar com desrespeito qualquer funcionário do Estabelecimento, autoridade ou visitante.
 - e) Praticar ato ofensivo aos bons costumes.
 - f) Organizar dentro do Estabelecimento rifas ou coletas, qualquer que seja o seu fim sem permissão da Diretoria.
- (Ginásio Piripiriense, 1968).

As cadernetas escolares também possuíam os deveres dos alunos juntamente com o regimento da instituição. Estas informações vinham nas primeiras páginas do documento para que os discentes e as famílias pudessem acompanhar e seguir essas normas e condutas escolares para o bom funcionamento da escola, como: respeito aos funcionários e aos demais alunos, pontualidade, utilizar o uniforme corretamente, participar das atividades escolares e dos eventos relacionados, levar para a escola apenas o que fosse necessário para as aulas, manter o bom comportamento e autorização do professor para entrar e sair da sala de aula. Caso algum aluno violasse essas regras, recebia advertência e a família era comunicada, como traz o relato do ex-aluno:

Quando se excedia alguma coisa, ela [secretária] estava no ponto pra repreender e chamava o pai, chamava a mãe [...] porque ela tinha esse cuidado, né? Todo de estar a família informada. Desde aquela época do Ginásio, ela tinha, né? Na cadernetinha tinha lá os locais [...] de recados, né? Que a mãe ia ver [...] estava lá carimbado, estava lá... “compareceu, compareceu” na cadernetinha escolar. Então, ela pediu aos pais pra estarem sempre acompanhando a caderneta escolar pra ver o andamento do filho na escola (Getirana, 2021).

No relato podemos perceber o quanto o uso da caderneta escolar era importante para o acompanhamento do cotidiano escolar, como também na comunicação entre a família e a escola. Outra questão é a marca gravada na memória dos estudantes ginasianos. Nas cadernetas analisadas não encontramos anotações sobre maus comportamentos ou punições dos ex-alunos, demonstrando o bom comportamento destes e a frequência foi bem assídua durante todo o período letivo. Os ginasianos que desejavam concluir o curso ginásial do Ginásio José Narciso da Rocha Filho cumpriam a exigência da frequência, pois era um requisito de reprovação. Segundo os ex-discentes, os estudantes gostavam de ir para as aulas, poucos alunos faltavam, pois além da aprendizagem que o Ginásio Piripiriense propiciava, havia o encontro entre os amigos, as brincadeiras no momento dos intervalos e as trocas entre

eles. Também procuravam manter o bom comportamento para evitar advertências (Alves, 2021).

As cadernetas escolares, como um documento disciplinador para os discentes do ensino ginásial, seguiam um espelho específico até a implantação da LDB de 1961. Após a promulgação desta Lei, que proporcionou uma maior liberdade na organização curricular dos estabelecimentos de ensino brasileiro, esse modelo foi flexibilizado e assim cada estabelecimento de ensino tinha permissão de reorganizar o documento.

4.4 O certificado de conclusão do curso ginásial

Ao concluir o ensino ginásial, os discentes recebiam o certificado de conclusão do curso ginásial, comprovando que os alunos estavam aptos a ingressar em algum curso do Ensino Superior ou para o ingresso nos cursos clássico ou científico do ciclo colegial do ensino secundário. Para o registro de diplomas expedidos pelos estabelecimentos de ensino, observa-se:

Art. 1º Os estabelecimentos de ensino secundário, oficiais, equiparados e reconhecimentos, expedirão a seus alunos, que concluírem os cursos, certificados de conclusão de curso ginásial ou de curso colegial, em duas vias, acompanhado do histórico escolar.

Art. 2º Para inscrição no concurso vestibular, os candidatos apresentarão, além de outros documentos exigidos, os certificados de conclusão de curso ginásial ou colegial, em duas vias, acompanhados do histórico escolar (Brasil, 1952, p. 129).

Os primeiros certificados de conclusão do curso ginásial do Ginásio José Narciso da Rocha Filho foram emitidos para os alunos ginásianos concludentes da primeira turma, no ano de 1964, como mostra adiante a fotografia 45, alunos que estudavam no turno da manhã e também do período noturno, como está gravado na Ata de colação de grau da primeira turma do Ginásio José Narciso da Rocha Filho:

Aos treze¹⁵ dias do mês de dezembro de mil novecentos e sessenta e quatro, às 18 horas nos salões nobres do referido ginásio, que obedeceu a um programa que se segue:

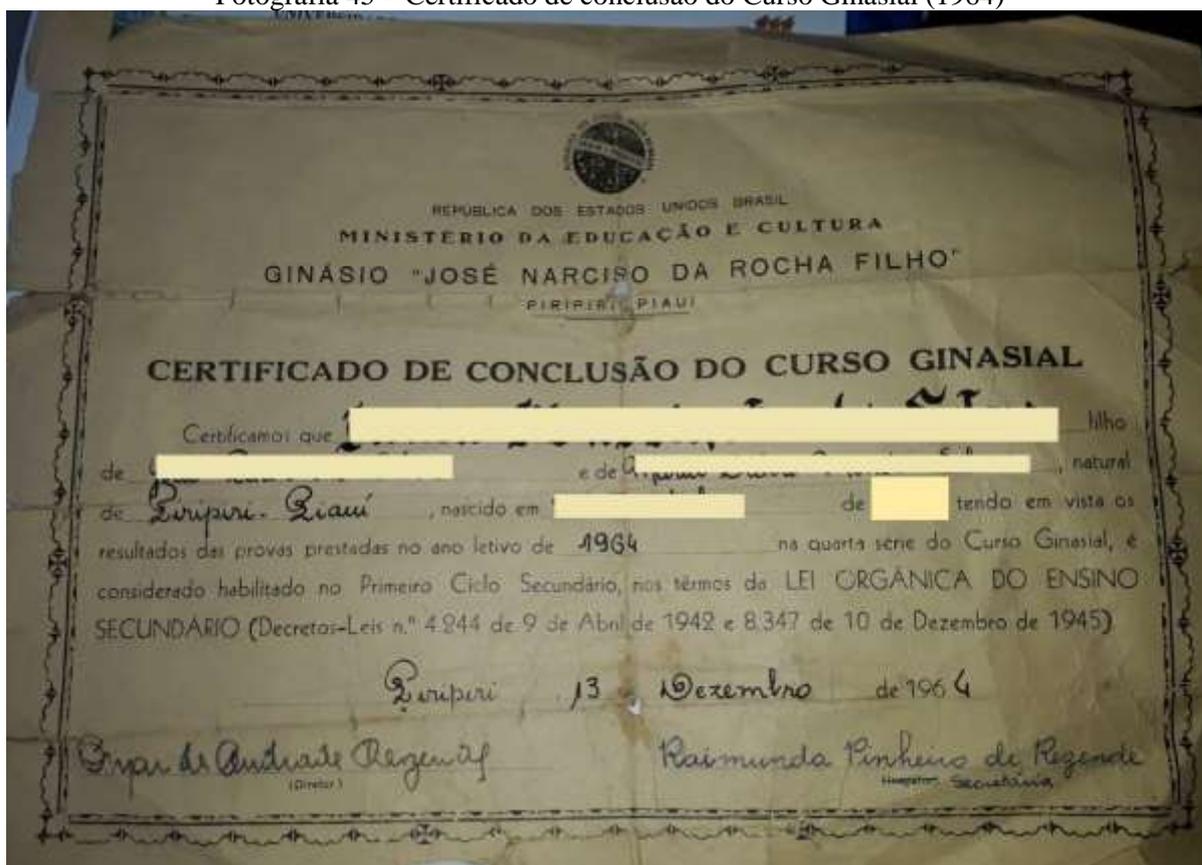
Como início da solenidade sr. Diretor Professor Omar de Andrade Rezende abriu a sessão e convidou as autoridades presente para formar a mesa diretiva dos trabalhos. Em seguida o diretor do Ginásio passou os trabalhos da sessão ao sr. vice-governador do Estado e Presidente da Assembléia Legislativa do Estado e Patrono da turma de concludentes, João Clímaco de Almeida, que pediu aos presentes, que cantasse o Hino do Piauí e logo depois passou a ser feita a chamada nominal dos

¹⁵Conforme estava escrito na Ata de Colação de Grau da primeira turma do Ginásio José Narciso da Rocha Filho.

concludentes para fazer entrega dos diplomas, que foram entregues por todas as autoridades presente à mesa diretiva (Ginásio Piripiriense, 1961-1975b, p. 5).

Foi um evento “grandioso” para a cidade e que ficou arquivado na memória dos estudantes que vivenciaram esse acontecimento e um marco para Piripiri, pois ali se tinha a primeira turma de ensino secundário ginasial formada pelo Ginásio José Narciso da Rocha Filho, segundo Getirana (2021).

Fotografia 45 – Certificado de conclusão do Curso Ginásial (1964)



Fonte: Ginásio Piripiriense (1964).

No Certificado da fotografia 45, podemos ver que havia o Selo Nacional, seguido pelo cabeçalho: “República dos Estados Unidos do Brasil; Ministério da Educação e Cultura”; o nome da instituição - Ginásio “José Narciso da Rocha Filho”; e a cidade à qual o Ginásio pertencia. Nesse documento, entregue para uma aluna concluinte da primeira turma de 1964, justamente por ainda não ter sido estadualizado, o diploma não contém o adjetivo “Estadual” antes do nome da instituição.

No título do documento destaca-se: “Certificado de Conclusão do Curso Ginásial”; no texto percebemos os elementos de identificação de quem pertence o documento, o nome dos pais, a naturalidade do estudante e a data de nascimento. Além disso, o documento finaliza

afirmando que o aluno está habilitado no primeiro ciclo do ensino secundário conforme os Decretos-Leis n. 4.244/1942 e 8.347/1945, o primeiro referente à Lei Orgânica do Ensino Secundário, a legislação à qual o Ginásio Piripiriense foi implantado; o segundo realizou novas redações em 19 artigos da Reforma de Gustavo Capanema. Dentre essas novas alterações, destacamos as exigências ao estudante concluinte de ensino ginásial para a sua habilitação nesse nível de ensino:

Art. 51. Considerar-se-á habilitado:

I - Para efeito de promoção, o aluno que satisfizer às duas condições seguintes:

a) nota global cinco, pelo menos, no conjunto das disciplinas;

b) nota final quatro, pelo menos, em cada disciplina;

II - Para efeito de prestação de exames de licença, o aluno que satisfizer as duas condições mencionadas na alínea anterior e que não houver faltado a trinta por cento da totalidade das aulas dadas nas disciplinas e das sessões de educação física.

§ 1º A nota global será a média aritmética das notas finais de tôdas as disciplinas.

§ 2º A nota final de cada disciplina, no caso de habilitação para efeito de promoção, será a média ponderada de quatro elementos: a nota anual de exercício, e as notas da primeira e da segunda provas parciais e da prova final. A êsses elementos se atribuirão, respectivamente, os pesos dois, dois, três e três.

§ 3º No caso, porém, de exames de segunda época, a nota final de cada disciplina será a média ponderada da nota, anual de exercícios, notas da primeira e segunda prova parcial e nota do exame de segunda época, com os seguintes pesos: dois, um, dois e cinco.

§ 4º A nota final de cada disciplina, no caso de habilitação para efeito de prestação dos exames de licença, será a média ponderada de três elementos: a nota anual de exercícios e as notas da primeira e segunda provas parciais. A êsses elementos se atribuirão, respectivamente, os pesos três, três e quatro (Brasil, 1945, art. 51).

Somente recebia o Certificado de Conclusão do Curso Ginásial no Ginásio Piripiriense os alunos que atingiam esses critérios estabelecidos pelo Decreto-Lei n. 8.347/1945. E em razão dessas exigências muitos estudantes ficavam pelo caminho e acabavam não concluindo o curso, por não conseguirem acompanhar o currículo do ensino ginásial no Ginásio José Narciso da Rocha Filho, como podemos perceber a partir da fala de Ramos Filho (2021): “Um bocado desistiu. Quando nós começamos, eu me lembro que mais ou menos de 8 a 10 colegas, um saiu logo no primeiro ano, outros aguentaram dois anos, desistiram, acharam o curso muito pesado. Eu achava também, mas aí eu não gosto de deixar nada, começar e não terminar.”

Aos que conseguiam trilhar satisfatoriamente o caminho do ensino secundário ginásial recebiam o Certificado de Conclusão do Curso Ginásial. A perspectiva de receber o Diploma de Conclusão do Curso Ginásial era grande, como podemos perceber nos relatos de Ramos Filho (2021): “[...] se formar, ter um diploma de ginásio, era como que fosse uma formatura de doutor e eu tinha muita vontade de conseguir isso”. Esse documento, comparado a um diploma de Ensino Superior, mudava a vida dos ginásianos piripirienses, pois possibilitava a

continuidade dos estudos desses alunos em outras cidades e estados, para os que tinham condições de realizar esse deslocamento, como percebemos pela fala de um ex-aluno da turma diurna:

Muito... na década de 60 muitos brasileiros, hoje brasileiros, na época eram piripirienses, vieram estudar, se tornaram professores, pessoas importantes, como a professora [...], que mora em Teresina, que é doutora pela faculdade... ela estudou na [...] Universidade Federal do Piauí, formada em letras, em linguística [...]. Os homens, também, muitos deles se destacaram, [...] viajaram pra fora [...] eu vejo, também, uma parte, assim, muito interessante que eu valorizo muito... esses estudantes, em grande parte de toda a história dos estudantes do José Narciso da Rocha Filho, quando saíram, a grande maioria voltou, a grande maioria voltou, prestou serviço, presta serviço a Piripiri, voltou a suas raízes, o que eu acho interessante não é voltar por voltar, é voltar tendo condições. e muitos deles tiveram condições de voltar, formados em médicos, medicina, [...] em engenharia, em advocacia e se tornaram profissionais aqui dentro e trabalharam pra Piripiri. Isso é que é importante também, muitos filhos daqui, que se formaram em medicina vieram trabalhar aqui em Piripiri, trouxeram amigos pra trabalhar aqui, como o doutor [...] que estudou [...] em Fortaleza e quando se formou, trouxe um amigo dele que se formara junto com ele pra cá, pra Piripiri, fizeram a revolução no hospital Chagas Rodrigues lá nas Petecas, fazendo cirurgias, partos cesarianos, que era muito difícil naquela época e eles começaram a fazer essas técnicas mais modernas, então, [...] um olhar que eu admiro muito em nós, piripirienses, que a gente volta pra nossas raízes... (Getirana, 2021).

Havia os ginásianos que saíam para dar continuidade aos estudos, mas também tiveram os estudantes que permaneceram em Piripiri, especialmente nos primeiros anos do Ginásio José Narciso da Rocha Filho, por não possuir recursos financeiros para se manterem em outras cidades. Outros por conseguir trabalhos em comércios na sua terra natal após a conclusão do curso ginásial e teve aqueles que já trabalhavam antes de ingressar no Ginásio Piripiriense, como os alunos das turmas noturna: “[...] ficava mesmo por aqui, trabalhando e, outros já tinham [...] seus trabalhos, já [...] seus trabalhos, [...] as suas profissões, já trabalhavam com as suas profissões, né? E aí não tinha, assim, muita perspectiva, aquele olhar de ‘Eu vou ser formado’, era... isso [...]” (Getirana, 2021).

Além disso, o ex-aluno Getirana (2021) afirmara que outros concludentes tiveram a oportunidade de retornar para o Ginásio José Narciso da Rocha Filho na posição de docente ou ainda como professor em outras escolas da cidade de Piripiri. Um exemplo dessa realidade é o professor Paulo de Tarso Freitas Machado, que foi aluno da turma pioneira do Ginásio Piripiriense e retornara como docente à escola (Andrade, 2013).

O recebimento do Diploma era feito em uma festividade para todos, os alunos se preparavam para esses eventos de diferentes formas e marcavam a história do Ginásio José Narciso da Rocha Filho e de Piripiri. Sobre as festividades mais comuns nos estabelecimentos de ensino ginásial espalhados pelas cidades brasileiras, Souza (2008, p. 127) nos exemplifica:

Os desfiles cívicos, as comemorações do aniversário da escola e as festas de formaturas constituíam momentos especiais da vida escolar. Celebrados com pompa e solenidade, reforçavam sentidos socialmente compartilhados. A escola secundária dava-se a perceber como centro de cultura e de civilização e seus alunos eram dignos representantes dessa posição elevada. As solenidades de formatura, realizadas no salão nobre da instituição, contavam com a presença das famílias, e de autoridades políticas e administrativas, representando o poder público. No cerimonial, constavam discursos exaltativos, programação literária e a entrega de prêmios e diplomas.

Quanto às festividades de formaturas de conclusão do ensino ginásial, estas eram um marco para os estabelecimentos de ensino secundário e para a história e memória dos concludentes e era composta por um conjunto de atividades, como se refere Graça (2002, p. 203):

As festas de formatura do ginásio e do colegial eram mais pomposas. Sempre precedidas de muito trabalho por parte das escolas e dos formandos, as solenidades eram sempre compostas de entrega de certificados ou diplomas, discursos, missa, bailes, ou “reuniões dançantes” como costumavam chamá-los, e até transmissão radiofônica.

As moças combinavam a cor do vestido, geralmente longos; em alguns casos era escolhido o mesmo modelo e o mesmo tecido. Os rapazes iriam de terno, com gravatas, abotoadoras e flor na lapela.

A partir desses detalhes de uma formatura de ensino secundário do Colégio Tobias Barreto, em Sergipe, percebemos que também não era diferente no Ginásio José Narciso da Rocha Filho, o evento de formatura era a mais esperada festividade. Este envolvia a participação das famílias dos estudantes, da comunidade e autoridades em geral, até mesmo pessoas de outras cidades que vinham prestigiar esse momento, uma das maiores festividades que o Ginásio José Narciso da Rocha Filho promovia.

Assim como aponta Graça (2002), essa festividade de formatura dos alunos abrangia atividades como Cerimônia de entrega dos Certificados de Conclusão do Curso Ginásial, missas e bailes (Silva, Maria Teixeira, 2021). O evento de entrega dos Certificados de Conclusão do Curso Ginásial era registrado no Livro de Atas do estabelecimento, lavrado e assinado pelas pessoas envolvidas (Ginásio Piriipiense, 1961-1975b).

Além de registrado em documento, a festividade de entrega dos Certificados de Conclusão do Curso Ginásial ficava marcado na memória daqueles que receberam o documento e vivenciaram essas festas. Os preparativos para tal evento começava bem antes, com a arrecadação de dinheiro para ajudar nos custos das solenidades. Para isso, os estudantes concluintes realizavam diferentes atividades como o Livro de Ouro:

Aí a gente fazia os famosos Livros de Ouro, pra assinar pra darem o dinheiro pra gente poder ir pra formatura, né? [...] Colocava uma quantia que eles quisessem, né?

[...] O tanto que eles quisessem. Os professores, aí se a gente tinha algum amigo que a gente achava que ele [...] tinha alguma condição, que podia dar algum dinheiro, a gente levava, eles assinavam. Aí cada assinatura deles, na frente eles botavam o valor, o dinheiro que eles estavam dando, doando pra gente, pra formatura.

Havia também as festinhas, eventos de bingos e rifas, realizados pelos alunos concluintes para a arrecadação de dinheiro em prol das solenidades da formatura, como as vestimentas, as fotografias e os bailes dançantes (Silva, Maria Texeira, 2021). Cada formanda tinha direito a escolher um padrinho individual de formatura, enquanto os rapazes escolhiam uma madrinha individual para a solenidade; esses padrinhos, geralmente, eram escolhidos com a ajuda dos pais em razão da amizade familiar, do parentesco ou afinidade. A turma escolhia o seu nome e o paraninfo – uma pessoa que representasse, apoiasse e que os discentes se identificassem (Getirana, 2021).

Os alunos mandavam fazer as roupas para as solenidades da formatura. Os meninos usavam ternos pretos, com a camisa branca por dentro, calças pretas que harmonizavam com o terno, com um sapato da mesma cor. Enquanto as moças combinavam as cores, os modelos e os tecidos dos vestidos para cada solenidade de formatura. Eram dias de festas que ficavam registrados nas memórias dos discentes, dos familiares e dos amigos.

A outra festividade era os desfiles cívicos. Os desfiles do 7 de Setembro exigiam empenho dos alunos do Ginásio Piripiriense; deles só participavam as turmas do período diurno, por terem disponibilidade para ensaiar. A apresentação era na região central da cidade, onde ficava a Igreja, próximo ao Ginásio José Narciso da Rocha Filho. Apresentavam-se nesse desfile os alunos dos grupos escolares da cidade, os discentes da Escola Normal, das escolinhas particulares e municipais, bem como os ginásianos do ensino secundário:

Então, isso era [...] de [...] um orgulho, né? Os [...] alunos tinham aquele orgulho, se sentiam até mais superiores do que os outros, né? [Risos]. Ficava... era um negócio... né? Nas [...] disputas, nos desfiles de 7 de Setembro, era a cobrança, participação. Tinha que tá muito bem [...] cuidados, os alunos, as alunas bem penteadas (Getirana, 2021).

Os desfiles cívicos era uma tradição na cidade, que remota à década de 1940, com os grupos escolares. E o Ginásio Piripiriense também aderiu a estes após a sua implantação. As pessoas tinham o costume de prestigiar o desfile das escolas, no qual as instituições se preparavam com meses de antecedência para apresentar uma organização dessa atividade para a sociedade local. O uniforme de gala limpo e arrumado, os penteados bem alinhados, os acessórios, eram uma forma de mostrar a disciplina e a ordem (Araújo, 2021).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa foi realizada durante a pandemia da Covid-19, que ocasionou o fechamento dos arquivos, bibliotecas, escolas, museus e o distanciamento social. Com isso, este trabalho foi afetado e ficaram algumas lacunas que não foram discutidas diretamente, propostas que podem ser analisadas em futuros estudos sobre o ensino secundário em Piripiri e no Ginásio José Narciso da Rocha Filho.

Essa dissertação – intitulada “As luzes do saber”: cultura escolar do Ginásio José Narciso da Rocha Filho (1961-1971) – é de fundamental importância para os estudos de ensino secundário no Brasil, pois permite conhecer o cenário desse nível educacional: de que forma o ensino secundário se consolidou em diferentes lugares, as variações, os arranjos, as implantações, as normativas, a constituição do professorado, a realidade discente, entre outras informações que contemplam as análises sobre o ensino secundário brasileiro em um estudo mais amplo.

Propor o estudo da cultura escolar de um estabelecimento de ensino é essencial para compreendermos a história da educação de uma escola e de um lugar, as marcas deixadas para a sociedade, a participação das pessoas que contribuíram com todo o processo e o modelo de ensino instituído no período analisado. Para tanto, é necessário seguir as marcas deixadas e analisá-las.

A instalação do Ginásio José Narciso da Rocha Filho, no ano de 1961, foi importante para suprir uma necessidade educacional, existente em Piripiri, de oferta do ensino secundário para os piripirienses. O estabelecimento foi uma escola que marcou decisivamente a história e a memória das pessoas que vivenciaram a conquista do Ginásio local e que puderam contribuir para o progresso em termos educacionais.

O Ginásio José Narciso da Rocha Filho era um estabelecimento secundário ginásial misto, ou seja, atendia tanto a moças quanto a rapazes e foi implantado no período de expansão do ensino secundário no Piauí; essa expansão deu-se em relação ao número de escolas e logo o cenário educacional do Estado ia se transformando: muitas instituições desse nível de ensino foram instaladas e outras, já existentes, foram equiparadas pelo governo.

No âmbito geográfico, antes o maior número de ginásios e colégios concentravam-se na região norte piauiense, especificamente na capital Teresina e em Parnaíba. Durante a década de 1960, essa expansão foi intensa para o surgimento de estabelecimentos de ensino secundário para a região sul do Estado. O crescimento quantitativo de instituições deu-se, em

maior número, pela iniciativa privada confessional e de particulares, a partir da perspectiva de necessidade de uma escola com esse nível educacional.

Assim como o contexto de muitos estabelecimentos de ensino secundário, o Ginásio José Narciso da Rocha Filho foi implantado por iniciativa de particulares e possibilitou a formação ginásial, a nível de ensino secundário, para quem não tinha condições de se deslocar para outras cidades para continuar a formação, pois como relata “[...] aí que vinha “Aquele Velha História”: os que tinham mais condições iam pra Teresina, estudar em Teresina, né?” (Farias, 2021).

O ensino ginásial era uma necessidade da época, vista como uma ponte para a Educação Superior, pois a Portaria n. 501/1952 (Brasil, 1952) orientava que os discentes, para progredir em seus estudos para o ensino colegial e para o Ensino Superior, necessitavam apresentar o certificado de conclusão do ensino ginásial. Mas Piripiri, em meados de 1960, com um público que já possuía ensino primário em razão dos dois grupos escolares existentes na cidade, assim como uma Escola Normal, ainda vivia com a lacuna do ensino secundário, por isso o anseio da população piripiriense por um Ginásio na cidade.

Como aponta a citação, contida em Santana (1972, p. 35), o mestre Álvaro Alves Ferreira, em sua “oração de *sapientiae*” na instalação da instituição de ensino secundário piripiriense, defendia que os alunos do ginásio receberiam “as luzes do saber”, isto é, os conhecimentos e a educação necessária para progredir e concretizar os seus sonhos a partir da educação ginásial que seria fundamental para o ingresso no segundo ciclo do ensino secundário e para o acesso ao Ensino Superior, atendendo aos anseios dos jovens piripirienses e às exigências sociais da época. E essas “luzes do saber”, esses conhecimentos necessários que atendem às orientações da sociedade da época, consolida-se como um dos pontos da cultura escolar, defendida por Julia (2001).

Tamanho era o anseio por um estabelecimento de ensino secundário em Piripiri, que o mestre Álvaro Alves Ferreira, vindo de Teresina especialmente para a inauguração do Ginásio José Narciso da Rocha Filho, a convite de Omar de Andrade Rezende, a fim de realizar a “oração de *sapientiae*”, ressaltava em seu discurso o anseio dos jovens piripirienses e de suas famílias pela fundação do estabelecimento; previa que o Ginásio Piripiriense se tornaria um marco na História e na Memória da Educação de Piripiri e que a história e a contribuição da escola seria estudada futuramente. Assim, finalizando a sua “oração de *sapientiae*”, entregou os escritos proferidos, originais, para o então diretor da instituição, a fim de que a sua participação pioneira não fosse omitida.

O Ginásio José Narciso da Rocha Filho iniciou em um prédio cedido para o seu funcionamento, edifício este que sediava a prefeitura da cidade. Mudando a dinâmica administrativa, o prefeito do município, no ano de 1961, mudou a sede do órgão municipal para uma residência a fim de que o estabelecimento de ensino secundário ginasial pudesse ter um espaço específico para a sua instalação, além da localização privilegiada, na parte central e mais movimentada da cidade, ao lado de um dos grupos escolares existentes.

O Ginásio Piripiriense foi idealizado por particulares que almejavam o progresso educacional da cidade, entre os quais se listava o prefeito da época, Aderson Alves Ferreira. Na cerimônia de implantação do estabelecimento de ensino, o então governador, Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, proporcionou uma subvenção de cem mil cruzeiros para o início de seu funcionamento. Apesar disso, foi encontrado registro de subvenções anuais para alunos que ingressavam na instituição como bolsista e auxílios, por parte do poder estadual, que garantiram a consolidação do Ginásio José Narciso da Rocha Filho.

Em 1965, o Ginásio José Narciso da Rocha Filho foi estadualizado, o que proporcionou uma situação melhor para a instituição em relação aos subsídios e, em 1967, a instituição foi contemplada com um prédio próprio pela responsabilidade do governo estadual para atender aos alunos ginasianos e, assim, a prefeitura retornar para ao seu local de origem.

Esse segundo prédio do Ginásio Piripiriense era mais amplo que o edifício cedido, com um maior número de salas e a ampliação dos turnos de aulas, possibilitando que as aulas de educação física acontecessem dentro da escola, pois no edifício anterior o espaço não era propício e utilizava-se um terreno próximo para a realização dessas atividades.

Para ingressar no Ginásio José Narciso da Rocha Filho, exigia-se uma lista de itens, entre eles a conclusão do curso primário e a aprovação do exame de admissão. Exame este que reprovava muitos estudantes que almejavam o ingresso no curso ginasial. Após a aprovação, os candidatos deveriam apresentar as documentações – como o certificado de aprovação no exame de admissão, atestado de saúde e de imunização contra a varíola, foto 3x4, certidão de nascimento, comprovação de quitação com o serviço militar para os rapazes a partir de 18 anos, documentos que compunham os dossiês de matrículas dos alunos ginasianos.

O ritual de ingresso na escola era o exame de admissão, declarado por muitos como “temido”. Este exigia uma preparação para a sua realização. Para participar das provas, os candidatos precisavam se inscrever no Ginásio José Narciso da Rocha Filho para a realização desse exame ou na Escola Normal Sagrado Coração de Jesus, uma opção para as moças. As provas eram geralmente realizadas em três dias e contemplavam as disciplinas de Português,

Matemática, História e Geografia, tendo a média mínima exigida igual ou maior que cinco para a aprovação.

O público discente nos primeiros anos de funcionamento do Ginásio Piripiriense era composto por jovens que, na sua maioria, eram filhos de pessoas que detinham condições de propiciar a formação em nível de ensino secundário para os seus descendentes, mas também havia alunos que entravam como bolsistas na instituição e estudantes que já trabalhavam e se autossustentavam. Estes últimos estudavam no período noturno.

Após a estadualização e a mudança da escola para um prédio próprio, houve também a reorganização da clientela estudantil do Ginásio José Narciso da Rocha Filho: alunos de todas as classes, discentes que eram naturais de cidades vizinhas e vinham ficar com os parentes durante os meses letivos a fim de ingressarem no curso ginasial.

Quanto aos professores do Ginásio José Narciso da Rocha Filho, nos primeiros anos da instituição, eram docentes que possuíam o Curso Normal e trabalhavam nos grupos escolares da cidade ou em escolinhas particulares e que eram convidados pela gestão da escola para lecionar no estabelecimento educacional, escolhidos pela desenvoltura docente. Devido a esse cenário, alguns professores ficavam com duas disciplinas para ministrarem aulas, a fim de suprir as lacunas existentes. Por conta dessa realidade, havia professores que possuíam formação em outras áreas, como Direito, Medicina, Odontologia e Filosofia, profissionais que eram aproveitados para ministrar os conteúdos afins.

Após o passar dos anos, o quadro docente do Ginásio Piripiriense modificou-se, pois alguns alunos que concluíam o curso ginasial na instituição e permaneciam na cidade, retornavam como professores das turmas seguintes.

Esse trabalho também trouxe a cultura escolar nas memórias de ex-discentes e ex-docentes que, ao relembrem a sua vivência no Ginásio Piripiriense, materializaram o cotidiano escolar da instituição: as aulas, os prédios, as relações; assim como nos documentos escolares, que registraram as regras, normas e condutas exigidas pela instituição.

Portanto, o Ginásio José Narciso da Rocha Filho trouxe, para os jovens piripirienses, a busca pela continuidade e ampliação dos estudos; o retorno para cidade de alguns alunos que foram estudar em outras cidades, assim como profissionais, inclusive como docentes. Os ginasianos que concluíram o curso ginasial no estabelecimento piripiriense, em sua maioria, ficaram e contribuíram com o desenvolvimento da cidade, no comércio, em cargos burocráticos e ainda como docentes da própria instituição de ensino secundário, formando outros alunos. Além do mais, o Ginásio propiciou a formação em nível de ensino secundário para os discentes das cidades e localidades vizinhas.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 155-202.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

AMADO, Gildásio. **Educação Média e Fundamental**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio; Brasília, DF: INL MEC. 1973.

ANDRADE, Evonaldo Cerqueira. A história da educação em Piripiri 2. *In*: PIRIPIRI CULTURAL. [Piripiri-PI: Piripiri Cultural, 2016a]. Disponível em: <http://piricultural.com.br/piri2/colunas/26-a-historia-da-educacao-em-piripiri>. Acesso em: 10 jul. 2022.

ANDRADE, Evonaldo Cerqueira. A história da Educação em Piripiri 4. *In*: PIRIPIRI CULTURAL. [Piripiri-PI: Piripiri Cultural, 2016b]. Disponível em: <http://piripiricultural.com.br/piri2/colunas/30-educacao-piripiriense>. Acesso em: 10 jun. 2021.

ANDRADE, Evonaldo Cerqueira. **Almanaque de Piripiri: um passeio pela história de Piripiri, suas lendas e seu povo**. Piripiri: J.A Gráfica e editora, 2013.

BARROS, José D'Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico**. Petrópolis: Vozes, 2005.

BOLSO do uniforme escolar dos alunos do Ginásio José Narciso da Rocha Filho. 1964. 1 fotografia. Coleção particular de Jorge Mello.

BOSI, Ecléa. **O Tempo Vivo da Memória: ensaios de psicologia social**. 3. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2013.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 4.244, de 9 de abril de 1942**. Lei Orgânica do Ensino Secundário. Rio de Janeiro, RJ: Câmara dos Deputados, 1942. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 28 set. 2019.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 8.347, de 10 de dezembro de 1945**. Dá nova redação aos arts. 5, 15, 19, 20, 24, 25, 28, 35, 36, 38, 39, 43, 45, 49, 50, 51, 85, 88 e 91 do Decreto Lei n. 4.244/1942. Rio de Janeiro, RJ: Câmara dos Deputados, 1945. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8347-10-dezembro-1945-416352-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20militar%20ser%C3%A1%20dada,Par%C3%A1grafo%20%C3%BAnico>. Acesso em: 05 jul. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 869, de 12 de Setembro de 1969**. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1969. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 30 maio 2023.

BRASIL. **Decreto n. 34.638, de 17 de novembro de 1953.** Institui a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário. Rio de Janeiro, RJ: Câmara dos Deputados, 1953. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-34638-17-novembro-1953-329109-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Institui%20a%20Campanha%20de%20Aperfei%C3%A7oamento,que%20lhe%20confere%20o%20art.> Acesso em 30 maio 2023.

BRASIL. **Ensino Médio por município 1961.** Rio de Janeiro: MEC/INEP, 1961a.

BRASIL. **Ensino Médio por município 1964/1965.** Rio de Janeiro: MEC/INEP, 1965.

BRASIL. **Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1961b. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 28 ago. 2019.

BRASIL. **Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1971. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 28 ago. 2019.

BRASIL. Mapa Político do Estado do Piauí. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2015. Disponível em: https://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_estaduais_e_distrito_federal/politico/2015/pi_politico850k_2015_v2.pdf. Acesso em: 19 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Portaria n. 263, de 11 de abril de 1961. Ratifica o Ato da Inspeção Seccional, de Teresina que concedeu autorização de funcionamento condicional ao Ginásio José Narciso da Rocha Filho, situado na Praça da Bandeira s/n, em Piri-piri, Estado do Piauí, pelo espaço de quatro anos [CÓPIA]. **Diário Oficial [do] Estado do Piauí**: Teresina, PI, ano 31, n. 55, p. 7, 2 ago. 1961c.

BRASIL. **O Ensino no Brasil em 1948-1950: II ensino extraprimário.** Rio de Janeiro: IBGE, 1957a.

BRASIL. **Portaria 501, de 19 de Maio de 1952.** Expede instruções para execução da Lei Orgânica do Ensino Secundário. Rio de Janeiro, 1952.

BRASIL. **Portaria n. 302/1957.** Pedidos de verificação prévia. Rio de Janeiro, 1957b.

BRASIL. **Portaria n. 325, de 13 de Outubro de 1959.** Expede instruções referentes ao exame de admissão. Rio de Janeiro, 1959.

BRASIL. **Portaria n. 960, de 29 de Novembro de 1954.** Dispõe sobre o exercício da função de diretor e da de secretário de estabelecimentos de ensino secundário. Rio de Janeiro, 1954.

BRASIL. **Relação dos estabelecimentos de ensino secundário em funcionamento até 1960.** Rio de Janeiro: INEP, 1960.

BRITO, Itamar Sousa. **História da Educação no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1996.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CALEFFE, Luís Gonzaga; MOREIRA, Herivelto. **Metodologia da Pesquisa para o Professor Pesquisador**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1982.

COSTA, Juliana Brondani da. **Ginásio Parnaibano: história e memória (1927-1959)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017. Disponível em: <https://ufpi.br/dissertacoes-ppged>. Acesso em: 10 jul. 2020.

CUNHA, Cassandra de Sousa. **Análise da expansão urbana de Piripiri-pi (1985 – 2015)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral, 2017. Disponível em: https://ww2.uva.ce.gov.br/apps/common/documentos_mag/dissertacao_39749c681dc2e9e046965eaec16b1efc.pdf. Acesso em 25 fev. 2021.

DALLABRIDA, Norberto; TREVIZOLI, Dayane Mezuram; VIEIRA, Letícia. As mudanças experimentadas pela cultura escolar do ensino secundário devido a implementação da Reforma Capanema de 1942 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961. **Anais do Colóquio Ensino médio, história e cidadania**: Revista UDESC, v. 3, n. 3, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/EnsinoMedio/article/view/4066>. Acesso em: 19 set. 2020.

EXPOSIÇÃO de trabalhos da disciplina Artes Industriais. 1968. 1 fotografia. Coleção particular de Maria do Carmo Ribeiro Silva.

GANDARA, Gercinair Silvério. **Rio Parnaíba — Cidades-Beira**. 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/1661?mode=full>. Acesso em 25 fev. 2021.

GINÁSIO PIRIPIRIENSE. **Caderneta Escolar. 1ª série**. Piripiri-PI, 1971. Coleção particular de ex-aluna, cedida sob anonimato.

GINÁSIO PIRIPIRIENSE. **Caderneta Escolar. 4ª série**. Piripiri-PI, 1968. Coleção particular de Getirana, 2021.

GINÁSIO PIRIPIRIENSE. **Caderneta Escolar. 4ª série**. Piripiri-PI, 1974. Coleção particular de ex-aluna, cedida sob anonimato.

GINÁSIO PIRIPIRIENSE. **Certificado de Conclusão do Curso Ginasial**. 1964. 1 folha. Coleção particular de ex-aluna, cedida sob anonimato.

GINÁSIO PIRIPIRIENSE. **Dossiês de Matrículas de ex-alunos do Ginásio José Narciso da Rocha Filho**. Piripiri-PI: CETI José Narciso da Rocha Filho, 1961-1975a.

GINÁSIO PIRIPIRIENSE. **Livro de Atas do Ginásio José Narciso da Rocha Filho**. Piripiri-PI: CETI José Narciso da Rocha Filho, 1961-1975b.

GINÁSIO PIRIPIRIENSE. **Observações da caderneta escolar do Ginásio Piripiriense (1974)**. Piripiri-PI, 1971. Coleção particular de ex-aluna, cedida sob anonimato.

GRAÇA, Tereza Cristina Cerqueira da. **Pés-de-Anjo e Letreiros de Neon: ginasianos na Aracaju dos anos dourados**. Aracaju-Sergipe: Editora UFS, 2002.

HOLANDA, Fabíola; MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

IBGE. **Censo Brasileiro de 1960**. Rio de Janeiro: IBGE, 1961.

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-43, jan./jul. 2001. Disponível em: <http://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/39195/Dominique%20Julia.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 set. 2019.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1990.

LIMA, Flávia de Sousa. **Imprensa e discurso político: as disputas pelo poder no Governo de Chagas Rodrigues (Piauí, 1959-1962)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História do Norte e do Nordeste do Brasil) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7657>. Acesso em: 23 set. 2021.

LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. Expansão do ensino secundário no Piauí (1942-1961): instituições escolares e corpo docente. *In*: PESSANHA, Eurize Caldas; SILVA, Fabiany de Cássia Tavares (org.). **Implantação e expansão regional do ensino brasileiro**. v. 1. Campo Grande: Oeste, 2021, p. 107-125.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Território Plural: a pesquisa em história da educação**. São Paulo: Ática, 2010.

MARCON, Mônica D'Andréa. **Aspectos Históricos do uso dos uniformes escolares: reflexões no campo da educação e da moda (1940-2000 Caxias Do Sul)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2010. Disponível em: <https://repositorio.uces.br/xmlui/bitstream/handle/11338/512/Dissertacao%20Monica%20DAndrea%20Marcon.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 jun. 2022.

MELLO, Cléa Rezende Neves de. **Memórias de Piripiri**. 2. ed. Teresina: COMEPI, 2001.

MELLO. **Piripiri nos tempos do Coronel Thomaz Rebello**. Teresina: Gráfica e Editora Rima, 2005.

MELO, Cléa Rezende Neves de. **Piripiri à sombra das Buganvílias e Madressilvas**. 2 ed. rev. atual. Teresina: Editora, 2006.

MOGARRO, Maria João. Arquivos e educação: a construção da memória educativa. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, n. 10, p. 75-99, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38647/20178>. Acesso em: 15 abr. 2021.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares: por que e como pesquisar**. Campinas: Editora Alínea, 2009.

OLIVEIRA, Juliana Assunção. **Atual biblioteca do CETI José Narciso da Rocha Filho**. 2021. 1 fotografia.

OLIVEIRA, Juliana Assunção. **Entrada e saída para os alunos do CETI José Narciso da Rocha Filho**. 2021. 1 fotografia.

OLIVEIRA, Juliana Assunção. **Entrada principal do CETI José Narciso da Rocha Filho nos dias atuais**. 2021. 1 fotografia.

OLIVEIRA, Juliana Assunção. **Fachada atual do primeiro prédio do Ginásio Piripiriense**. 2021. 1 fotografia.

OLIVEIRA, Juliana Assunção. **Fachada do CETI José Narciso da Rocha Filho nos dias atuais (prédio inaugurado em 1967)**. 2021. 1 fotografia.

OLIVEIRA, Juliana Assunção. **Ginásio José Narciso da Rocha Filho: implantação e consolidação do ensino secundário em Piripiri-PI (1961 – 1971)**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Estadual do Piauí, Piripiri, 2019.

OLIVEIRA, Juliana Assunção. **Primeiro prédio do Ginásio Piripiriense nos dias atuais**. 2021. 1 fotografia.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PIAUÍ. Departamento de Administração Geral: Divisão do Pessoal. **Diário Oficial [do] Estado do Piauí**: Teresina, PI, ano 35, n. 114, p. 3, 4 jun. 1965a.

PIAUÍ. Departamento de Administração Geral: Divisão do Pessoal. **Diário Oficial [do] Estado do Piauí**: Teresina, PI, ano 35, n. 115, p. 1, 5 jun. 1965b.

PIAUÍ. Departamento de Administração Geral: Divisão do Pessoal. **Diário Oficial [do] Estado do Piauí**: Teresina, PI, ano 35, n. 127, p. 3, 21 jun. 1965c.

PIAUÍ. Departamento de Administração Geral: Divisão do Pessoal. **Diário Oficial [do] Estado do Piauí**: Teresina, PI, ano 35, n. 133, p. 1, 28 jun. 1965d.

PIAUÍ. Lei n. 2.181, de 9 de outubro de 1961. Concede auxílio a Ginásios Mantidos pela Campanha Nacional de Educandários Gratuitos. **Ementário de leis estaduais de 1961**. Publicada no Diário Oficial [do] Estado do Piauí: Teresina, PI, ano 31, n. 73, p. 1-2, 13 out. 1961a.

PIAUI. Lei n. 2.271, de 8 de fevereiro de 1962. Concede bolsas de estudo, abre crédito especial e dá outras providências. **Ementário de Leis Estaduais de 1962**. Publicada no Diário Oficial [do] Estado do Piauí: Teresina, PI, ano 32, n. 13, p. 2-3, 27 fev. 1962.

PIAUI. Lei n. 2.660, de 9 de agosto de 1965. Autoriza a abertura, no orçamento vigente, do crédito especial de Cr\$ 23.000.000 (vinte e três milhões de cruzeiros), para os fins que especifica. **Diário Oficial [do] Estado do Piauí**: Teresina, PI, ano 35, n. 167, p. 1, 11 ago. 1965e.

PIRIPIRI viveu um dos seus maiores dias. **Gazeta do Piauí**. Teresina, ano 7, n. 610, p. 1, 11 mar. 1961.

QUEIRÓS, Vanessa. A Lei n. 5692/71 e o ensino de 1º grau: concepções e representações. **EDUCERE**. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2013. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/8356_5796.pdf. Acesso em: 15 abr. 2021.

REIS, Amada de Cássia Campos. **O Ensino Secundário Ginásial no Piauí Republicano: revelando a cultura escolar do Ginásio Municipal Oeirense (1952-1969)**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufpi.br/xmlui/handle/123456789/1494>. Acesso em: 12 set. 2019.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Higienismo e cultura material escolar: notas sobre a invenção dos objetos e de suas funções. In: CASTRO, César Augusto; SILVA, Vera Lúcia Gaspar da; SOUZA, Gisele de. **Cultura material escolar em perspectiva histórica: escritas e possibilidades**. Vitória: EDUFES, 2018, p 208 – 234.

SANTANA, Judith. **Piripiri**. Teresina-PI: COMEPI, 1972.

SANTANA, Maria do Perpetuo Socorro Castelo Branco. **A constituição da rede escolar e a prática das professoras primárias na zona rural do Piauí nos anos de 1940 a 1970**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011. Disponível em: https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/ppged/arquivos/files/DISSERT%20Socorro%20Santana.PDF. Acesso em: 26 fev. 2021.

SILVA, Cristiano de Assis. **A constituição da rede escolar de Timon - MA: do grupo escolar ao Ginásio Bandeirante (1942-1971)**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014. Disponível em: https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/ppged/arquivos/files/Disserta%20Cristiano%202014.pdf. Acesso em: 10 jul. 2020.

SILVA, João Batista da. **A trajetória das escolas da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC no Piauí: 1952-1997**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010. Disponível em: https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/ppged/arquivos/files/dissertacao/2010/joao_batista.pdf. Acesso em: 10 jul. 2020.

SOUZA, Higo Carlos Meneses de. **Um ginásio para mocidade picoense: cultura**

escolar de uma instituição de ensino secundário (1950-1971). 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpi.br/xmlui/handle/123456789/2062?show=full>. Acesso em: 10 maio 2020.

SOUSA, Jane Bezerra de. **Picos e a consolidação de sua rede escolar: do Grupo Escolar ao Ginásio Estadual**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005. Disponível em: https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/ppged/arquivos/files/dissertacao/2005/picos_e_consolidacao_janeb.pdf. Acesso em: 24 fev. 2021.

SOUSA, Lourenilson Leal de. **História da Educação Jaicoense: dos primeiros aldeamentos ao ginásio Padre Marcos**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010. Disponível em: https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/ppged/arquivos/files/Dissertacao_Lourenilson.pdf. Acesso em: 10 jul. 2020.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

UNIFORME escolar de gala do Ginásio José Narciso da Rocha Filho. 1964. 1 fotografia. Coleção particular de Jorge Mello.

UNIFORME escolar feminino do Ginásio José Narciso da Rocha Filho. 1964. 1 fotografia. Coleção particular de Jorge Mello.

UNIFORME escolar masculino do Ginásio José Narciso da Rocha Filho. 1964. 1 fotografia. Coleção particular de Jorge Mello.

VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Historia de la educación e historia cultural. **Revista Brasileira de Educação**, n. 0, set./dez., 1995, p. 63-82. Disponível em: http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDE0/RBDE0_06_ANTONIO%20VINA0_FRAGO.pdf. Acesso em: 04 jul. 2020.

VIÑAO FRAGO, Antonio. **Sistemas educativos, culturas escolares e reformas**. Mangualde: Pedago, 2007.

NARRATIVAS DE MEMÓRIAS

ALVES, Luzia Maria. Coleção particular. Piripiri-PI, 2021. “**As luzes do saber**”: cultura escolar do Ginásio José Narciso da Rocha Filho (1961–1975). [nov. 2021]. Entrevistador: Juliana Assunção Oliveira. Piripiri-PI, 2021. 2 arquivos mp3. (74 min).

ARAÚJO, Francisco Gerardo de. Coleção particular. Piripiri-PI, 2021. “**As luzes do saber**”: cultura escolar do Ginásio José Narciso da Rocha Filho (1961–1975). [nov. 2021]. Entrevistador: Juliana Assunção Oliveira. Piripiri-PI, 2021. 2 arquivos mp3. (114 min).

FARIAS, Joana Silva. Coleção particular. Piripiri-PI, 2021. “**As luzes do saber**”: cultura escolar do Ginásio José Narciso da Rocha Filho (1961–1975). [maio 2021]. Entrevistador: Juliana Assunção Oliveira. Piripiri-PI, 2021. 1 arquivo mp3. (90 min).

GETIRANA, Luiz Mário de Moraes. Coleção particular. Piripiri-PI, 2021. “**As luzes do saber**”: cultura escolar do Ginásio José Narciso da Rocha Filho (1961–1975). [jul. 2021]. Entrevistador: Juliana Assunção Oliveira. Piripiri-PI, 2021. 11 arquivos mp3. (544 min).

MELLO, Jorge. Coleção particular. São Paulo/Teresina-PI, 2021. “**As luzes do saber**”: cultura escolar do Ginásio José Narciso da Rocha Filho (1961–1975). [jun. 2021]. Entrevistador: Juliana Assunção Oliveira. Piripiri-PI, 2021. 3 arquivos mp3. (420 min).

RAMOS FILHO, Antônio da Silva. Coleção particular. Piripiri-PI, 2021. “**As luzes do saber**”: cultura escolar do Ginásio José Narciso da Rocha Filho (1961–1975). [out. 2021]. Entrevistador: Juliana Assunção Oliveira. Piripiri-PI, 2021. 4 arquivos mp3. (112 min).

SILVA, Maria do Carmo Ribeiro da. Coleção particular. Brasília-DF/Teresina-PI, 2021. “**As luzes do saber**”: cultura escolar do Ginásio José Narciso da Rocha Filho (1961–1975). [jun. 2021]. Entrevistador: Juliana Assunção Oliveira. Piripiri-PI, 2021. 2 arquivos mp3. (150 min).

SILVA, Maria Teixeira da. Coleção particular. Brasília-DF/Teresina-PI, 2021. “**As luzes do saber**”: cultura escolar do Ginásio José Narciso da Rocha Filho (1961–1975). [jul. 2021]. Entrevistador: Juliana Assunção Oliveira. Piripiri-PI, 2021. 3 arquivos mp3. (142 min).